

O papel da pequena produção na agricultura brasileira

Maria do Socorro Brito
Solange Tietzmann Silva

1 — INTRODUÇÃO

Nas abordagens a estudos da agricultura brasileira, alguns aspectos emergem como os mais relevantes para qualificar a problemática que envolve esta atividade primária. Estes aspectos, que se tornam, então, alvo de uma apreciação mais profunda, devem ser vistos tomando-se em consideração a sua dimensão espacial, e são eles a estrutura fundiária, as relações de produção, o processo de modernização da agricultura e as relações da agricultura com o setor urbano-industrial.

A estrutura fundiária só pode ser compreendida levando-se em conta a presença das formas passadas, obstaculizando ou favorecendo diferentes formas de organização da produção vigente no presente, deste modo possibilitando uma apreensão mais nítida dos

problemas que marcam o espaço agrário. A estrutura fundiária destaca-se, ainda, pelas interligações que apresenta com os demais aspectos da organização agrária. Uma de suas feições marcantes é o grau elevado de concentração da terra que, por motivos originários da própria formação histórica da estrutura agrária do País, tem mostrado acentuado caráter de permanência ao longo do tempo e que, no momento atual, é percebido no processo de incorporação de novas áreas ao sistema produtivo, com a implantação tanto de uma agricultura em grandes estabelecimentos quanto de uma atividade agrícola em pequenas unidades produtoras.

Essa concentração de terras pode ser observada pelo valor bastante estável do índice de Gini¹ e,

¹ 0,826 em 1940, 0,838 em 1950, 0,836 em 1960, 0,837 em 1970 e 0,849 em 1975.

também, pode ser ilustrada pela existência do binômio grande-pequeno estabelecimento, caracterizando a estrutura fundiária brasileira. Este binômio, em 1975, de acordo com o Censo Agropecuário, é avaliado pelo fato de que os estabelecimentos de área inferior a 100 hectares perfazem 90,14% do número de estabelecimentos e 21,35% da área total, enquanto os estabelecimentos de área superior a 1.000 hectares, que representam 0,83% do número, alcançam a elevada proporção de 42,86% da superfície total. É conveniente ressaltar que esta concentração apreciada a nível de estabelecimento — unidade administrativa de exploração agropecuária — é mais fraca do que quando considerada a nível de propriedade rural — unidade jurídica — já que uma propriedade pode englobar vários estabelecimentos, mascarando, desta forma, o grau de concentração das terras.

No âmbito das relações de produção a análise da condição do produtor revela um outro aspecto da problemática da agricultura brasileira que envolve uma conotação social, pois dimensiona no espaço agrário o problema de acesso à posse da terra. Tem-se delineado uma tendência à intensificação de problemas sociais, uma vez que houve um progressivo decréscimo na proporção de produtores proprietários (de 75% em 1950 a 61% em 1975) e acentuaram-se não só as formas de exploração indireta — arrendamento e parceria — como também a forma de posse não legalizada das terras.

Como reforço a esta problemática, coloca-se o fato de que se vinculam às pequenas unidades produtoras as categorias de produtores sem terra e de apropriação não legalizada da terra. Esta situação pode ser constatada através dos dados censitários de 1975, os quais mostram que 96,28% dos arrendatários, 98,87% dos parceiros e 95,09% dos ocupantes são respon-

sáveis por estabelecimentos de menos de 100 hectares, enquanto que nos estabelecimentos de área superior a 1.000 hectares estas proporções são, respectivamente, de 0,18%, 0,08% e 0,27%. E este fato se afigura mais grave ao ser verificado que a concentração destas classes de produtores se dá nos estabelecimentos com área inferior a 10 hectares — 83,84% de arrendatários, 76,86% de parceiros e 75,92% de ocupantes — que, justamente pela sua superfície reduzida, não oferecem, via de regra, aos produtores, condições de sobreviver sem que tenham que recorrer à venda de sua força de trabalho em outros estabelecimentos. Verifica-se também, como reforço à classe de pequenos produtores, que 86,44% dos proprietários são responsáveis por estabelecimentos de menos de 100 hectares, enquanto que nos estabelecimentos de área superior a 1.000 hectares a proporção é de 1,23%. Quanto à composição da mão-de-obra nas atividades agrárias, seu exame permite acrescentar mais um elemento para apreender as especificidades das relações de produção no meio rural. Uma característica marcante nesta composição é a acentuação da proporção do trabalho familiar que, de 1940 a 1975, se eleva de 50% a 80%, o que pode ser imputado à crescente expressão que vem assumindo o número de estabelecimentos de menos de 100 hectares no número total de estabelecimentos: 85,58% a 90,14% em 1975, sendo justamente nesta categoria dimensional que, de acordo com o Censo Agropecuário de 1975, se dá a maior concentração (90,76%) do responsável e dos membros não remunerados da família no total desta classe de mão-de-obra, a qual representa apenas 9,21% nos estabelecimentos de área superior a 100 hectares.

Nesta consideração evolutiva sobre a composição da mão-de-obra torna-se necessário ressaltar a mu-

dança do mês de referência do dado censitário que passou, em 1970, para dezembro, enquanto anteriormente esta data se referia ao mês de setembro.

O outro aspecto digno de consideração na problemática da agricultura brasileira é o seu processo de modernização. Este assume um cunho diferenciado entre as regiões do país e é seletivo em termos dos produtos e de fases do processo produtivo, uma vez que a modernização se restringe a algumas fases do processo produtivo para certos tipos de lavouras. Este fato tem como consequência primordial o caráter estacional do trabalho na agricultura, gerando uma carência de mão-de-obra em uma fase do processo de produção que ainda não tenha sido atingida pela modernização, ou uma situação de subemprego e até de desemprego em outras fases, como a do preparo mecanizado da terra.

A modernização é também caracterizada por ser altamente dependente de um instrumento da política agrária que é o crédito rural e ainda de políticas de incentivos e de subsídios que atingem as indústrias de insumos e de máquinas agrícolas. Os benefícios advindos do crédito rural distribuem-se, principalmente, entre os produtores proprietários que perfazem 80% dos produtores que informam recorrer ao crédito em 1970². Esta participação elevada da classe de produtores proprietários se explica, uma vez que a terra representa uma garantia para a concessão do crédito ao produtor. Por isto o caráter seletivo da distribuição do crédito é percebido também na observação de que, em 1975, 68,09% do montante do crédito concedido concentraram-se

nos estabelecimentos de mais de 100 hectares.

Desta forma, a modernização da agricultura, por estar vinculada à posse dos meios de produção e ao acesso a recursos financeiros, deixa à margem um segmento considerável de produtores que não detêm meios de produção em grau suficiente para conseguir os recursos essenciais ao emprego das práticas modernas. Estes produtores, discriminados no processo de modernização, concentram-se nos estabelecimentos de área inferior a 100 hectares que detêm grande parte da produção agrícola nacional de produtos alimentares básicos³. O fato de a produção de alimentos básicos permanecer, na maioria das vezes, na esfera da pequena unidade produtiva é derivado da circunstância de serem estes produtos geralmente distinguidos, na política de fixação de preços, em níveis não atrativos para o capital, enquanto produtos que tenham significativa participação na balança de pagamentos do Brasil são contemplados com uma fixação de preços em níveis mais altos a fim de que tenham garantida uma elevada rentabilidade do capital.

A análise, das relações de produção e do processo de modernização, principalmente, leva a compreender a ligação entre o setor agrário e o setor urbano-industrial. Esta ligação se faz através de um fluxo de população representado por um excedente populacional que se dirige do campo para a cidade, gerado por transformações no uso da terra, questões de legislação trabalhista ou mudança tecnológica no processo produtivo, fatores estes que interferem no poder de retenção desta população pelo setor agrário.

² O dado não é disponível no Censo Agropecuário de 1975.

³ De acordo com os dados censitários de 1975 são os estabelecimentos de até 100 hectares responsáveis por 89,13% da produção de mandioca, 82,74% da produção de feijão, 71,92% da produção de milho, 49,46% da produção de arroz.

Outra ligação entre os espaços agrário e urbano-industrial pode ser vista no emprego, por parte da agricultura praticada em moldes modernos, de insumos e máquinas que são fornecidos pelo setor urbano-industrial. Esta ligação entre agricultura e indústria adquire uma conotação negativa a partir do momento em que a estratégia de venda das indústrias de insumos e máquinas conduz à aquisição de equipamento pelas unidades produtoras, que, muitas vezes, pode exceder as suas reais necessidades. Acresça-se a isto a ocorrência, por falta de orientação técnica, do uso inadequado destes itens de modernização. Um outro vínculo, também de conotação negativa, é aquele que se identifica no caso do produtor de matéria-prima para a indústria. Neste caso verifica-se uma dependência do produtor, que sofre a interferência da indústria no seu processo decisório quanto à produção, limitando a sua autonomia, uma vez que, além de compradoras de seus produtos, lhe são muitas vezes, fornecedoras de crédito e de assistência técnica.

Pode-se considerar ainda um outro tipo de relação entre os espaços agrário e urbano-industrial ao se examinar os mecanismos de incentivos fiscais que possibilitam às pessoas físicas e jurídicas aplicarem parte das suas obrigações tributárias na agricultura. Esta ligação é reforçada pelo papel que tem exercido o Estado, nas duas últimas décadas, através de políticas de construção de novas estradas, visando à integração do território nacional e, conseqüentemente, possibilitando a abertura de novos mercados para o setor industrial no conjunto da economia nacional.

A análise dos aspectos aqui considerados mostra a heterogeneidade da agricultura brasileira relativamente a estes aspectos. Esta heterogeneidade resulta da articulação de um legado do passado,

em termos de formação do espaço agrário nacional, com os diversos graus de desenvolvimento do capitalismo no campo. A característica mais marcante desta heterogeneidade é revelada pela presença de grandes estabelecimentos que, em boa proporção, beneficiando-se dos subsídios governamentais, se modernizam e ampliam sua dimensão territorial, e de pequenos estabelecimentos que concentram, em sua maioria, a estrutura produtiva da agricultura, absorvem pequena parte dos estímulos oficiais, mantêm-se, geralmente, à margem do processo de modernização e cujos produtores têm reduzidas possibilidades de elevação dos seus níveis de renda.

A importância que mostra, então, a pequena unidade de produção, principalmente em termos de concentração de estrutura produtiva, com destaque na geração de produtos agrícolas destinados ao mercado interno, especialmente os alimentares de consumo popular, enfatiza a necessidade de uma análise mais profunda que permita captar as diferenciações entre as pequenas unidades produtoras no espaço agrário brasileiro. Uma tal análise só pode ser elaborada tomando-se em conta a explicitação do significado da pequena unidade produtiva no contexto do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

1.1 — Quadro técnico de referência

É a partir de um quadro de referência que permita apreender as transformações que se operam nas pequenas unidades produtivas, em função de suas relações com o capital, que se torna possível estabelecer diferenciações entre elas.

A análise feita anteriormente sobre os aspectos que caracterizam o binômio grande-pequeno estabe-

lecimento, já bastante estudado por vários autores, evidencia a permanência e a recriação da pequena unidade produtiva não só em momentos anteriores à expansão capitalista, como também no momento atual em que o capitalismo mantém e recria a pequena unidade de produção em função de sua própria lógica. Esta maneira de entender a pequena produção é explicitada por Topalov⁴ ao afirmar que: "(...) não se considera a pequena produção como "um modo de produção camponês", seja este um modo de produção secundário, articulado ou subordinado ao modo de produção capitalista dominante". Também Wanderley⁵ entende a pequena produção "(...) não como resquício de modos de produção anteriores ou de situações "atrasadas ou tradicionais", nem como mera recriação pelo capital de algo alheio, externo a ele (...). Ao contrário, a pequena produção está para nós inserida no capitalismo como parte dele mesmo, como formas adequadas (em determinadas circunstâncias e momentos concretos) ao movimento da acumulação. Em outras palavras, a "reprodução camponesa" não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca, senão ao movimento do próprio capital que a recria de acordo com os seus interesses".

A pequena unidade produtiva que então permanece e se recria de acordo com os interesses do próprio capital apresenta alguns aspectos caracterizadores quanto ao acesso à terra, à predominância do trabalho familiar, à geração de produtos alimentares básicos, principalmente, e matérias-primas para a indústria. E, nesta ordem

de consideração, é o estabelecimento de até 100 hectares aquele que, a nível nacional, se posiciona como o principal gerador de produtos alimentares e ainda de alguns produtos para a indústria.

Também é este referido estabelecimento o que apresenta uma elevada proporção de produtores que não possuem a terra (arrendatários e parceiros) ou a têm de uma forma não legalizada (ocupantes), já que, de acordo com os dados censitários, estas categorias de produtores têm mais de 90% de concentração nas unidades produtoras de área até 100 hectares.

Uma outra apreciação sobre este estabelecimento enfocado pode ser feita em relação à composição da mão-de-obra a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1975: 88,63% do total do pessoal ocupado nos estabelecimentos de até 100 hectares pertencem à classe de responsável e membros não remunerados da família, enquanto 6,24% à de assalariados temporários e apenas 2,88% à de assalariados permanentes. Entretanto, é dentro de um quadro de limitações que deve ser apreciada a participação dos assalariados na composição da mão-de-obra, já que a data de coleta do dado — dezembro — prejudica uma apreciação efetiva de nível de emprego, pois não corresponde à época de maior utilização de trabalho assalariado na agricultura brasileira. Necessário se faz esclarecer também que o censo não considera o trabalhador desprovido dos meios de produção — o volante — entre os que se assalariam temporariamente. De acordo ainda com os dados censitários de 1975, é bastante baixo o rendimento do trabalho nos esta-

⁴ Christian Topalov — (1978) — *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro, F. Alves. 88 p.

⁵ Maria de Nazareth Wanderley (1979) *O camponês: um trabalhador para o capital*. Campinas UNICAMP. 113 p. (versão preliminar). Citado por José Francisco Graziano da Silva em *Pequena Produção e as Transformações da Agricultura Brasileira*, UNICAMP, p. 16, 17 (mimeo.)

belecimentos de área até 100 hectares, já que, considerando o valor da produção e o total do pessoal ocupado, era de Cr\$ 367,93 mensais *per capita* este rendimento, enquanto que o maior salário vigente no país, na época, era de Cr\$ 532,80.

São ainda os dados do Censo Agropecuário que permitem visualizar a permanência e a recriação do pequeno estabelecimento, uma vez que a proporção do número de estabelecimentos de superfície de até 100 hectares passou de 85,42% em 1950 para 89,48% em 1960, 90,46% em 1970 e 90,14% em 1975.

Na agricultura brasileira esta pequena unidade produtora assume um papel destacado na geração de produtos alimentares básicos para autoconsumo e cujo excedente — tomado neste trabalho como a parte que é comercializada para garantir a aquisição de outros bens e que se origina de uma diminuição do consumo familiar e/ou de uma extensão da jornada de trabalho do produtor e de sua família para obter um aumento da produção — se destina à venda nos centros urbanos. Nesta produção, principalmente com o trabalho de uma mão-de-obra não remunerada e, algumas vezes, com o emprego, ainda que reduzido, de insumos modernos e máquinas, os custos monetários de produção não correspondem ao seu real valor. Isto se deve ao fato de que não é computado o valor do trabalho familiar e ainda é muito baixa a avaliação das despesas referentes ao emprego de insumos modernos e máquinas, bem como da remuneração dos assalariados temporários que, eventualmente, são contratados. Assim, esta produção, cujo preço de venda não toma como referência os custos para ser produzida, deixa o pequeno produtor excluído do processo de apropriação do excedente, cabendo ao capital, seja comercial, industrial ou financeiro, se apropriar, sob a forma de lucro, de uma parcela do

valor desta produção colocada no mercado.

Um outro papel destacado da pequena unidade produtora, caracterizada pela alta densidade de sua força de trabalho, é o de assegurar uma reserva de mão-de-obra no campo. O pequeno produtor — proprietário, arrendatário, parceiro, ou ocupante — e os membros de sua família, freqüentemente, têm que recorrer à venda de sua força de trabalho em outras unidades produtivas. Isto se dá, uma vez que, em função do tamanho e, em muitos casos, das condições de fertilidade das terras, da falta de assistência técnica, como também da deficiente comercialização de produção, não há a formação de uma renda suficiente para garantir a subsistência da família durante todo o ano. Deste modo, há disponibilidade de mão-de-obra não inteiramente desvinculada dos meios de produção e capaz de produzir parte do necessário à sua própria subsistência e que, por isto, supre, por remunerações bastante baixas, as necessidades de trabalho da grande unidade de produção, constituindo um dos fatores da redução do preço da mão-de-obra rural. Ressalta-se ainda que o pequeno produtor, quando totalmente expropriado dos seus meios de produção, migra para as cidades onde aumenta o contingente populacional a procura de emprego no setor urbano-industrial, contribuindo para o rebaixamento do preço da força de trabalho no referido setor. Este fato colabora para o processo de acumulação do capital no campo e na cidade.

Quando a pequena unidade produtiva passa a articular-se com o grande capital industrial e/ou comercial verificam-se mudanças nestes papéis por ela exercidos na agricultura, uma vez que ela assume um caráter essencialmente mercantil e torna-se, na maioria das vezes, geradora de produtos especializados, como hortifrutigran-

jeiros, matérias-primas para a indústria e ainda pecuária de pequeno porte. Nesta condição, seja por exigência inerente ao tipo de produto (hortifrutigranjeiros), seja por exigência da indústria quanto às especificações técnicas da produção, o pequeno produtor é obrigado a tecnificar a sua produção com o uso de insumos modernos e máquinas. Conseqüentemente, altera-se a estrutura de custos desta pequena unidade produtora, em relação à utilização da mão-de-obra assalariada e também em relação à compra de máquinas e insumos industriais. Esta modificação da base técnica deveria refletir-se na elevação dos preços recebidos por estes produtores, de modo a acompanhar os custos crescentes destes novos elementos introduzidos no processo de produção. No entanto, a simples alteração na forma de produzir nem sempre conduz a esses resultados, na medida em que o sistema de comercialização desta produção permaneça inalterado. Esta esfera (comercialização) continua sob o domínio do capital comercial, representado pelos intermediários, os quais ditam, efetivamente, os preços dos produtos independentemente da forma pela qual foram produzidos.

Necessário se faz ressaltar que, neste processo de introdução e emprego de técnicas, o pequeno produtor, de um modo geral, não se capitaliza, pois, na medida em que especializa a sua produção, aumenta a sua dependência em relação à diversidade de mercadorias a serem adquiridas no mercado, e que se constituem de bens de consumo doméstico e de produtos a serem empregados no processo de produção agrícola. Estes produtos e, em especial, os insumos agrícolas, apresentam uma tendência a terem seus preços de venda mais elevados que os preços de venda dos produtos agrícolas. Assim, compreende-se que o peque-

no produtor, mesmo tecnificando a sua produção, nem sempre consiga capitalizar-se, apesar da penetração mais intensiva do capital no campo.

Os diferentes papéis desempenhados pela pequena produção são identificados em segmentos diferenciados do espaço agrário nacional, já que têm uma relação direta com a estruturação deste espaço agrário e com o papel desempenhado pelas diversas porções do mesmo na divisão do trabalho. É na ocupação da fronteira agrícola externa que mais nitidamente se verifica a recriação do pequeno estabelecimento, isto em função do modo como se dá a incorporação de novas áreas, com a penetração inicial dos pequenos produtores ocupantes que se estabelecem nas terras devolutas e se dedicam ao cultivo de produtos alimentares básicos. Entretanto, no momento atual, este quadro sofre alterações em função do modo pelo qual vem se dando a apropriação privada das terras, antes mesmo da chegada dos ocupantes. Esta apropriação se dá, via penetração da grande empresa capitalista e/ou de produtores isolados, com recursos que se apropriam da terra e a tomam, na maioria das vezes, como uma reserva de valor. Uma apropriação desta natureza, que fundamentalmente não privilegia o uso da terra objetivando o aumento da produção e da produtividade, funciona como um fator de impedimento para os pequenos produtores, especialmente os ocupantes que começam a ter dificuldade em encontrar terras devolutas para praticarem sua agricultura.

Como conseqüência, cada vez mais a pequena unidade produtora encontra entraves a sua recriação no caso das formas de produção direta, com repercussões no papel que exerce na geração dos produtos alimentares básicos, mas conservando a sua importância como reserva de mão-de-obra, já

que o pequeno produtor, ao ser expropriado dos seus meios de produção, vai se tornar um assalariado no campo ou na cidade.

Vale ressaltar, entretanto, que este processo, que se desenvolve nestas áreas em incorporação à produção capitalista, permite a recriação da pequena unidade produtora no âmbito do grande estabelecimento sob a forma de exploração indireta — parceria ou arrendamento. Neste caso, além de possibilitarem a apropriação, por parte do proprietário da terra, de uma parcela de sua produção, o parceiro ou o arrendatário contribui como reserva de mão-de-obra para trabalhos temporários remunerados. O arrendatário contribui ainda para a implantação de novas atividades agropecuárias como, por exemplo, o plantio de arroz precedendo a formação de pastos. Nesta última situação, o proprietário da terra, ao término do contrato de arrendamento, a recebe mais valorizada pela formação do pasto artificial, com a vantagem adicional resultante da não remuneração do trabalho despendido pelo arrendatário na formação deste pasto. Desta forma, dá-se a extração do trabalho excedente configurando-se relações de produção não capitalistas que se mantêm e/ou se recriam em função dos interesses do próprio capital para atingir seus objetivos.

Torna-se necessário lembrar que a pequena unidade produtora na fronteira agrícola externa, quando criada por projetos de colonização, não apresenta uma forma diferente da analisada anteriormente, uma vez que exerce o papel de fornecedora de alimentos básicos e reserva de mão-de-obra; apenas se distingue quanto à propriedade da terra, pois, neste caso, os pequenos produtores são sempre proprietários.

Nas áreas de intensificação do processo produtivo capitalista, uma outra forma de pequena unidade de produção pode ser percebida. É aquela caracterizada por seu cunho essencialmente mercantil, em função de sua articulação com o grande capital industrial e/ou comercial. Em sua ligação com o grande capital industrial “(...) a autonomia de produção familiar é nula: as especificações técnicas da produção são determinadas pela empresa industrial e o produto a ela se destina integralmente (...). O trabalho familiar constitui quase que um disfarce ao trabalho assalariado, com a vantagem de dar de graça os custos de organização empresarial em que a indústria teria de incorrer se empregasse operários”⁶.

Esta pequena unidade produtiva pode ter sua permanência assegurada, uma vez que não interessa à indústria aplicar capital na produção de sua matéria-prima, já que a acumulação no setor industrial é maior do que no agrícola, sendo mais vantajoso para a indústria comprar a sua matéria-prima dos pequenos produtores.

Em sua ligação com o grande capital comercial, a pequena unidade produtora deixa de ser somente fornecedora de produtos alimentares básicos e especializa sua produção, que se destina inteiramente ao mercado. Estas pequenas unidades produtivas, frequentemente organizadas em sistema cooperativista, além de incorporarem insumos modernos e máquinas ao processo produtivo, detêm informações sobre os preços dos mercados interno e externo de seus produtos. Assim, esta pequena unidade produtora liga-se com a produção capitalista em grande escala e, num universo reduzido, procura reproduzi-la, via elevada

⁶ Ana Célia de Castro *et alii*, *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*, Brasília, Ed. Binagri, 1979 p. 178/179.

taxa de endividamento. Mesmo nas regiões em que a pequena produção não se vincula à cooperativa, verifica-se um processo de ligação desta unidade produtora com a produção capitalista, muito embora esta ligação se faça de maneira mais lenta.

A pequena unidade de produção articulada com o grande capital industrial e/ou comercial sofre uma transformação não só em relação aos papéis de geradora de produtos alimentares básicos e reserva de mão-de-obra como também em relação à proporção do trabalho familiar, que não se apresenta tão elevada, uma vez que há maior participação do trabalho assalariado nessa unidade produtora. Outros aspectos da transformação podem ser apontados no que se refere à redução e/ou à extinção da produção para autoconsumo, à perda de autonomia do produtor no processo produtivo e ao elevado valor da produção. Esta transformação é consubstanciada pela maior intensidade do processo de capitalização nessa pequena unidade produtora.

Mesmo no espaço agrário em que ocorre a intensificação do processo produtivo capitalista em maior ou menor grau, encontram-se pequenas unidades produtoras que mostram suas características definidoras em termos de produção de alimentos básicos, de predomínio de trabalho familiar e de venda de força de trabalho ao grande estabelecimento. A permanência destas unidades decorre do fato de interessar ao funcionamento do próprio sistema capitalista manter uma produção de alimentos a preços baixos e uma disponibilidade de mão-de-obra barata.

As diferenciações aqui apontadas entre as pequenas unidades produtoras podem ser entendidas como representativas das situações ambíguas que ocorrem no processo produtivo capitalista, já que, na

verdade, estas formas diferenciadas de pequena unidade produtora permanecem e se recriam obedecendo a lógica de funcionamento do sistema capitalista, mostrando, portanto, as especificidades da atividade agrária em tal sistema e as contradições que dele fazem parte e a ele são inerentes.

Dentro da perspectiva de análise adotada, a pesquisa visa a mostrar as diferenciações existentes entre duas formas de pequena unidade produtora, através da produção e da circulação, uma vez que estão intimamente associadas à organização da produção agrícola e à estrutura e ao nível de modernização do sistema de comercialização dos produtos da agricultura.

As duas formas pesquisadas estão referidas a uma categoria de área — estabelecimentos de até 100 hectares — que, a nível nacional, é aquela à qual se vinculam as características mais marcantes da pequena unidade produtora, o que não significa que seja o tamanho o elemento definidor desta unidade. Espera-se, por isto mesmo, que, nas áreas de pesquisa, em função da articulação da unidade produtora com o capital, as características da pequena produção se vinculem a tamanhos de estabelecimentos diferentes dentro do estrato fundiário tomado como referência.

Supõe-se, também, que a estrutura produtora da pequena unidade produtora e o seu grau de inserção no mercado apresentem variações em face da articulação com o capital. Para a melhor compreensão de como se processa esta articulação necessário se faz lembrar que, ao longo do processo histórico, as atividades agrária e urbano-industrial, além de não se desenvolverem no mesmo compasso, apresentam também desníveis intra e inter-regionais. Identificam-se, então, regiões com diversas formas de organização e são os dife-

rentes graus de desenvolvimento das atividades urbano-industriais que interferem nas formas de organização da produção agrícola, as quais vão desde as mais "atrasadas" até as mais modernizadas.

Neste contexto, ao se tecerem considerações sobre o processo de desenvolvimento da economia a nível nacional, deve-se considerar que é o capital industrial o dominante, sendo a ele subordinado o capital comercial. Este, entretanto, alcança uma posição hegemônica nas regiões menos desenvolvidas, nas quais a agricultura apresenta uma forma atrasada de organização. Nestas regiões a expansão do capital comercial deriva do fato de que os seus agentes — intermediários, atacadistas e varejistas — exercem uma atividade essencialmente especulativa, uma vez que adquirem a produção por preços bastante baixos e a vendem por preços elevados. Além disto, aumentam também os preços dos produtos com que suprem os produtores rurais e cobram altos juros sobre os empréstimos concedidos aos produtores. Assim, dá-se a extração do excedente e a acumulação se mantém na esfera da circulação, deixando aos produtores uma parcela que lhes permite apenas a sua sobrevivência.

Nas regiões mais desenvolvidas, onde a agricultura apresenta uma forma de organização modernizada, domina o capital industrial, que procura uma ampliação constante, via geração e apropriação de um excedente na própria esfera da produção, cabendo ao capital comercial uma posição subordinada, já que se limita, unicamente, a promover a circulação de mercadorias.

1.2 — As áreas de pesquisa

Consoante esta ordem de idéias exposta, escolheram-se para a realização da presente pesquisa (vide anexo 1) duas formas de pequena unidade de produção, localizadas em espaços agrários diferentes, definidos em um trabalho sobre modernização da agricultura brasileira⁷. Uma das formas pesquisadas está situada no espaço agrário não integrado ao processo de modernização e a outra no espaço agrário modernizado.

No espaço agrário não integrado ao processo de modernização privilegiaram-se as áreas de fronteira agrícola nas quais tem sido mais flagrante a recriação da pequena unidade produtora. Dentre estas áreas, foram eliminadas da escolha as mais recentes, dando-se preferência àquelas que, por serem mais antigas, permitissem também a percepção de algumas transformações que nelas se operaram em função de suas relações com a economia do País.

A escolha recaiu, então, na microrregião de Imperatriz (MA), cuja incorporação recente ao processo produtivo se fez a partir da década de 1950, inicialmente com o deslocamento do fluxo populacional de nordestinos migrantes e de maranhenses de outras áreas do estado. Posteriormente, a implantação de grandes eixos rodoviários intensificou, nos anos sessenta, o processo de ocupação, uma vez que facilitou a entrada de população também de outras áreas do País. A rodovia Belém-Brasília conferiu à microrregião de Imperatriz uma característica particular — a de maior defrontação entre o grande e o pequeno produtor. Isto se explica, porque no processo recente de ocupação da área a rodovia pos-

⁷ Olíndina Mesquita, Rivaldo de Gusmão e Solange Silva — Modernização da Agricultura Brasileira, in *Revista Brasileira de Geografia*, Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 39(4): 3-65, out./dez. 1977.



sibilitou não só a entrada espontânea de pequenos produtores como, em especial, a de grandes produtores, beneficiando-se estes da política de incentivos fiscais e apropriando-se da terra, deslocando, assim, pequenos produtores de fases mais antigas, como também impedindo o acesso à posse da terra por parte de pequenos produtores da fase mais recente de ocupação. Além disto, a estrada Belém—Brasília foi também responsável pelo desenvolvimento e consolidação da cidade de Imperatriz como pólo urbano da região e centro de comercialização, em particular, do principal produto agrícola da área — o arroz.

A microrregião de Imperatriz, situada no sudoeste do Estado do Maranhão, caracteriza-se por mostrar uma grande proporção do número de estabelecimentos de até 100 hectares — 88,15% do número total — ocupando apenas 17,56% da área total dos estabelecimentos. Uma outra característica desta área é o seu elevado grau de incorporação de terras ao espaço agrário, pois, em 1970, a participação da área dos estabelecimentos na área da microrregião era de 22,96%, enquanto em 1975 esta participação elevou-se para 51,48%. O exame dos dados censitários de 1970 e 1975 revela que esta incorporação se fez especialmente

por estabelecimentos explorados por proprietários, que detiveram 98,40% da área total incorporada. A outra forma de exploração direta — pelo ocupante — deteve apenas 0,18% do total da área incorporada, o que pode representar uma comprovação empírica de que esta área de fronteira agrícola está apresentando uma tendência ao “fechamento” para um determinado tipo de produtor, significando isto que as terras existentes para uma ocupação por parte de produtores sem recursos estão cada vez menos disponíveis, já que sua valorização crescente só permite a sua aquisição por aqueles que detêm mais recursos. Como um reforço a esta colocação, tem-se a participação das duas formas de exploração indireta — arrendamento e parceria — que representaram 0,79% e 0,63%, respectivamente, do total da área incorporada aos estabelecimentos entre 1970 e 1975.

O exame da área média dos estabelecimentos da microrregião de Imperatriz em 1970 e 1975, segundo a condição do produtor⁸, mostra que o grande aumento da área média dos estabelecimentos verificou-se naqueles sob responsabilidade do parceiro e se fez em detrimento da área dos estabelecimentos dos proprietários e dos ocupantes, o que vem confirmar as colocações anteriores e ilustrar um dos problemas dessa área de fronteira agrícola — o do acesso à propriedade da terra. Esse modo pelo qual se dá a incorporação de novas áreas ao espaço agrário na microrregião de Imperatriz é refletido também na composição da mão-de-obra, uma vez que a participação do trabalho familiar cres-

ceu, entre 1970 e 1975, em 80,33% e representou 93,07% do total do pessoal ocupado em 1975. Como o trabalho familiar liga-se à pequena produção e a parceria é praticada por pequenos produtores, pode-se supor que os parceiros contribuíram significativamente para o grande aumento da participação da mão-de-obra familiar na agricultura da microrregião. Por outro lado, o elevado aumento verificado na participação dos empregados permanentes na composição da força de trabalho — 124,70% entre 1970 e 1975 — conduz à idéia de que estes assalariados são vinculados aos grandes estabelecimentos de proprietários que estão se instalando na área, principalmente com a pecuária. Estes estabelecimentos não só utilizam mão-de-obra permanente como também cedem terras, em parceria e arrendamento, a produtores de alimentos básicos com a condição de que estes deixem o pasto formado ao término do contrato de parceria ou arrendamento. Em um processo como este, a recriação da pequena unidade produtiva continua a se fazer no âmbito do grande estabelecimento.

Uma outra consideração se pode tecer no que diz respeito ao emprego de insumos modernos e máquinas, que apresentou expressivo aumento, entre 1970 e 1975, da ordem de 195,83% nas despesas⁹ com adubos, corretivos e defensivos agrícolas e de 1.250,26% nas despesas com sementes e mudas; este maior aumento nas despesas com sementes e mudas prende-se, em grande parte, à formação de pastos artificiais, cuja área cresceu 168,45% no período focalizado. Quanto ao emprego de tratores e

⁸ Área média dos estabelecimentos (ha).

Anos/Produtor: 1970 — proprietário: 224,81; ocupante: 15,87; arrendatário: 3,82; parceiro: 5,88 — 1975 — proprietário: 187,91; ocupante: 10,97; arrendatário: 3,52; parceiro: 31,47.

⁹ Neste trabalho, todos os dados referentes ao valor no ano de 1970 foram inflacionados a fim de possibilitar a comparação com os dados de 1975. O inflator é baseado no índice Geral de Preços (conceito disponibilidade interna), coluna 2 base 1965/67 = 100. Fundação Getúlio Vargas.

de arados de tração mecânica, o aumento foi de 1.100% e 1.133%, respectivamente. Não se pretende com isto afirmar que o aumento verificado nestes indicadores de tecnificação representam a modernização da área, mas sim o seu dinamismo, dinamismo este decorrente da incorporação de áreas com a implantação de novas atividades agropecuárias — responsáveis pelo emprego mais intensivo de capital — e que evidencia o caráter de fronteira agrícola da microrregião de Imperatriz.

No espaço agrário modernizado escolheu-se uma área contígua ao núcleo de modernização representado pelas microrregiões paulistas da Grande São Paulo, Campinas e Jundiaí. Este núcleo se caracteriza por uma estrutura complexa de modernização e se constitui no maior mercado urbano nacional consumidor de produtos agropecuários, influenciando, portanto, as atividades agrárias das áreas que lhes são vizinhas. Nestas áreas estão englobadas as microrregiões de Sorocaba, Paranapiacaba, Bragança Paulista e Vale do Paraíba Paulista, tendo sido selecionada a microrregião de Bragança Paulista. A seleção se fez por haver esta microrregião apresentado a mais sensível modificação das atividades agrárias expressa, no período 1970-75, pela redução da área — em 5,71% — e do número — em 25,47% — de estabelecimentos rurais, e pela maior diminuição, no mesmo período, da área de lavouras alimentares básicas, características da pequena produção: arroz (— 25,33%), milho (— 14,58%) e feijão (— 29,99%).

Nesta microrregião, em que os estabelecimentos de até 100 hectares ocupam 92,07% do número e 48,06% da área total dos esta-

belecimentos rurais, a penetração do capital urbano tem se dado de modo intenso através da compra de terras, principalmente por firmas de loteamentos, a fim de implantarem chácaras de lazer, em função das condições de acessibilidade representadas, em parte, pela presença da rodovia Fernão Dias e das condições físicas hidroclimáticas. A presença destas chácaras, assim como a construção de represas pela CESP (Companhia Energética de São Paulo), têm contribuído para a retratação da atividade agropecuária, uma vez que nas chácaras de lazer¹⁰ a prática da agricultura é quase inexistente e a construção das represas foi responsável pela desapropriação de grandes áreas onde era realizada a exploração agropecuária.

A disputa pelo solo que a agricultura enfrenta com o capital urbano, a proximidade com o mercado consumidor formado pelas microrregiões que constituem o núcleo da modernização da agricultura em São Paulo e as condições favoráveis de acessibilidade a este mercado contribuem para que na microrregião de Bragança Paulista a hortifruticultura e a floricultura sejam as atividades que vêm apresentando importância crescente. Isto pode ser visto pelo aumento, no período 1970-75, de 8,74%, 9,60% e 36,09% no valor nominal dos produtos hortícolas, das frutas e das flores, respectivamente. Tais atividades são praticadas por produtores mais capitalizados, que podem fazer frente às despesas com insumos modernos — fertilizantes, corretivos, defensivos vegetais — e máquinas exigidos no processo produtivo, e atendem a uma faixa de consumidores de maior nível de exigência e de maior poder aquisitivo. São, portanto, atividades de alta rentabilidade que podem concorrer com

¹⁰ As chácaras de lazer que não têm produção comercial, embora situadas na zona rural, não são recenseadas como estabelecimentos agropecuários.

o capital urbano na disputa com o solo agrícola. Em contraposição, os produtores menos capitalizados dedicam-se, em sua maior parte, às lavouras alimentares básicas, bem menos exigentes em termos de utilização de insumos modernos, e destinados a atender a um segmento da população de menor poder aquisitivo. Estas lavouras, características da pequena produção, são as que têm apresentado maior retração em área pelas suas reduzidas possibilidades de concorrência com o capital urbano na ocupação da terra.

Vinculada à utilização da terra está a composição da mão-de-obra no período em questão, levando a inferir que a redução da força de trabalho familiar em 10,91% prende-se, em certa medida, à retração da área em lavouras alimentares básicas, aquelas que mais utilizam este tipo de mão-de-obra, que não é, entretanto, excluído das outras atividades agropecuárias da microrregião. Quanto aos empregados permanentes, o aumento de 21,51% pode ser ligado à sua presença em atividades como as da hortifruticultura, da floricultura e da criação de suínos e aves. Em relação à mão-de-obra temporária, o aumento significativo de 62,52% pode ser atribuído à sua elevada participação na horticultura, em que a não mecanização da colheita implica uma grande necessidade de força de trabalho assalariada temporária nessa fase do processo produtivo.

A importância da hortifruticultura responde também pela permanência do uso de insumos modernos e máquinas no processo produtivo, visto nas despesas com adubos, corretivos, sementes, mudas e defensivos agrícolas que perfizeram, em 1970, Cr\$ 408,36 por hectare cultivado e, em 1975, Cr\$ 611,17, e no uso de tratores que, no período considerado, manteve-se o mesmo, 20 máquinas para cada 1000 hectares cultiva-

dos, enquanto o número de arados de tração mecânica por 1000 hectares cultivados foi de 14, em 1970, e de 19, em 1975. Estes indicadores de tecnificação evidenciam o nível de modernização das atividades agropecuárias na microrregião de Bragança Paulista, modernização esta que é característica de um espaço marcado pelas relações mais estreitas da agricultura com o grande capital comercial e/ou industrial.

Conforme o que se pode extrair das colocações já feitas anteriormente sobre as duas áreas de pesquisa, percebe-se que as formas de organização da produção em cada uma delas refletem o grau de articulação da agricultura com o capital.

Para melhor entendimento desta articulação é necessário pensar que, quando considerada a economia nacional como um todo, é o capital industrial aquele que apresenta uma posição de hegemonia no país em termos de acumulação, porém, ao serem consideradas as regiões onde a produção agropecuária apresenta um baixo nível de desenvolvimento, é o capital comercial que mantém a posição hegemônica no processo de acumulação.

A microrregião de Imperatriz (MA) se situa em um espaço em que o capital comercial é dominante e, através de uma cadeia de intermediação, atua de tal forma que a acumulação se dá apenas no nível da circulação, o que impossibilita o pequeno produtor de obter uma margem de lucro para reinvestir na sua produção. Assim, este pequeno produtor consegue tão-somente a sua reprodução, ou seja, garante a sua sobrevivência.

A microrregião de Bragança Paulista (SP) faz parte de um espaço em que a agricultura se articula com o capital industrial, que é o dominante, e com o grande capital comercial. Com o capital

industrial a ligação se dá em função do uso de insumos modernos e máquinas pela agricultura, a qual mudou sua base técnica de produção para, em especial, atender às solicitações de um mercado urbano-industrial. Com o capital comercial a vinculação se dá, principalmente, através de um sistema cooperativista que coloca a produção em grandes mercados atacadistas. Entretanto, no caso da pequena produção, a mudança da base técnica, na maioria das vezes, não significa a capitalização do produtor, já que este, para modernizar-se, torna-se dependente do sistema de crédito e, desta forma, a maior parcela de seus ganhos se destina a saldar seus compromissos creditícios. Assim, o pequeno produtor se envolve em um processo de endividamento que o impede de capitalizar-se apenas tecnificando a sua produção.

2 — O QUADRO AGRÁRIO

Na procura de um entendimento da pequena produção, a estrutura fundiária é um dos elementos que contribuem para este entendimento. Isto porque ela assume o papel de suporte do processo produtivo e se relaciona a todos os outros elementos que caracterizam este processo e, logicamente, à pequena produção. Nesta ordem de idéias, o tamanho do estabelecimento é aqui relacionado aos usos e ao acesso à terra, seja sob a forma de propriedade, parceria, arrendamento e posse, e a sua categorização tomada não de modo isolado, como se o tamanho fosse uma condição determinante de todo o processo produtivo, seja comparada a outros elementos deste processo, de modo que possa ser avaliado o grau das transformações da base técnica da pequena produção em face da penetração mais efetiva do capital na agricultura.

2.1 — Características do quadro agrário na Microrregião de Imperatriz (MA).

A área total dos cento e trinta e seis estabelecimentos amostrados abrange 5.851,05 hectares, sendo a maior proporção da mesma utilizada em pastos: 15,58% artificiais e 10,64% naturais (Tabela 1). Entretanto, esta utilização deve ser vista juntamente com o efetivo do rebanho bovino, que permite constatar a baixa lotação dos pastos — 0,68 cab/ha — reveladora de uma pecuária praticada de modo extensivo, apesar da presença de pastagens artificiais. Isto leva a supor que a formação de pastos artificiais vincula-se também a uma especulação com a terra, que é, muitas vezes, tomada como reserva de valor. Em relação à lavoura há uma nítida predominância da lavoura temporária, que é constituída de produtos alimentares básicos, em que o arroz é a cultura mais importante, pois sua área totaliza, em todos os estratos, mais de 60% da área em lavoura temporária (Tabela 2). Evidencia-se, assim, uma orientação para a rizicultura, que é vista também ao se analisarem os dados do valor da produção vendida de arroz no valor total da produção vendida da lavoura — 83,5%.

Uma outra observação pode ainda ser feita a partir da tabela 1, com referência à proporção de terras em descanso, que revela um sistema de rotação de terras indicativo do baixíssimo nível tecnológico com que é praticada a atividade agrária e sempre possível pela disponibilidade de terras no âmbito do estabelecimento — 41,93% da superfície total dos estabelecimentos são ocupados com matas naturais.

Estes grandes usos da terra, vistos em conjunto, fornecem o nível de aproveitamento da área dos estabelecimentos. Considerando os

TABELA 1

Utilização da Terra — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (ha)	MATAS NATURAIS		TERRAS EM DESCANSO		TERRAS INAPROVEITÁVEIS	
			Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Até 10.....	52	197,18	14,85	7,53	23,74	12,04	2,65	1,34
10 — 20.....	7	103,24	18,55	17,97	19,25	18,65	2,53	2,45
20 — 50.....	29	1 079,44	409,95	37,98	163,96	15,19	35,99	3,33
50 — 100.....	48	4 471,19	2 010,07	44,96	834,08	18,65	439,56	9,83
TOTAL.....	136	5 851,05	2 453,42	41,93	1 041,03	17,79	480,70	8,22

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	LAVOURA PERMANENTE		LAVOURA TEMPORÁRIA		PASTOS NATURAIS		PASTOS ARTIFICIAIS	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Até 10.....	1,50	0,76	115,99	58,82	6,30	3,20	32,15	16,30
10 — 20.....	2,26	2,19	13,69	3,26	—	—	46,96	45,49
20 — 50.....	9,75	0,90	57,14	5,29	219,01	20,29	183,64	17,01
50 — 100.....	10,80	0,24	130,30	2,91	397,44	8,89	646,94	14,51
TOTAL.....	24,31	0,42	317,12	5,42	622,75	10,34	911,69	15,58

Fonte: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

TABELA 2

Utilização da terra com lavouras — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	LAVOURA TEMPORÁRIA										LAVOURA PERMANENTE					
	Área total (ha)	Arroz		Fava		Feijão		Mandioca		Milho		Área total (ha)	Banana		Laranja	
		Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%		Área (ha)	%	Área (ha)	%
Até 10.....	115,99	78,78	67,92	2,18	2,84	12,21	10,53	5,97	1,55	19,91	17,17	1,50	0,90	60,00	0,60	40,00
10 — 20.....	13,69	10,23	74,73	1,03	0,15	1,08	7,89	1,00	4,38	1,76	12,86	2,26	2,10	92,92	0,16	7,08
20 — 50.....	57,14	38,69	67,71	1,71	3,22	4,98	8,72	4,50	6,14	13,10	22,99	9,75	7,65	78,46	2,10	21,34
50 — 100.....	130,30	86,35	66,27	3,90	4,06	10,88	8,35	12,00	7,71	17,74	13,15	10,80	7,50	69,44	3,30	30,56
TOTAL.....	317,12	214,05	67,50	8,82	3,29	18,27	5,76	23,47	5,03	52,51	16,56	24,31	18,15	74,66	6,16	25,34

Fonte: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

estratos aqui definidos, verifica-se uma relação entre a maior área produtiva e os menores estratos, ou seja, nos estabelecimentos de

até 20 hectares há uma utilização mais intensiva da terra, uma vez que a percentagem da área explorada é superior a 80% da área

total do estabelecimento (Tabela 3).

TABELA 3

Nível de aproveitamento das terras — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (ha)	ÁREA EFETIVAMENTE UTILIZADA	
		Absoluta (ha)	Relativa (%)
Até 10.....	197,33	182,33	92,47
10 — 20.....	103,24	84,69	82,03
20 — 50.....	1 079,44	669,49	62,09
50 — 100.....	4 471,19	2 461,12	55,04
TOTAL.....	5 851,05	3 397,63	58,06

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

Importante é examinar este fato em confronto com cada um dos usos da terra, pois só desta forma são apreendidas as principais diferenciações internas no nível de aproveitamento da mesma. Assim é que se percebe a maior importância da ocupação da terra com lavouras temporárias, em especial nos dois primeiros estratos, enquanto a lavoura permanente mostra-se pouco expressiva em todos os estratos. Outra apreciação pode ser feita no que se refere à área ocupada com matas, que acompanha o aumento da superfície dos estabelecimentos e que garante, em parte, a permanência do sistema de “roças”. Como decorrência de a lavoura poder ocupar solos férteis em áreas de mata recém-abertas, é assegurada uma produtividade elevada em uma agricultura praticada de modo extensivo.

Uma outra relação que pode ser buscada com o tamanho dos estabelecimentos é a que diz respeito à condição do produtor. Do total de produtores proprietários, a maior proporção é encontrada nos estratos de área superior a 20

hectares, uma vez que é este o tipo de produtor que possui as melhores condições financeiras para a compra de terras ou para arcar com as despesas de legalização da posse da terra. Um outro tipo de produtor é o ocupante que aparece em maior proporção nos estratos menores, de até 20 hectares, o que se explica em função de sua reduzida possibilidade de se apropriar de uma área que exceda em demasia àquela necessária à sua subsistência e à capacidade produtiva da mão-de-obra familiar. É este produtor o que, por não ter definida a propriedade da terra, sofre maior pressão com a entrada de grandes proprietários na área. Este fato obriga o ocupante a um deslocamento em busca de novas áreas a fim de abrir sua “roça”, mantendo, assim, a permanência de uma agricultura itinerante, ou o transforma em um arrendatário, um parceiro ou um assalariado inteiramente desprovido dos meios de produção.

Quanto ao produtor arrendatário, por sua concentração no estrato de até 10 hectares, onde foram encontrados vinte e um dos vinte e dois investigados, não é possível uma avaliação mais ampla de sua situação. Com as informações fornecidas pelos arrendatários investigados, conclui-se que este tipo de produtor apresenta uma mobilidade bastante grande, uma vez que sua lavoura quase sempre precede a formação de pastos para o proprietário da terra, sendo fixada, em contrato verbal, a duração de dois anos para o arrendamento, que, na maioria das vezes, é pago em cota fixa de produto, ocorrendo também a modalidade do pagamento em serviço pré-determinado pelo proprietário. No contrato verbal estabelecido entre o proprietário e o arrendatário também é determinado o tipo de produto a ser cultivado, o que mostra a total interferência do

dono da terra no processo de decisão do arrendatário, que é, desta forma, um produtor inteiramente dependente do proprietário a quem ainda serve eventualmente como assalariado temporário.

Uma análise pode ser feita para se verificar em que medida o tamanho reflete a renda do estabelecimento; para tanto os estabelecimentos são categorizados segundo a sua receita líquida anual (considerada, neste trabalho, como a diferença entre o valor da produção vendida e as despesas com insumos e mão-de-obra) tomada em relação ao salário mínimo médio mensal. Considerando os estratos fundiários, verifica-se que nos três primeiros (até 50 hectares) mais de 90% dos estabelecimentos computados posicionam-se com uma receita líquida anual de até vinte e quatro salários mínimos. Apenas no estrato de 50 a 100 hectares há 6,25% dos estabelecimentos nas classes de mais de cinquenta salários mínimos, equivalente, entretanto, esta proporção a três estabelecimentos com Cr\$ 91.000,00, Cr\$ 94.000,00 e Cr\$ 148.000,00 da receita líquida anual (Tabela 4).

TABELA 4

Distribuição percentual dos estabelecimentos, segundo a receita líquida anual em relação ao Salário Mínimo — MRH Imperatriz (MA)

CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO (1)	CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)			
	Até 10	10 — 20	20 — 50	50 — 100
Até 3.....	28,85	—	37,93	8,33
3 a 6.....	15,39	28,57	24,14	16,67
6 a 12.....	26,92	71,43	10,34	29,17
12 a 24.....	19,23	—	20,69	22,91
24 a 50.....	7,69	—	6,90	16,67
50 a 100.....	1,92	—	—	4,17
Mais de 100.....	—	—	—	2,08

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

(1) Salário mínimo médio mensal (Cr\$ 1.003,20), em 1978, calculado com base no valor de Cr\$ 787,20 de janeiro a abril e Cr\$ 1.111,20 de maio a dezembro.

Deste modo, nota-se que é pouco significativa a diferença entre a receita líquida gerada nos estabelecimentos de maior e de menor área, embora não tenha deixado de haver uma correspondência entre o tamanho do estabelecimento e sua receita líquida anual. Os baixos níveis de receita líquida mostram a fraca capitalização da agricultura nos estabelecimentos investigados e servem como primeiro indicador para a afirmativa de que, nesta área pesquisada, os estabelecimentos de até 100 hectares podem ser considerados uma pequena unidade produtora.

2.2 — Características do quadro agrário na Microrregião de Bragança Paulista (SP).

Nesta microrregião a área pesquisada abrange 2.606,39 hectares, correspondentes à superfície dos cento e trinta e três estabelecimentos amostrados. Considerando os grandes usos da terra (Tabela 5), verifica-se a importância das pastagens, que ocupam 46,41% da área total destes estabelecimentos, sendo elevada a proporção de pastos naturais, que perfazem, praticamente, o dobro da área em pastos artificiais. Entre os dois tipos de lavouras, cuja participação é equilibrada em todos os estratos, é a temporária aquela que apresenta a maior área e, no seu elenco, ressalta a cultura do milho (Tabela 6), que é subsidiária da atividade criatória, em especial da suinocultura e da avicultura. Participando com uma área reduzida, estão os produtos altamente valorizados da horticultura, o que revela uma especialização da produção na microrregião. Um outro indicador que reforça esta afirmativa é a significância da área da fruticultura permanente, que perfaz 41,62% da área total ocupada pela lavoura permanente, sendo a proporção restante detida pela lavoura do café, indicativa de um tipo de ocupação da terra que foi do-

TABELA 5

Utilização da terra — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	NÚMERO DOS ESTA- BELECI- MENTOS	ÁREA DOS ESTABELE- CIMENTOS	LAVOURA PERMANENTE		LAVOURA TEMPORÁRIA		PASTOS NATURAIS		PASTOS ARTIFICIAIS	
			Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Até 10.....	62	322,18	31,84	9,88	105,99	32,90	75,51	23,44	16,07	4,99
10 — 20.....	26	391,62	38,53	9,84	103,37	26,40	124,42	31,77	44,09	11,26
20 — 50.....	34	1 081,89	41,69	3,85	169,35	15,65	283,71	26,23	217,90	20,14
50 — 100.....	11	810,70	22,49	2,77	99,83	12,31	245,78	30,32	139,31	17,18
TOTAL.....	133	2 606,39	134,55	5,16	478,54	18,36	729,42	27,99	417,37	16,01

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	MATAS NATURAIS		MATAS PLANTADAS		TERRAS EM DESCANSO		TERRAS INAPROVEITÁVEIS	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Até 10.....	30,13	9,35	8,73	2,71	18,97	5,89	34,94	10,84
10 — 20.....	41,10	10,49	19,97	5,10	12,20	3,11	7,94	2,03
20 — 50.....	158,40	14,64	109,16	10,09	38,52	3,56	63,16	5,84
50 — 100.....	73,67	9,09	140,98	17,39	28,53	3,52	60,11	7,41
TOTAL.....	303,30	11,64	278,84	10,70	98,22	3,77	166,15	6,37

FONTE: IBGE — DEGEQ/DIRUR — Pesquisa direta — 1980.

TABELA 6

Utilização da terra com lavouras — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMEN- SIONAIS (ha)	LAVOURA TEMPORÁRIA																
	Área total (ha)	Milho		Feijão		Arroz		Batata- inglesa		Mandioca		Cana-de açúcar		Fumo		Girassol	
		Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Até 10.....	105,99	47,33	44,64	31,56	29,77	5,40	5,09	—	—	0,29	0,27	0,23	0,19	—	—	2,42	2,28
10 — 20..	103,37	51,92	50,22	33,68	32,58	3,01	2,91	—	—	0,29	0,28	5,13	4,96	—	—	—	—
20 — 50..	169,35	89,92	53,09	52,23	30,84	6,21	3,66	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
50 — 100..	99,83	52,47	52,55	20,71	20,74	6,66	6,67	19,36	19,39	0,02	0,02	—	—	0,61	0,61	—	—
TOTAL....	478,54	241,64	50,49	138,18	28,87	21,28	4,44	19,36	4,04	0,60	0,12	5,33	1,11	0,61	0,12	2,42	0,50

CATEGORIAS DIMEN- SIONAIS (ha)	LAVOURA TEMPORÁRIA								LAVOURA PERMANENTE					
	Amendoim		Fruticultura (1)		Horticultura		Floricultura		Área total (ha)	Café		Fruticultura		
	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%		Área (ha)	%	Área (ha)	%	
Até 10.....	0,01	0,01	—	—	2,02	1,90	16,76	15,81	31,84	5,79	18,18	28,05	81,81	
10 — 20..	—	—	6,75	6,52	0,88	0,85	1,71	1,60	38,53	18,78	48,74	19,75	51,25	
20 — 50..	1,21	0,71	12,10	7,14	4,95	2,74	3,03	1,78	41,69	32,99	79,13	8,70	20,86	
50 — 100..	—	—	—	—	—	—	—	—	22,49	20,99	93,33	1,50	6,66	
TOTAL.....	1,22	0,25	18,85	3,93	7,55	1,57	21,50	4,49	134,55	78,55	58,37	56,00	41,62	

FONTE: IBGE — DEGEQ/DIRUR — Pesquisa direta — 1980

(1) A fruticultura temporária refere-se ao morango

minante e que vem decrescendo de importância em função da substituição por atividades especializadas de maior rentabilidade e que são praticadas próximo aos grandes mercados urbanos.

Ainda com relação aos grandes usos, verifica-se uma proporção pequena das terras deixadas em descanso, o que indica um sistema de cultivo em que, praticamente, não há a rotação de terras. Uma outra observação pode ser feita a respeito da relevância da silvicultura, que utiliza 10,70% da área dos estabelecimentos e é representada pelo reflorestamento com eucaliptos e *pinus*. Também torna-se válido chamar a atenção para a área relativamente elevada de terras inaproveitáveis que são constituídas por encostas íngremes, pedreiras e áreas de brejos. Quanto às encostas íngremes, o seu aproveitamento não é possível em uma agricultura em que é grande o uso da mecanização, o que responde pela manutenção destas áreas como inaproveitáveis. Quanto às áreas de brejos, a sua permanência se justifica pelo alto custo envolvido na sua recuperação e que está, freqüentemente, acima da capacidade de investimento do produtor.

Esta ocupação da terra, quando apreciada em sua totalidade, permite verificar o alto nível de aproveitamento da área dos estabelecimentos (Tabela 7) com pequenas diferenças entre os estratos. Este aproveitamento se faz com o uso de máquinas e insumos modernos (ver Tabelas 31 e 32), que indica o elevado grau de modernização da agricultura na área pesquisada.

Além da utilização da terra, pode, também, ser vista a condição do produtor em relação ao tamanho dos estabelecimentos. A área sob investigação não apresenta problemas relativos à propriedade das terras, sendo dominante a categoria de produtores proprietários

TABELA 7

Nível de aproveitamento das terras
— MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS (ha)	ÁREA EFETIVAMENTE UTILIZADA	
		Absoluta (ha)	Relativa (%)
Até 10.....	322,18	273,08	84,76
10 — 20.....	391,62	342,58	87,48
20 — 50.....	1 081,89	860,33	79,52
50 — 100.....	810,70	676,92	83,50
TOTAL.....	2 606,39	2 152,91	82,60

FONTE: IBGE — DEGEQ/DIRUR — Pesquisa direta — 1980.

que se distribuem de maneira equilibrada em todos os estratos. O predomínio dos produtores proprietários e a reduzida disponibilidade de terras devolutas não significa, entretanto, uma total estabilidade da estrutura fundiária, uma vez que a pesquisa direta revela a entrada de capital urbano se apropriando de estabelecimentos de pequenos proprietários a fim de transformá-los em chácaras de lazer. Isto revela uma forma de expulsar o produtor para outras áreas rurais, às vezes fora do estado, onde ele permanecerá como agricultor, proprietário ou não, ou para áreas urbanas, onde virá a ser um trabalhador desprovido do seu principal meio de produção que é a terra. Outro tipo de produtor — o parceiro — por ser, na maioria das vezes, um agricultor com reduzidos recursos, não é encontrado como responsável por estabelecimentos de mais de 50 hectares. Isto é entendido, uma vez que o proprietário apenas cede a terra arada, cabendo, portanto, ao parceiro todos os demais encargos da produção. Nesta microrregião é comum o parceiro desempenhar também a função de administrador nos estabelecimentos onde o proprietário é absenteísta.

Outra análise, a decorrente da comparação entre as categoriza-

ções por área e por receita líquida anual (Tabela 8), evidencia maiores diferenciações internas nos estabelecimentos de duas classes dimensionais: a de até 10 hectares e a de 50 a 100 hectares. Na primeira delas a maior proporção de estabelecimentos concentra-se nas classes extremas, sendo que o percentual de estabelecimentos com receita líquida anual de até três salários mínimos é o dobro daquele com receita líquida anual superior a cem salários mínimos. No estrato de 50 a 100 hectares a concentração também se dá nas classes extremas, porém a maior proporção corresponde a estabelecimentos com receita líquida anual superior a cem salários mínimos e é, aproximadamente, quatro vezes maior do que o percentual de estabelecimentos com receita líquida de até três salários mínimos.

TABELA 8

Distribuição percentual dos estabelecimentos, segundo a receita líquida anual em relação ao Salário Mínimo — MRH Bragança Paulista (SP)

CLASSES DE SALÁRIO MÍNIMO (1)	CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)			
	Até 10	10 → 20	20 → 50	50 → 100
Até 3.....	40,32	19,23	14,71	18,18
3 a 6.....	4,84	—	2,94	9,09
6 a 12.....	8,06	7,69	14,71	—
12 a 24.....	12,90	23,08	14,71	—
24 a 50.....	8,06	23,08	23,53	—
50 a 100.....	4,84	3,84	5,88	9,09
Mais de 100.....	20,98	23,08	23,53	63,64

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

(1) Salário mínimo médio mensal (Cr\$ 2.142,80), em 1979, calculado com base no valor de Cr\$ 1.560,00 de janeiro a abril, Cr\$ 2.268,00 de maio a outubro e Cr\$ 2.932,80 em novembro e dezembro.

Quando examinadas em conjunto as categorias dimensionais, percebe-se uma correspondência entre o aumento da área e o aumento da receita líquida anual. A título de exemplo, quando se con-

sidera, a nível agregado, as classes de salário mínimo mais elevadas — acima de 24 salários — percebe-se um aumento da proporção do número de estabelecimentos à medida que aumenta a superfície dos mesmos: 33,88% dos estabelecimentos na classe de até 10 hectares, 51,00% na classe de 10 a 20 hectares, 52,94% na classe de 20 a 50 hectares e 72,73% na classe de 50 a 100 hectares.

Uma outra observação pode ainda ser feita a partir da tabela ora analisada no que diz respeito à capitalização do produtor. Pelo posicionamento de mais de 70% dos estabelecimentos dos três estratos de área inferior a 50 hectares na faixa de receita líquida anual equivalente a até cinquenta salários mínimos é possível deduzir-se que os produtores, por seu baixo nível de capitalização, não conseguem reinvestir com recursos próprios no processo produtivo, muito embora apresentem um expressivo grau de tecnificação (ver Tabelas 31 e 32). Quanto aos estabelecimentos de 50 a 100 hectares, é elevada a proporção — 63,64% — com receita líquida anual superior a cem salários mínimos, sendo que, destes, três estabelecimentos atingem uma receita líquida anual que varia de Cr\$ 760.000,00 a Cr\$ 1.160.000,00. Este fato permite pensar que os estabelecimentos desta classe de 50 a 100 hectares não devem ser considerados como pequenas unidades de produção, quando vistos em função de sua receita líquida anual. Por outro lado, o fato de mais de 20% dos estabelecimentos com área inferior a 50 hectares posicionarem-se na classe de receita líquida anual de mais de cem salários mínimos conduz ao mesmo tipo de pensamento e traduz uma vinculação com o tipo de produto. Assim, corresponde aos estabelecimentos hortifrutigranjeiros, floricultores e de pecuária leiteira a receita líquida anual mais elevada, sendo

os estabelecimentos produtores de alimentos básicos aqueles que se posicionam nas classes de menor receita.

Em uma apreciação comparativa sobre as duas áreas de pesquisa, é possível estabelecer uma primeira diferenciação no que concerne ao uso da terra. O predomínio das pastagens nas duas áreas apresenta um significado diferente: na microrregião de Imperatriz destacam-se os pastos artificiais, evidenciando não só a implantação de novas atividades como também a transformação das atividades já existentes ou ainda a especulação de terras; na microrregião de Bragança Paulista predominam as pastagens naturais, características da área, uma vez que a modernização na pecuária liga-se mais à suinocultura e à avicultura. Com relação à atividade agrícola, destaca-se a lavoura de produtos alimentares básicos, com ênfase na rizicultura, na microrregião de Imperatriz, enquanto que são os produtos altamente valorizados da hortifrutifloricultura os mais importantes no elenco das lavouras da microrregião de Bragança Paulista.

As diferenciações relativas ao acesso à posse da terra nas duas áreas de estudo podem ser vistas pela presença acentuada do ocupante na microrregião de Imperatriz e o predomínio do proprietário na microrregião de Bragança Paulista. Em ambas as áreas a penetração do capital gera mobilidade dos produtores, porém com atuação e intensidades diversas. Enquanto na primeira área são os ocupantes os que mais se deslocam em função da implantação ou transformação das atividades agrárias, na segunda área são os proprietários os que apresentam esta mobilidade, embora em menor grau, e em função de uma ocupação não produtiva da terra — chácara de lazer.

Uma última diferenciação pode ser constatada em relação à receita líquida anual referida às classes de salário mínimo médio mensal e distribuída segundo as categorias dimensionais. Se, por um lado, na microrregião de Imperatriz é aceitável o tamanho de estabelecimentos de até 100 hectares servir de referência para a pequena produção, uma vez que nestes estabelecimentos é bastante baixa a receita líquida anual, por outro lado, na microrregião de Bragança Paulista, é questionável a inclusão na categoria de pequena produção não só dos estabelecimentos de 50 a 100 hectares, já que, em grande proporção, estes estabelecimentos se posicionam na faixa mais alta de receita líquida anual, como também dos estabelecimentos de menos de 50 hectares quando se posicionam na faixa mais alta de receita líquida anual. Esta observação evidencia o fato de que, no modo de produção capitalista, deve-se avaliar a grandeza do capital na agricultura através da sua expressão monetária — receita líquida obtida na exploração do solo rural — e não da sua expressão métrica — tamanho da área. Isto ocorre porque o capital aplicado na esfera da produção rompe os limites impostos pelo tamanho da unidade produtiva à sua expansão através da intensificação do uso da terra com o emprego de insumos modernos e máquinas.

3 — A COMPOSIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

É incontestável que o capital, ao penetrar no processo produtivo agrícola, provoca transformações que espelham o próprio nível em que se dá esta penetração. Assim é que o desenvolvimento da agricultura brasileira tem sido caracterizado por uma forma desigual em termos de acumulação de capital, de progresso técnico e de con-

dições de mercado de trabalho. No que concerne ao mercado de trabalho agrícola, há um crescente contingente de trabalhadores assalariados em condições de vida bastante precárias que abrange tanto os “volantes” — assalariados totalmente desprovidos dos seus meios de produção — quanto pequenos proprietários, ocupantes, arrendatários e parceiros que se assalariam, em alguma fase do calendário agrícola, a fim de complementar sua subsistência. Estas condições se concretizam em áreas onde a agricultura se tecnificou — pelo menos em algumas fases do ciclo produtivo — em áreas onde a expansão da pecuária tem acarretado uma precária absorção da mão-de-obra e em áreas onde a terra permanece como reserva de valor.

A análise que se segue, da composição da mão-de-obra, baseada nos dados da pesquisa direta, possibilitará uma comprovação empírica destes casos, além de permitir uma diferenciação entre as próprias unidades pesquisadas quanto ao emprego de mão-de-obra familiar e assalariada temporária e permanente.

3.1 — O Perfil da mão-de-obra na Microrregião de Imperatriz (MA).

O perfil de absorção da mão-de-obra nos estabelecimentos pesquisados (Tabela 9) mostra a predominância da mão-de-obra familiar em todos os estratos, contrastando com o assalariamento permanente que aparece apenas no estrato de 50 a 100 hectares, em proporção extremamente baixa. A presença de assalariados permanentes no estrato de maior área justifica-se pela prática da pecuária (ver Tabela 20), atividade que supõe o emprego imprescindível deste tipo de mão-de-obra, não significando uma transformação modernizadora no processo produtivo. Importante é dizer que o pagamento da

mão-de-obra permanente na pecuária, em alguns casos, ainda se faz pelo sistema de “sorte” — de cada três ou quatro bezerros nascidos, um é do empregado — mostrando a permanência de relações de trabalho não capitalistas.

Quanto ao assalariamento temporário, sua participação só é mais significativa nos estabelecimentos de área superior a 20 hectares e não se percebem, em todos os estratos fundiários, sensíveis oscilações no número de assalariados temporários entre as diversas fases do processo produtivo, muito embora sejam as fases do preparo da terra e da colheita as de maior solicitação deste tipo de mão-de-obra (Tabela 10).

Os trabalhadores assalariados temporários são, em número significativo, pequenos produtores que, nas fases de menor exigência de trabalho agrícola nos seus estabelecimentos, se assalariam eventualmente em estabelecimentos de maior área e que, por isto, sempre necessitam de mão-de-obra temporária. Constata-se esta afirmativa analisando-se a tabela 11, que mostra, em todos os estratos, o assalariamento do chefe de família, o qual é da proporção de 22,79% em relação ao total de estabelecimentos pesquisados. Esta proporção torna-se bem mais significativa — 36,02% — ao se considerar o número de estabelecimentos com assalariamento do produtor (31), do produtor e da sua família (14) e dos membros (4). Uma informação adicional pode ser acrescida quanto ao assalariamento de produtores arrendatários e proprietários. Dentre os primeiros, num total de vinte e dois investigados, a metade se assalaria, supondo-se que isto aconteça pelo fato de que eles atendam, eventualmente, às necessidades de mão-de-obra do proprietário que lhes arrenda a terra. Supõe-se também que o assalariamento de proprietários de estabelecimentos de maior área (50 a

TABELA 9

Composição da mão-de-obra — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	TOTAL DE PES-SOAL OCUPADO	MÃO-DE-OBRA FAMILIAR				ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS		ASSALARIADOS PERMANENTES		MORADORES E OUTRAS CONDIÇÕES	
		Adulto	Menor	Total		Número	%	Número	%	Número	%
				Número	%						
Até 10.....	124	88	30	118	95,16	6	4,84	—	—	—	—
10 → 20.....	19	9	9	18	94,74	1	5,26	—	—	—	—
20 → 50.....	83	47	23	70	84,34	13	15,66	—	—	—	—
50 → 100.....	150	80	29	109	74,15	34	23,13	4	2,72	3	2,04
TOTAL.....	376	224	91	315	83,78	54	14,36	4	1,06	3	0,80

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

TABELA 10

Número máximo de assalariados temporários, segundo as fases do calendário agrícola — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS			
	Preparo da terra	Plantio	Tratos culturais	Colheita
Até 10.....	25	14	6	34
10 → 20.....	6	5	1	9
20 → 50.....	16	5	13	16
50 → 100.....	39	28	34	70
TOTAL.....	86	52	54	129

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

TABELA 11

Trabalho exercido pelo produtor e sua família em outro estabelecimento rural — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	ESTABELECIMENTOS EM QUE O PRODUTOR TROCA O SERVIÇO		ESTABELECIMENTOS EM QUE O PRODUTOR SE ASSALARIA					
		Número	%	Chefe da família		Membros da família		Chefes e membros da família	
				Número	%	Número	%	Número	%
Até 10.....	52	6	11,53	15	28,84	1	1,92	9	17,30
10 → 20.....	7	—	—	2	28,57	1	14,28	—	—
20 → 50.....	29	1	3,44	11	37,93	1	3,44	2	6,89
50 → 100.....	48	5	10,41	3	6,25	1	2,08	3	6,25
TOTAL.....	136	12	8,82	31	22,79	4	2,94	14	10,29

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

100 ha) deva-se, em parte, a uma subutilização de suas terras, uma vez que o tamanho da área efetivamente utilizada depende, fundamentalmente, do número de pessoas da família que podem trabalhar.

Cabe observar, todavia, que o assalariamento temporário do chefe e membros da família não pode ser examinado apenas em relação ao tamanho do estabelecimento e ao tamanho da família do produtor, mas sim deve ser visto em um contexto, no qual constitui, em si mesmo, um reflexo do fraco desenvolvimento das forças produtivas na área pesquisada. Ao se considerar a relação entre a receita líquida anual dos estabelecimentos pesquisados com a mão-de-obra familiar (Tabela 12), percebe-se que em todos os estratos fundiários o rendimento mensal do trabalho, por membro da família, é inferior ao salário mínimo médio mensal regional vigente em 1978 (Cr\$ 1.003,20), representando quase a metade deste salário, ao se considerarem os dados a nível agre-

gado. Observa-se que nos estabelecimentos até 50 hectares o rendimento mensal do trabalho familiar mantém-se em torno de um terço (1/3) do salário mínimo, e só atinge pouco mais de dois terços (2/3) deste salário nos estabelecimentos de 50 a 100 hectares. Daí pode-se inferir que, em termos de renda do trabalho familiar, é possível incluir na microrregião de Imperatriz os produtores responsáveis por estabelecimentos de até 100 hectares, na categoria de pequenos produtores.

Ainda em relação aos trabalhos agrícolas verificou-se, nos estabelecimentos pesquisados, a prática de troca de dias de serviço, justificada não só pela impossibilidade de o produtor e sua família realizarem todas as tarefas em épocas do calendário agrícola de maior exigência de trabalho, como também pelos seus baixos rendimentos, que não lhe permitem assalariar o número suficiente de trabalhadores requeridos para a exploração de sua unidade produtora. Esta prática foi detectada em 8,82% dos estabelecimentos, quando considerados os dados a nível agregado. A troca de dias de serviço torna-se, desta forma, essencial para reproduzir o processo de trabalho do pequeno produtor e é combinada mais freqüentemente nos "centros"¹¹ e povoados, em função da maior possibilidade de contatos entre os produtores.

Essas constatações conduzem à afirmativa de que os pequenos produtores investigados, mesmo complementando sua renda com trabalho assalariado, não têm condições de gerar um excedente para ser empregado na transformação da base técnica de seu processo produtivo.

TABELA 12

*Rendimento do trabalho familiar
MRH Imperatriz (MA)*

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	RECEITA LÍQUIDA ANUAL (Cr\$)	MÃO-DE-OBRA FAMILIAR		
		Pessoal ocupado	Rendi- mento mensal do tra- balho (Cr\$)	% em relação ao salário mínimo
Até 10.....	460 118,00	118	324,94	32,39
10 → 20.....	53 455,00	18	247,47	24,67
20 → 50.....	238 072,00	70	283,41	28,25
50 → 100.....	916 295,50	109	700,53	69,83
TOTAL.....	1 667 940,50	315	441,25	43,98

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

¹¹ Centro — era originalmente o local interiorizado na mata, considerado de solos mais férteis em relação à beira dos rios e onde, por isto, os agricultores abriam suas roças. No momento atual, a expansão dos "centros" distancia as roças do seu local de origem e, assim, o "centro" se torna, cada vez mais, apenas um lugar de moradia, onde emergem algumas incipientes atividades urbanas.

3.2 — O Perfil da mão-de-obra na Microrregião de Bragança Paulista (SP)

O exame da composição da mão-de-obra nos estabelecimentos amostrados (Tabela 13) revela a maior participação da mão-de-obra familiar em todos os estratos, representando 60,28% do total de pessoal ocupado. O assalariamento permanente, com 22,18% do número total de trabalhadores, vincula-se a uma especialização da área em atividades que exigem este tipo de trabalho, como floricultura, avicultura, suinocultura e pecuária leiteira praticadas com o emprego de máquinas e insumos modernos (ver Tabela 31 e 32), evidenciando

o grau de modernização do processo produtivo. Nestas atividades constata-se o emprego de menores, em especial na floricultura e na avicultura. Isto se dá pela soma de vantagens que esta mão-de-obra oferece ao proprietário, já que alia ao salário mais baixo a capacidade de um bom desempenho em tarefas que não exigem muito dispêndio de força física.

No que se refere ao assalariamento temporário, é facilmente percebida a oscilação no número de trabalhadores desta categoria de mão-de-obra entre as diferentes etapas do ciclo produtivo (Tabela 14), sendo bastante elevada a sua participação na época da colheita.

TABELA 13

Composição da mão-de-obra — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	TOTAL DE PESSOAL OCUPADO	MÃO-DE-OBRA FAMILIAR				ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS		ASSALARIADOS PERMANENTES				OUTRA CONDIÇÃO	
		Adulto	Menor	Total		Número	%	Adulto	Menor	Total		Total	
				Número	%					Número	%	Número	%
Até 10....	179	112	22	134	74,86	4	2,23	34	4	38	21,23	3	1,68
10 — 20....	117	60	13	73	62,39	35	29,92	4	1	5	4,27	4	3,42
20 — 50....	208	90	12	102	49,04	12	5,77	64	6	70	33,65	24	11,54
50 — 100....	55	22	6	28	50,91	12	21,82	10	1	11	20,00	4	4,27
TOTAL.....	559	284	53	337	60,28	63	11,27	112	12	124	22,18	35	6,26

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

TABELA 14

Número de assalariados temporários, segundo as fases do calendário agrícola — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS				ATIVIDADES LIGADAS À PECUÁRIA
	Preparo da terra	Plantio	Tratos culturais	Colheita	
Até 10.....	16	16	4	47	—
10 — 20.....	27	24	35	32	1
20 — 50.....	10	22	12	97	7
50 — 100.....	5	6	12	19	8
TOTAL.....	58	68	63	195	16

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

Isto se dá em função do caráter seletivo do processo de modernização em termos do tipo de produto cultivado na área que, no estágio atual do progresso técnico, não permite a colheita mecânica de tais produtos. Esta diferença de necessidade de mão-de-obra temporária não se rebate de maneira expressiva sobre o desemprego eventual do trabalhador "volante", uma vez que não coincidem as épocas de colheita dos diferentes produtos cultivados na área. Este fato permite que o "volante" preste serviço, quase de modo ininterrupto, a um mesmo conjunto de estabelecimentos, tornando-se, praticamente, um assalariado "permanente" agrícola, já que a sua renda passa a depender essencialmente de seu trabalho na lavoura, não se verificando a alternância entre o emprego rural e urbano.

Em relação ao assalariamento eventual de produtores em outros estabelecimentos (Tabela 15), verifica-se que ainda é encontrado, apesar do grau de modernização das atividades agrárias nos estabelecimentos pesquisados (ver capítulo Intensidade da Agricultura).

Este assalariamento é mais expressivo no estrato de menos de 10 hectares, onde os estabelecimentos que apresentam o chefe, os membros da família e o chefe e os membros da família nesse tipo de trabalho totalizam 38% dos estabelecimentos do referido estrato. O trabalho eventual do produtor e sua família em outro estabelecimento se dá para complementação de uma renda insuficiente para saldar dívidas contraídas junto aos bancos e cooperativas para investimentos e custeio de sua produção, como também adquirir todos os bens de consumo, inclusive aqueles ligados à sua alimentação, já que sua produção é fundamentalmente voltada para o mercado, mesmo no caso dos produtos alimentares básicos.

O rendimento mensal do trabalho familiar (Tabela 16) quando considerado a nível agregado representa praticamente o quintuplo do salário mínimo médio mensal regional (Cr\$ 2.142,80 em 1979), mas apresenta variações entre os estratos, explicadas pela diferença na proporção da mão-de-obra familiar nestes estratos ¹².

TABELA 15

Trabalho exercido pelo produtor e sua família em outro estabelecimento rural — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	ESTABELECIMENTOS EM QUE O PRODUTOR SE ASSALARIA					
			Chefe da família		Membros da família		Chefe e membros da família	
			Número	%	Número	%	Número	%
Até 10.....	62	10	16,12	9	14,51	5	8,06	
10 — 20.....	26	3	11,53	1	3,84	1	3,84	
20 — 50.....	34	5	14,70	2	5,88	4	11,76	
50 — 100.....	11	1	9,09	—	—	—	—	
TOTAL.....	133	19	14,28	12	9,02	10	7,51	

FONTE: IBGE — DEGEQ/DIRUR — Pesquisa direta — 1980.

¹² Esta observação quanto à diferença na proporção da mão-de-obra familiar deve ser também levada em conta para o caso da comparação da área de Bragança Paulista (SP) com a de Imperatriz (MA), já que nesta tal proporção é bem mais elevada que na área paulista.

TABELA 16

Rendimento do trabalho familiar — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	RECEITA LÍQUIDA ANUAL (Cr\$)	MÃO-DE-OBRA FAMILIAR		
		Pessoal ocupado	Rendimento mensal do trabalho (Cr\$)	% em relação ao salário mínimo
Até 10.....	11 488 531,00	134	7 144,60	379,47
10 — 20.....	6 330 278,00	73	7 226,34	383,81
20 — 50.....	20 800 878,80	102	16 994,18	902,60
50 — 100.....	4 295 544,00	28	12 784,35	679,00
TOTAL.....	42 915 231,80	337	10 612,00	563,63

FONTE: IBGE — DEGEQ/DIRUR — Pesquisa direta — 1980.

É possível identificar na categoria de até 100 hectares duas classes de estabelecimentos: a primeira — até 20 hectares — com um rendimento três vezes maior do que o salário mínimo; a segunda — de 20 a 100 hectares — com um rendimento superior a seis vezes o salário mínimo. Na primeira classe, com uma receita líquida anual de Cr\$ 17.800.000,00, a mão-de-obra familiar representa 70% do total do pessoal ocupado e na segunda classe, com uma receita líquida anual de Cr\$ 25.000.000,00, o trabalho familiar representa 49% do total do pessoal ocupado. Deste modo, tem-se uma evidência empírica de que a mão-de-obra familiar tende a se concentrar nos estratos de receita líquida mais baixa, o que responde também pelo maior nível de assalariamento do produtor nestes estratos.

Considerando um dos aspectos indicadores da pequena produção — o trabalho familiar — verificou-se que na composição da mão-de-obra dos estabelecimentos pesquisados nas duas áreas o trabalho familiar foi sempre predominante em todos os estratos fundiários, independentemente do tipo de atividade praticada e da tecnificação do processo produtivo. Entretanto,

deve ser ressaltado que a participação do trabalho familiar no total da mão-de-obra é mais acentuada na área de Imperatriz do que na área de Bragança Paulista (Tabelas 9 e 13).

As diferenciações foram apreendidas quando da análise do assalariamento permanente que, na área de Imperatriz, vincula-se apenas à atividade praticada no estabelecimento, no caso a pecuária, e na área de Bragança Paulista liga-se à especialização da produção e à sua modernização, aparecendo, por isto, de maneira muito mais expressiva. Quanto ao trabalho assalariado temporário, sua ocorrência relaciona-se, nos estabelecimentos amostrados na área de Imperatriz, com a insuficiência da mão-de-obra familiar para suprir as exigências da atividade agrícola, principalmente nas épocas de maior necessidade, como a da colheita. Esta insuficiência da mão-de-obra familiar é compensada pela prática da ajuda mútua (troca de dias de serviço) entre os produtores que, desta forma, substituem o número de diaristas que deveriam ser contratados e que não o são em decorrência da baixa renda dos produtores. A prática de troca de dias de serviços deixará

de ser encontrada na medida em que a penetração do capital na agricultura provoque o desenvolvimento das forças produtivas, acarretando as transformações nas relações de trabalho, ou seja, levando a uma mercantilização destas relações. Esta afirmativa encontra respaldo no exame das relações de trabalho na área de Bragança Paulista, em que nos estabelecimentos investigados não foi detectada a prática de ajuda mútua entre os produtores. Nesta área a mecanização e o uso de insumos modernos poupadores de mão-de-obra respondem pelos níveis de recursos ao assalariamento temporário que complementa o trabalho familiar em certas fases do calendário agrícola.

Pela exposição precedente é possível perceber que as relações de trabalho nos estabelecimentos investigados nas áreas da pesquisa são diferenciadas em função do grau de penetração do capitalismo no campo que determina a estrutura produtiva de cada uma das duas áreas. E quanto mais nítida a presença do capital no campo, ou seja, quanto mais inserida no mercado é a produção e, portanto, mais voltada para o consumo urbano-industrial, torna-se mais marcante a presença do trabalho assalariado — que é a forma mais pura da existência da produção capitalista — sem que, entretanto, anule-se a importância do trabalho familiar.

4 — CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO

Considerando as formas de aproveitamento da terra, é possível detectar características da produção agropecuária e extrativa que refletem, em certa medida, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Estas características, a seguir examinadas, dizem respeito, nas áreas pesquisadas, à pro-

ductividade e ao rendimento da produção de alimentos básicos e da hortifrutifloricultura. Quanto à criação bovina, suína e avícola, será focalizada a sua rentabilidade.

Através da produtividade e do rendimento pode-se, até certo ponto, inferir sobre o nível tecnológico da produção, que permanece baixo para os produtos alimentares básicos e torna-se mais elevado no caso de produtos altamente valorizados no mercado urbano-industrial.

4.1 — Características da produção agropecuária e extrativa na Microrregião de Imperatriz (MA)

O aproveitamento da terra nos estabelecimentos de até 100 hectares nesta microrregião se faz, fundamentalmente, com a lavoura de produtos alimentares básicos — arroz, milho e feijão. O exame da produtividade destas culturas (Tabela 17) revela que a do arroz — 1.914,34 kg/ha — mantém-se elevada em todos os estratos fundiários, sendo, entretanto, mais alta nas duas primeiras categorias dimensionais.

A produtividade do arroz, que nesta microrregião é o de sequeiro, alcança valores mais elevados que os da produtividade a nível nacional (1.297 kg/ha), justificados em função da fertilidade natural das áreas de mata, que são abertas para a ocupação com “roças” em um sistema de rotação de terras. Esta afirmativa pode ser comprovada pelos baixos níveis de emprego de insumos modernos nos estabelecimentos que plantam arroz (Tabela 18). No que diz respeito à semente selecionada, seu emprego, nos cento e trinta estabelecimentos que cultivam arroz, apenas se faz em sete, dos quais seis se concentram no estrato fundiário de 50 a 100 hectares, o que se explica pelo melhor nível econômico e de informação de seus responsáveis. Esta utilização da semente selecionada

TABELA 17

Produtividade das lavouras — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ARROZ			MILHO			FEIJÃO		
	Área (ha)	VOLUME (kg)	kg/ha	Área (ha)	VOLUME (kg)	kg/ha	Área (ha)	VOLUME (kg)	kg/ha
Até 10.....	78,78	171 300	2 174,41	19,91	24 468	1 228,93	12,21	2 894	237,02
10 — 20.....	10,23	24 240	2 369,50	1,76	2 820	1 602,27	1,08	280	259,26
20 — 50.....	38,69	68 880	1 780,30	13,10	11 550	881,68	4,98	2 406	483,13
50 — 100.....	86,35	145 344	1 683,20	17,74	27 640	1 558,06	10,88	5 875	539,98
TOTAL.....	214,05	409 764	1 914,34	52,51	66 478	1 266,01	18,27	11 455	626,98

FONTE: IBGE — DEGEQ/DIRUR — Pesquisa direta — 1979.

em reduzido número de estabelecimentos, que também empregam defensivos vegetais, é mais facilmente entendida com informações que revelam que o uso da semente selecionada de arroz de grão longo deve ser associado à colheita mecânica ou a um maior emprego de mão-de-obra, pois este tipo de arroz exige um tempo determinado para a colheita, além do qual o arroz desgrana. Desta forma, explica-se a permanência do cultivo de arroz de grão-curto — catete — que se mantém no cacho durante um período mais longo, permitindo ao produtor colhê-lo manualmente, sem precisar de um número muito elevado de trabalhadores. Quanto aos defensivos vegetais, seu uso

generalizado e significativo em todos os estratos fundiários restringe-se unicamente ao inseticida.

Em relação às produtividades das lavouras do milho e do feijão a nível agregado (1.266,01 kg/ha e 626,98 kg/ha, respectivamente) observa-se que também são mais elevadas que as do país: 1.219 kg/ha — milho e 475 kg/ha — feijão. Apesar desta alta produtividade, constata-se que apenas cerca de 3% dos estabelecimentos que cultivam estes produtos usam defensivos vegetais e nenhum emprega sementes selecionadas, sendo a alta produtividade também explicada pela fertilidade natural dos solos de mata.

TABELA 18

Uso de insumos modernos — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ARROZ						MILHO			FEIJÃO		
	Número de Estabeleci- mentos que plantam	Estabelecimentos que usam				Número de Estabeleci- mentos que plantam	Estabelecimentos que usam defen- sivos vegetais		Número de Estabeleci- mentos que plantam	Estabelecimentos que usam defen- sivos vegetais		
		Defensivos vegetais		Defensivos vegetais e sementes selecionadas								
		Número	%	Número	%		Número	%		Número	%	
Até 10.....	49	21	42,86	1	2,04	40	—	—	28	2	7,14	
10 — 20.....	7	4	57,14	—	—	6	2	33,33	6	—	—	
20 — 50.....	28	15	53,57	—	—	28	2	7,14	14	1	7,14	
50 — 100.....	46	24	52,17	6	13,04	45	—	—	35	—	—	
TOTAL.....	130	64	49,23	7	5,38	119	4	3,36	83	3	3,61	

FONTE: IBGE — DEGEQ/DIRUR — Pesquisa direta — 1979.

Os níveis de produtividade destas três lavouras alimentares consideradas não apresentam oscilações acentuadas entre os estratos fundiários, permitindo inferir a existência de uma homogeneidade no sistema de cultivo, que tem como características a baixa tecnificação e a rotação de terras, através da qual se dá a reposição natural da fertilidade dos solos pelo descanso da terra durante um período de aproximadamente cinco anos. O baixo nível de tecnificação é comprovado nos estabelecimentos pesquisados pela ausência total de máquinas agrícolas e do emprego de adubos e corretivos. Com relação ao sistema de cultivo, pode-se salientar a consorciação com que são praticadas estas lavouras e que não traduz a busca de uma eficiência no aproveitamento da terra, mas sim a necessidade de assegurar a subsistência do produtor e sua família, já que a venda do principal produto comercializado — o arroz — não é suficiente para tal. Por isto é praticada a consorciação do arroz com outras lavouras que complementam a dieta alimentar e contribuem, embora em baixa proporção, para aumentar a renda do produtor.

Outras observações podem ser feitas com referência a estas lavouras alimentares através da análise dos seus níveis de rendimentos (Tabela 19). A lavoura do arroz apresenta em todos os estratos fundiários elevado valor por hectare cultivado, o que se explica porque em todos eles cerca de metade da produção colhida é comercializada (ver Tabela 41). Contrariamente, a lavoura do milho mostra baixo rendimento nos estratos em que houve venda deste produto, cujo preço de mercado é o mais baixo entre estas lavouras consideradas.

No que diz respeito à lavoura do feijão, pode-se observar que, em termos comparativos com as ou-

tras lavouras, este produto apresenta, nos dois últimos estratos, o mais elevado valor por hectare cultivado, o que evidencia a maior comercialização deste produto nos estabelecimentos de área superior a 20 hectares: 40% e 50% da produção são vendidos nos estabelecimentos de 20 a 50 hectares e de 50 a 100 hectares, respectivamente. Além disto, deve-se considerar que o preço de mercado do feijão é o mais alto dentre os das lavouras analisadas. Entretanto, isto não se constitui em um fator suficiente para o aumento da área de plantio desta leguminosa, em função das condições edafoclimáticas que não lhe são propícias e que permanecem inalteradas dentro do quadro de baixo nível tecnológico da agricultura praticada na área. No caso da lavoura do arroz, são justamente estas condições físicas que garantem elevada produtividade e explicam a tendência para o plantio deste cereal.

Uma outra forma de aproveitamento da terra é com a atividade criatória, que não apresenta relevância no tamanho de estabelecimento considerado na presente pesquisa — até 100 hectares. É o rebanho bovino o que se destaca, sendo mais numeroso o seu efetivo nos dois últimos estratos; porém, considerado este efetivo em relação à área de pastagem, percebe-se uma nítida diminuição da lotação dos pastos à medida que aumenta a superfície dos estabelecimentos, uma vez que no estrato de até 10 hectares a lotação é quatro vezes e meia mais alta do que nos estabelecimentos de 50 a 100 hectares (Tabela 20).

Esta mesma situação se repete ao ser considerado o valor de venda dos bovinos por hectare de pastagem, que diminui de aproximadamente quatro vezes do menor para o maior estrato fundiário — Cr\$ 2.004,21/ha nos estabelecimentos de até 10 hectares e Cr\$ 586,59/ha nos estabelecimen-

TABELA 19

Rendimento das lavouras — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ARROZ			MILHO			FEIJÃO		
	Área (ha)	Valor (Cr\$)	Cr\$/ha	Área (ha)	Valor (Cr\$)	Cr\$/ha	Área (ha)	Valor (Cr\$)	Cr\$/ha
Até 10.....	78,78	210 045,00	2 666,22	19,91	3 340,00	167,75	12,21	6 897,50	564,91
10 → 20.....	10,23	28 950,00	2 829,91	1,76	—	—	1,08	—	—
20 → 50.....	38,69	66 829,00	1 727,29	13,10	1 900,00	145,05	4,98	10 000,00	2 008,03
50 → 100.....	86,35	194 915,00	2 257,27	17,74	2 880,00	162,34	10,88	25 775,00	2 369,03
TOTAL.....	214,05	502 739,00	2 348,70	52,51	8 120,00	154,64	18,27	42 672,50	2 335,66

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

NOTA: O valor refere-se à produção vendida.

TABELA 20

Rendimento da pecuária — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ÁREA DE PASTAGEM (ha)	BOVINOS			
		Número de cabeças	cabeças/ha	Valor de venda (Cr\$)	Cr\$/ha
Até 10.....	38,45	110	2,86	78 600,00	2 044,21
10 → 20.....	46,96	61	1,30	12 800,00	272,57
20 → 30.....	402,65	190	0,47	102 900,00	255,57
30 → 40.....	1 046,38	678	0,64	613 800,00	586,59
TOTAL.....	1 534,44	1 039	0,68	808 100,00	526,64

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

tos de 50 a 100 hectares. Isto é uma evidência empírica da menor ociosidade das pastagens nos menores estabelecimentos, retratando, assim, nesta área de pesquisa, que o sistema de criação se torna mais extensivo com o aumento da superfície dos estabelecimentos. Esta característica de pecuária extensiva é comprovada pelo reduzido uso de apenas alguns insumos — sal mineral, vacinas, medicamentos (Tabela 26).

O quadro da produção na microrregião de Imperatriz completa-se com alguns outros produtos alimentares como a fava e a mandioca, que ocupam uma área

inexpressiva e destinam-se, praticamente, ao consumo do produtor e de sua família, e com as frutas, representadas pela laranja e pela banana, que não têm importância em área cultivada, mas apresentam maior significância em termos de volume de vendas. No que diz respeito à pecuária, é o rebanho suíno o que se segue ao bovino, apesar de ser muito reduzida a sua expressão na área de pesquisa. O extrativismo é representado quase exclusivamente pela extração do babaçu, que é uma atividade que complementa a renda do produtor. Entretanto, na microrregião de Imperatriz a extração do babaçu

não apresenta a mesma importância como atividade acessória que em outras áreas do Estado.

Neste quadro ora analisado é possível, através da participação do valor de venda da produção na receita dos estabelecimentos (Tabela 21), mostrar a especialização da produção ou as tendências à especialização encontradas nos estabelecimentos investigados. Os critérios usados para esta classificação foram o de considerar especialização quando o valor de venda de somente um único produto representar 50% ou mais na formação da receita do estabelecimento e de considerar tendência à especialização quando o valor de venda de somente um único produto representar de 40% a 50% na formação da receita do estabelecimento.

A observação da tabela 21 mostra uma nítida separação entre estabelecimentos voltados para a lavoura (até 20 hectares) e para a pecuária bovina (mais de 20 hectares). Nos primeiros verifica-se uma tendência à especialização em rizicultura e vale ressaltar a contribuição do extrativismo no menor estrato de área. Esta contribuição

do extrativismo não traduz, entretanto, uma importância da área em babaçu nos estabelecimentos de até 10 hectares, uma vez que o produtor vende o babaçu que tem permissão de colher em estabelecimentos maiores. Nos estabelecimentos de 20 a 50 hectares a tendência à especialização é para a pecuária bovina, mantendo a rizicultura, apesar disto, uma participação importante na formação da receita dos estabelecimentos. É na categoria de 50 a 100 hectares que, de acordo com os critérios estabelecidos, verifica-se a especialização que é para a pecuária bovina, sendo o arroz, dentre os outros produtos, aquele que se segue com a maior participação, o que se compreende pelo seu papel na formação de pastagens em estabelecimentos de maior área.

Quando se examinam os dados a nível agregado percebe-se que apenas duas atividades — rizicultura e pecuária bovina — destacam-se na formação da receita dos estabelecimentos, representando a soma de suas participações 72,82% do total desta renda. Daí se pode concluir que a microrregião de Imperatriz se caracteriza pela não

TABELA 21

*Participação do valor de venda da produção agropecuária e do extrativismo na receita dos estabelecimentos
MRH Imperatriz (MA)*

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		PARTICIPAÇÃO DAS VENDAS NA RECEITA DOS ESTABELECIMENTOS (%)						
		Arroz	Milho	Feijão	Frutas	Bovinos	Suínos	Extrativismo
Até 10.....		42,69	0,68	1,40	0,33	15,98	7,36	27,42
10 — 20.....		48,06	—	—	13,07	21,25	14,77	1,66
20 — 50.....		26,92	0,74	3,91	10,57	40,24	4,09	2,89
50 — 100.....		19,64	0,29	2,60	1,04	61,85	4,18	8,42
TOTAL.....		27,93	0,45	2,37	2,60	44,89	5,39	12,60
								3,77

FONTE: IBGE — DEGEQ/DIRUR — Pesquisa direta — 1979.

(1) Fava, mandioca, eqüinos, muares, ovos, babaçu, madeira.

diversificação de sua agricultura, já que na lavoura apenas um produto — o arroz — e na pecuária um rebanho — o bovino — apresentam importância. A especialização não deve ser vista, entretanto, no caso da lavoura do arroz, como um indicador de produto altamente voltado para o mercado, pois o produtor tem como objetivo principal plantar para o sustento seu e da família, comprovando-se, pelo seus baixos rendimentos, a impossibilidade de expandir sua capacidade produtiva.

4.2 — Características da produção agropecuária na Microrregião de Bragança Paulista (SP)

Nesta microrregião o aproveitamento da terra nos estabelecimentos de área inferior a 100 hectares revela uma diversificação da atividade agrária, já que, além da lavoura de produtos alimentares básicos — arroz, milho e feijão — ainda se destaca a lavoura do café, a hortifrutifloricultura e a pecuária, com ênfase na avicultura, na suinocultura e na criação leiteira. Entre as lavouras dos produtos alimentares que caracterizam a pequena produção, o milho é que apresenta os valores de produtividade mais altos (Tabela 22), alcançando, inclusive, em todos os estratos, níveis mais elevados que os do Brasil — 1.219 kg/ha — o que se explica pelo uso de insumos modernos. Vale notar que a produtividade mais elevada (5.566,45 kg/ha) é atingida nos estabelecimentos de até 10 hectares, que são também os que, proporcionalmente, acusam o maior emprego de sementes selecionadas — 41,30% dos estabelecimentos que plantam milho usam estas sementes. Quando considerados o adubo químico e a semente selecionada, o aumento de seu uso acompanha o aumento da área dos estabelecimentos, verificando-se este mesmo comportamento quando do emprego apenas do adubo químico.

A lavoura do milho na microrregião é subsidiária da avicultura e da suinocultura e se constitui ainda em matéria-prima para as fábricas locais de farinha, não visando, portanto, a sua produção ao autoconsumo do produtor e sua família. Isto pode ser comprovado pelo elevado percentual da produção vendida na colhida, que, quando considerado o dado a nível agregado, é de 62,30% e é sempre superior à metade em todas as categorias dimensionais (Tabela 23).

Quanto à lavoura do arroz, sua produtividade, em todos os estratos fundiários, é mais baixa que a produtividade a nível nacional — 1.297 kg/ha — sendo bastante reduzido o emprego de insumos modernos em sua produção. O arroz é também o produto alimentar básico que mais se destina ao consumo no estabelecimento, já que apenas 12,37% de sua produção são comercializados. Em relação à lavoura do feijão, é o estrato de 20 a 50 hectares o que apresenta a maior produtividade (cerca de três vezes mais que o valor a nível nacional — 475 kg/ha), sendo, também, o que mostra o emprego de semente selecionada, adubo químico e inseticida. Esta lavoura visa tanto ao mercado quanto à subsistência do produtor, já que 51,26% da produção são vendidos.

Além das lavouras ora examinadas destaca-se a cultura do café, que teve importância na ocupação inicial da terra nesta microrregião e a hortifrutifloricultura. A lavoura do café apresenta uma produtividade aproximadamente quatro vezes mais baixa que a do Brasil (1.161 kg/ha), e que pode ser justificada pela ocorrência da geada de 1978 e também pelo reduzido emprego de insumos modernos, que se restringe ao uso de adubo químico em cerca da metade dos estabelecimentos que plantam café. Quanto à hortifrutifloricultura é praticada em um sistema inten-

TABELA 22

Produtividade das lavouras — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		ARROZ			MILHO			FEIJÃO			CAFÉ		
		Área (ha)	Volume (kg)	kg/ha	Área (ha)	Volume (kg)	kg/ha	Área (ha)	Volume (kg)	kg/ha	Área (ha)	Volume (kg)	kg/ha
Até 10		5,40	5 580	1 033,33	47,33	263 460	5 566,45	31,56	16 640	463,88	5,79	3 060	528,50
10 → 20		3,01	2 490	827,24	51,92	161 400	3 108,63	33,68	12 660	375,89	18,78	8 236	438,55
20 → 50		6,21	7 630	1 228,66	89,92	382 452	4 253,25	52,23	63 545	1 216,64	32,99	7 760	235,83
50 → 100		6,66	3 300	495,50	52,47	176 460	3 363,06	20,71	16 530	798,17	20,99	6 000	285,85
TOTAL		21,28	19 000	892,86	241,64	983 772	4 071,23	138,18	107 375	818,53	78,56	25 076	319,24

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

sivo pelo uso de insumos modernos (fertilizantes, defensivos vegetais, sementes selecionadas e corretivos) por exigência do próprio tipo de produto cultivado.

Este tipo de atividade muito especializada e para consumo de um segmento da população de mais alto poder aquisitivo atinge elevado rendimento (Tabela 23), que decorre unicamente dos preços de venda alcançados pelos produtos, já que não existe uma relação direta entre área e valor da produção, como pode ser visto no caso da floricultura, em que 21,50 ha rendem Cr\$ 9.471.760,00. Além da horticultura, com Cr\$ 112.794,00 por hectare, e da fruticultura, com Cr\$ 192.693,00 por hectare, também a lavoura do café apresenta alto rendimento, explicado pelo fato de ser um produto de exportação e por isto mais valorizado. Quanto às lavouras do arroz, do milho e do feijão, seus rendimentos mais baixos advêm de sua condição de lavouras alimentares básicas, com preços de venda menos compensadores.

Na microrregião de Bragança Paulista é ainda bastante importante a atividade pecuária, em que a suinocultura e a avicultura são praticadas em moldes modernos. A suinocultura desenvolvida com técnicas mais avançadas destina-se à produção de carne e é menos importante no quadro da pecuária.

Quanto à avicultura, há uma orientação para aves de postura apenas nos estabelecimentos de 20 a 50 hectares, em que o valor de venda de ovos no valor da avicultura representa 97,74%, enquanto nos demais estratos a orientação é para a avicultura de corte, que alcança valores acima de 80%. A prática desta atividade em moldes comerciais prende-se à expansão do mercado metropolitano de São Paulo e seu desenvolvimento é influenciado pela condição de acessibilidade a este mercado.

Em relação à bovinocultura, esta é uma atividade mista — corte e leite — sendo nos estabelecimentos de 50 a 100 hectares que se verifica a ênfase na criação leiteira, já que neles o valor de venda do leite no valor da produção bovina representa 75% do total. Considerando a lotação dos pastos, é possível constatar-se que não há uma variação muito grande quanto ao aproveitamento dos pastos em relação ao tamanho dos estabelecimentos, o que mostra, empiricamente, que nesta microrregião o sistema não se torna extensivo, à medida que aumenta a área do estabelecimento; um reforço a esta afirmativa é a observação do valor da produção pecuária por hectare de pastagem (Tabela 24), que no último estrato é aproximadamente nove vezes maior do que no primeiro.

TABELA 23

Rendimento das lavouras — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ARROZ			MILHO			FEIJÃO			CAFÉ		
	Área (ha)	Valor (Cr\$)	Cr\$/ha	Área (ha)	Valor (Cr\$)	Cr\$/ha	Área (ha)	Valor (Cr\$)	Cr\$/ha	Área (ha)	Valor (Cr\$)	Cr\$/ha
Até 10.....	5,40	5 000,00	925,93	47,33	40 208,00	849,52	31,56	70 750,00	2 241,78	5,79	126 200,00	21 796,20
10 — 20.....	3,01	—	—	51,92	314 050,00	6 048,73	33,68	166 900,00	4 955,46	18,78	202 025,00	10 757,45
20 — 50.....	6,21	6 000,00	966,18	89,92	828 350,00	9 212,08	52,23	577 050,00	11 048,25	32,99	195 500,00	5 926,04
50 — 100.....	6,66	7 750,00	1 163,66	52,47	318 262,00	6 065,60	20,71	92 500,00	4 466,44	20,99	300 000,00	14 292,52
TOTAL.....	21,28	18 750,00	881,11	241,64	1 500 870,00	6 211,00	138,18	907 200,00	6 565,35	78,55	823 725,00	10 488,63

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	HORTICULTURA			FRUTICULTURA			FLORICULTURA		
	Área (ha)	Valor (Cr\$)	Cr\$/ha	Área (ha)	Valor (Cr\$)	Cr\$/ha	Área (ha)	Valor (Cr\$)	Cr\$/ha
Até 10.....	2,02	24 000,00	11 811,19	26,05	1 721 700,00	66 991,13	16,76	7 847 760,00	466 243,44
10 — 20.....	0,88	556 000,00	631 818,18	26,50	5 553 000,00	209 547,16	1,71	184 000,00	107 602,34
20 — 50.....	4,65	271 600,00	58 408,50	20,80	7 147 500,00	343 629,81	3,03	1 440 000,00	475 247,52
50 — 100.....	—	—	—	1,50	900,00	600,00	—	—	—
TOTAL.....	7,55	851 600,00	112 794,00	74,85	14 231 000,00	192 693,00	21,50	9 471 760,00	440 546,00

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

NOTA: O valor refere-se à produção vendida.

TABELA 24

Rendimento da pecuária — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ÁREA DE PASTAGEM (ha)	BOVINOS			
		Número de cabeças	Cabeças /ha	Valor de venda de bovinos e de leite	Cr\$/ha
Até 10....	91,58	140	1,53	79 822,00	871,61
10 — 20....	168,51	182	1,08	397 956,00	2 361,62
20 — 50....	501,61	551	1,10	1 677 425,00	3 344,08
50 — 100....	385,09	551	1,43	2 796 977,00	7 263,18
TOTAL.....	1 146,79	1 424	1,24	4 952 280,00	2 438,96

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

Essa pequena variação da lotação dos pastos decorre principalmente da presença da pecuária leiteira, mais importante nos estabelecimentos de maior tamanho, e que é uma atividade que requer maior emprego de insumos modernos, retratando um sistema de criação mais intensivo.

Vale ainda fazer uma referência à silvicultura, que é representada principalmente pelo reflorestamento com eucaliptos e, em menor escala, com *pinus*. Este reflorestamento se constitui numa atividade secundária na área e é mais encontrado nos estabelecimentos de tamanho superior a 20 hectares, visto que esta atividade precisa de maior área para se tornar economicamente rentável.

A partir do quadro da produção ora examinado e considerando o valor de venda de cada produto na geração da receita dos estabelecimentos (Tabela 25), é possível evidenciar-se a especialização da produção e as suas tendências na área de pesquisa. Uma primeira observação revela a especialização para a lavoura nos estabelecimentos de área superior a 20 hectares.

Na lavoura os produtos alimentares têm uma participação bastante baixa na formação da receita dos estabelecimentos em todos

os estratos, mostrando, desta forma, seu caráter secundário. A lavoura do arroz, que a nível nacional, embora seja, entre os produtos alimentares, aquele que mais tenha sido privilegiado com técnicas modernas como, por exemplo, irrigação, novas variedades e mecanização nesta área modernizada, não incorporou estes benefícios, pois cedeu o lugar a outros produtos de maior rentabilidade e, por isto, mais atrativos para o capital, que aí se desenvolveram aproveitando as vantagens locais e de mercado. Estes produtos são os que constituem a hortifrutifloricultura que, nos estabelecimentos de área inferior a 20 hectares, é uma atividade especializada, mantendo certa importância no estrato de 20 a 50 hectares. Completando o elenco de produtos da lavoura está o café, que contribui com uma fração baixa para a formação da receita, o que vem comprovar sua posição atual de lavoura secundária.

Em termos da atividade pecuária e avícola, são o rebanho bovino e a avicultura os de maior contribuição para a formação da receita dos estabelecimentos, pois o rebanho suíno conserva uma participação muito baixa em todos os estratos. Quanto à avicultura, percebe-se

uma especialização na produção de ovos nos estabelecimentos de 20 a 50 hectares, enquanto no último estrato há uma tendência para a avicultura de corte. Esta avicultura é ainda importante no estrato de menor área, em que representa a segunda contribuição na formação da receita. Em relação à pecuária bovina, é no estrato de maior área que se define a orientação para a criação leiteira, cuja participação na receita do estabelecimento segue-se à da avicultura de corte.

Em síntese, no quadro da especialização, ao se tomar o dado a nível agregado, nota-se a contribuição importante de atividades altamente especializadas, como a avicultura e a hortifrutifloricultura, que geram uma receita elevada, que empregam mão-de-obra assalariada e exigem uma modernização de seu processo produtivo.

A análise do quadro da produção nas duas áreas mostra uma semelhança em termos de grande orientação das atividades agropecuárias, já que em ambas há uma predominância da lavoura nos estabelecimentos de até 20 hectares e da pecuária naqueles de área superior a este tamanho. Entretanto, internamente a estas

TABELA 25

Participação do valor de venda da produção agropecuária na receita dos estabelecimentos — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		PARTICIPAÇÃO DAS VENDAS NA RECEITA DOS ESTABELECIMENTOS (%)										
		Arroz	Milho	Feijão	Café	Horti-fruti-fruti-cultura	Bovinocultura		Suino-cultura	Avicultura		Outros (1)
							Corte	Leite		Corte	Ovos	
Até 10.....		0,03	2,24	0,38	0,68	52,09	0,24	0,19	2,42	29,63	2,44	9,66
10 — 20.....		—	4,03	2,14	2,59	75,58	2,77	2,33	1,72	0,11	0,02	8,71
20 — 50.....		0,61	1,67	1,16	0,39	17,86	1,68	1,70	1,10	1,68	72,57	0,18
50 — 100.....		0,10	4,00	1,16	3,37	0,41	8,69	26,48	2,83	45,45	—	7,51
TOTAL.....		0,02	2,24	1,08	0,98	29,60	2,13	3,78	1,61	5,37	43,61	9,68

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

(1) fumo, batata, girassol, cana-de-açúcar, silvicultura.

atividades, são percebidas diferenças bem nítidas. No que diz respeito às lavouras alimentares, é possível identificar diferenças quanto à produtividade e ao rendimento. Comparando a produtividade da lavoura do arroz nas duas microrregiões percebe-se que na microrregião de Imperatriz os valores são bastante mais elevados e decorrem exclusivamente das condições naturais propícias à rizicultura, enquanto na microrregião de Bragança Paulista, de condições físicas menos favoráveis, e reduzido uso de insumos modernos na lavoura do arroz, os valores da produtividade se mantêm baixos. Situação inversa se verifica com as lavouras do milho e do feijão, que apresentam maior produtividade na microrregião de Bragança Paulista, em função do emprego de sementes selecionadas e adubo químico, enquanto na microrregião de Imperatriz as condições naturais não propícias a estas lavouras, somadas ao não emprego de insumos modernos, respondem pelas suas baixas produtividades. Das três lavouras consideradas, a do arroz constitui uma linha de exploração principal na microrregião de Imperatriz e, por isto, nela atinge valores por hectare muito mais elevados do que os da microrregião de Bragança Paulista. As lavouras do milho e do feijão, apesar de constituírem linhas de exploração secundárias nas duas áreas de pesquisa, apresentam maior grau de inserção no mercado na microrregião de Bragança Paulista, o que responde pelos seus rendimentos mais elevados nesta área.

Uma outra apreciação comparativa pode ser feita com relação à pecuária bovina, no que diz respeito à orientação e ao sistema de criação. Na microrregião de Imperatriz a pecuária é orientada para corte e praticada em moldes extensivos, diferindo da orientação para corte e leite da criação praticada

de modo mais intensivo na microrregião de Bragança Paulista.

Finalmente, o quadro de valor de venda da produção na formação da receita dos estabelecimentos evidencia duas linhas de especialização que comprovam como o tamanho do estabelecimento não é capaz de, por si só, explicar o caráter da produção. Na microrregião de Imperatriz a área de até 100 hectares está vinculada a produção de alimentos básicos, com especialização no arroz, e a pecuária bovina orientada para corte, atividades praticadas em moldes extensivos e com baixo emprego de capital. Na microrregião de Bragança Paulista, em estabelecimentos da mesma categoria dimensional, a produção, com linhas de exploração voltadas para produtos especializados da hortifrutifloricultura e da avicultura, apresenta características próprias de áreas onde se verifica o emprego mais intensivo de capital.

É possível, assim, verificar ao nível da produção agrícola, como se apresenta a pequena produção em função do espaço agrário em que se situa. Na área de fronteira o aumento da oferta de excedentes se dá basicamente pela forma de crescimento horizontal, sem, na maior parte das vezes, mudanças nos meios de produção utilizados. No espaço agrário modernizado a pequena produção aumenta a sua oferta, reestruturando-se com a condição básica para fazer parte de uma agricultura caracterizada pelo redimensionamento de suas relações com a indústria e cuja forma de crescimento é a modernização.

5 — A INTENSIDADE DA AGRICULTURA

A modernização da agricultura tem sido marcadamente realizada pela subordinação do processo pro-

duto agrícola ao uso de máquinas e insumos modernos. Desta forma, verifica-se a dependência do setor agrícola principalmente ao capital industrial, que passa a reproduzir-se em um circuito do qual a agricultura é um elemento integrante. Entretanto, é preciso considerar os aspectos seletivos da modernização quanto ao tipo de produto e às regiões que são responsáveis, em parte, pelas diferenciações encontradas nos estabelecimentos investigados. Outras diferenciações, que podem ser buscadas nas especificidades das duas microrregiões que constituem as áreas de pesquisa, se vinculam à maior ou menor participação do capital industrial e/ou comercial no setor agrícola. Necessário ainda, numa apreciação sobre a modernização, é investigar as condições que viabilizam o seu processo, como as políticas de crédito, de preços mínimos e de assistência técnica, entre outras.

5.1 — Características da intensidade da agricultura na Microrregião de Imperatriz (MA)

Uma apreciação inicial sobre a intensidade da agricultura pode ser feita quanto ao emprego de instrumentos agrícolas e insumos modernos no processo de produção (Tabela 26). Em relação à lavoura percebe-se uma fraca utilização de instrumentos manuais, sendo que, dos estabelecimentos com lavoura, pouco mais da metade usa unicamente plantadeira e tão-somente 8,46% usam pulverizador e plantadeira. Quanto ao uso de insumos modernos, este se resume em apenas dois defensivos vegetais — inseticida e fungicida — empregados em metade dos estabelecimentos com lavoura. Destes defensivos, o inseticida é o de emprego mais amplo, como revela a pesquisa direta.

Esta reduzida utilização de insumos modernos repete-se tam-

bém na pecuária bovina, uma vez que o uso conjunto de sal comum, sal mineral, vacinas e medicamentos é informado por 24,30% dos estabelecimentos com pecuária. Destes, apenas três estabelecimentos acrescem ao emprego dos insumos citados o uso da ração na alimentação do gado, evidenciando fraca evolução no sistema de criação.

Uma outra avaliação sobre a intensidade da agricultura pode ser feita a partir do valor dos instrumentos agrícolas e também das despesas com insumos para a lavoura e para a pecuária referidos à área efetivamente utilizada no estabelecimento. Considerado a nível agregado, é muito baixo o valor desses instrumentos por hectare (Cr\$ 10,52/ha), traduzindo este fato a reduzida inversão de capital na terra, que é comprovada pela própria natureza destes instrumentos que se restringem a dois tipos: plantadeira e pulverizador manuais. Uma outra informação pode ser ainda extraída ao se considerar este valor a nível não agregado: a maior fração do valor dos instrumentos agrícolas (Cr\$ 74,27/ha) concentra-se nos estabelecimentos de até 20 hectares, cuja orientação é para a lavoura, como foi anteriormente salientado, enquanto cabe aos estabelecimentos de 20 a 100 hectares que se voltam para a pecuária a menor fração deste valor (Cr\$ 5,08/ha).

Ao se avaliarem as despesas com insumos para a lavoura e pecuária (Tabela 27), que são bastante baixas, verifica-se que é nos estabelecimentos de superfície entre 10 e 20 hectares que se encontra o maior valor de gastos com insumos por hectare de lavouras. Quanto às despesas com insumos para a pecuária, são mais elevadas nos estabelecimentos de área superior a 20 hectares, em que a criação bovina é mais importante.

TABELA 26

Uso de instrumentos agrícolas e insumos modernos
MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		N.º DE ESTABELECIMENTOS COM LAVOURA	LAVOURA									
			Instrumentos						Insumos			
			Estabelecimentos que usam						Estabelecimentos que usam			
			Plantadeira manual		Pulverizador manual		Pulverizador e plantadeira manual		Defensivos vegetais		Defensivos vegetais, sementes selecionadas	
			Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Até 10	49	29	59,18	1	2,04	—	—	21	42,66	1	2,04	
10 → 20	7	3	42,85	—	—	—	—	4	57,14	—	—	
20 → 50	28	14	50,00	—	—	1	3,57	15	53,57	—	—	
50 → 100	46	24	52,17	1	1,17	10	21,74	24	52,17	6	13,04	
TOTAL	130	70	53,85	2	1,54	11	8,46	64	49,23	7	5,38	

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		N.º DE ESTABELECIMENTOS COM PECUÁRIA	PECUÁRIA											
			Insumos											
			Estabelecimentos que usam											
			Sal comum		Vacinas e medicamentos		Sal comum, vacinas, medicamentos		Sal comum e sal mineral		Sal comum e mineral, vacinas e medicamentos		Sal comum e mineral, vacinas, medicamentos, ração	
			Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Até 10	33	1	3,03	—	—	6	18,18	—	—	5	15,16	—	—	
10 → 20	7	—	—	—	—	2	28,57	—	—	1	14,29	—	—	
20 → 50	21	3	14,28	1	4,76	5	23,81	1	4,76	5	23,81	2	9,52	
50 → 100	46	3	6,52	—	—	15	32,61	—	—	15	32,61	1	2,17	
TOTAL	107	7	6,54	1	0,93	28	26,17	1	0,93	26	24,30	3	2,80	

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

TABELA 27

Despesas com insumos na lavoura e na pecuária
MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	LAVOURA			PECUÁRIA		
	Área (ha)	Despesas com insumos (Cr\$)	Despesa/ha (Cr\$)	Número de bovinos	Despesas com alimentos e medic. p/ pecuária (Cr\$)	Despesa/bovino (Cr\$)
Até 10.....	117,49	933,00	7,94	110	3 410,00	31,00
10 ⇨ 20.....	15,95	220,00	13,79	61	1 187,00	19,46
20 ⇨ 50.....	66,89	651,00	9,73	190	5 571,00	29,32
50 ⇨ 100.....	141,10	1 561,00	11,06	678	20 798,00	30,68
TOTAL.....	341,43	3 365,00	9,86	1 039	30 966,00	29,80

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

Em relação à mão-de-obra, são maiores as despesas nos estabelecimentos de área inferior a 20 hectares mais dedicados à lavoura, já que esta é uma atividade que exige maior volume de trabalho e não há mecanização nos estabelecimentos investigados. Conseqüentemente, no estrato de 20 a 100 hectares, em que as unidades pro-

efetuada através dos rendimentos da lavoura e do trabalho.

Ao se tomar o salário mínimo anual médio (Cr\$ 12.038,40) vigente no estado, em 1978, observa-se que em todos os estratos o rendimento da lavoura (Tabela 29) é inferior a um sexto (1/6) deste salário e o do trabalho (Tabela 30) representa cerca de um quarto (1/4). Dentro de uma ordem de idéias que vincula a possibilidade de novos investimentos serem feitos a partir da própria produção, é necessário que, no mínimo, a receita do estabelecimento por pessoa ocupada alcance valores mais altos que os do salário mínimo anual, o que não ocorre no caso examinado. Fica, então, evidenciada a falta de potencialidade para que se façam novos investimentos produtivos.

A questão do baixo rendimento do trabalho se agrava ao se verificar a relação entre a área que o trabalhador dispõe para obter o seu sustento (área efetivamente utilizada) e o número de trabalhadores, relação esta que indica maior pressão sobre a taxa nos menores estratos, justamente aqueles em que é mais baixa a potencialidade para novos investimentos que possam conduzir a índices mais elevados de rendimento.

Nesta área de pesquisa a permanência destas condições se consolida pela ausência total de assistência técnica ao produtor, que também não se beneficia de políticas de crédito e de preços mínimos. Dos cento e trinta e seis produtores investigados apenas um informa ter recorrido a crédito institucionalizado para investimento na pecuária¹³; da mesma forma, um único caso verifica-se quanto à utilização dos preços mínimos. Isto é uma evidência empírica de que não estão sendo alcançados os objetivos destas políticas, pelo me-

TABELA 28

*Despesas com mão-de-obra
MRH Imperatriz (MA)*

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ÁREA EFETIVA- MENTE UTILIZADA (ha)	DESPESA (Cr\$)	
		Com mão-de- obra	Com mão-de- obra/ha
Até 10.....	182,33	27 500,00	150,83
10 — 20.....	84,69	5 380,00	63,53
20 — 50.....	869,49	11 390,00	17,01
50 — 100.....	2 461,12	53 730,00	21,83
TOTAL.....	3 397,89	98 000,00	28,84

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

dutivas se voltam para a pecuária, são mais baixas as despesas com mão-de-obra.

Uma outra comprovação da extensividade da agricultura na microrregião de Imperatriz pode ser

TABELA 29

*Rendimentos da lavoura
MRH Imperatriz (MA)*

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ÁREA DE LAVOURA	RECEITA (Cr\$)	
		Da lavoura	Da lavoura/ha
Até 10.....	117,49	223 197,50	1 899,71
10 — 20.....	15,95	36 822,00	2 308,59
20 — 50.....	66,89	105 899,00	1 583,10
50 — 100.....	141,10	235 562,50	1 669,47
TOTAL.....	341,43	601 481,00	1 761,60

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

¹³ Este produtor, para saldar a dívida, necessitou de vender parte do rebanho.

TABELA 30

Rendimento do trabalho — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		PESSOAL OCUPADO	RECEITA (Cr\$)		ÁREA (ha)	
			Do estabele- cimento	Do estabele- cimento/ pessoal ocupado	Efetivamente utilizada	Efetivamente utilizada/ pessoal ocupado
Até 10.....		197	491 961,50	2 497,26	182,33	0,93
10 — 20.....		39	60 242,00	1 544,67	84,69	2,17
20 — 50.....		120	255 684,00	2 130,70	669,49	5,58
50 — 100.....		287	999 384,78	3 457,78	2 461,12	8,58
TOTAL.....		643	1 800 272,00	2 799,80	3 397,63	5,28

FONTE: IBGE — DEGED/DIRUR — Pesquisa direta — 1979.

nos no que diz respeito aos produtores de até 100 hectares. Um fator que contribuiu para isto é representado pelas condições de isolamento em que vive a maioria dos produtores, o que resulta numa grande desinformação sobre estas políticas. Além disto, no caso do crédito rural, interfere, principalmente, o requisito da propriedade da terra para a concessão do empréstimo. No caso dos preços mínimos, os pré-requisitos se prendem à classificação, transporte e armazenagem da produção, já que o produtor deve entregar o produto seco, limpo e ensacado no armazém indicado pelo Banco do Brasil, que é o agente financeiro do Governo. Dos cento e trinta e seis produtores amostrados, apenas sessenta e nove informam conhecer a política de preços mínimos e, destes, cerca da metade não a utiliza por falta total de informações sobre o seu funcionamento. Dos demais produtores que sabem da existência da garantia de preços mínimos, um sexto (1/6) não tem meios de pagar a secagem e o transporte de produção e pouco mais de um terço (1/3) declara falta de interesse decorrente do

pequeno volume de produção para ser vendido e de compromissos assumidos com intermediários, principalmente pequenos comerciantes.

Para melhor compreensão desta problemática, é preciso ter em conta que, na área, é dominante o sistema de intermediação — como será visto na parte referente à comercialização — e como o Governo Federal não exige a condição de produtor para quem vai utilizar a garantia dos preços mínimos, o intermediário e/ou beneficiador que satisfizerem os pré-requisitos podem auferir dos benefícios advindos desta política. Portanto, são estes agentes de comercialização os que mais se favorecem deste tipo de crédito e é a eles que, na maioria das vezes, o produtor recorre quando necessita de empréstimos que lhe são concedidos a taxas superiores àquelas dos juros bancários. Assim, o produtor é mantido numa situação de endividamento que diminui ainda mais a sua já tão reduzida renda e contribui para que, cada vez mais, falte capital para novos investimentos produtivos.

5.2 — Características da intensidade da agricultura na Microrregião de Bragança Paulista (SP)

O emprego de máquinas, implementos e instrumentos agrícolas e insumos modernos no processo produtivo fornece uma primeira medida da intensidade da agricultura nesta microrregião. É claramente percebida a significativa mecanização da lavoura (Tabela 31), não só pelo número como pela diversidade de tipos de máquinas utilizadas, constituindo-se a combinação do trator com o arado e a grade de tração mecânica a mais comum, pois é encontrada compondo o conjunto de maquinaria e instrumentos agrícolas de quarenta e seis dos cento e vinte e um

estabelecimentos com lavoura. O fato de alguns estabelecimentos terem implementos mecânicos e não terem o trator liga-se ao sistema de aluguel ou ainda de empréstimo de trator que se faz entre produtores. Apesar desta mecanização, verifica-se ainda o emprego de arado de tração animal, encontrado em quarenta e um estabelecimentos, sendo que em dezessete aparece em conjunto com a plantadeira manual. O emprego de força animal vincula-se, na maioria das vezes, ao produto, sendo mais comumente encontrado nos estabelecimentos que se dedicam aos cultivos alimentares, enquanto a força mecânica está mais relacionada com a hortifrutifloricultura.

TABELA 31

Uso de máquinas, implementos e instrumentos agrícolas
MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM LAVOURA	LAVOURA											
			Estabelecimentos que usam											
			A		B		C		D		E		F	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10.....		56	2	3,57	10	17,86	—	—	6	10,71	2	3,57	5	8,93
10 — 20.....		24	7	29,17	5	20,83	—	—	3	12,50	—	—	2	8,33
20 — 50.....		31	8	25,80	5	16,13	1	3,23	7	22,58	3	9,68	3	9,68
50 — 100.....		10	1	10,00	7	70,00	—	—	1	10,00	1	10,00	—	—
TOTAL.....		121	18	14,88	27	22,31	1	0,83	18	14,05	6	4,96	10	8,26

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COM LAVOURA	PECUÁRIA					
			Estabelecimentos que usam					
			G		H		I	
			Número	%	Número	%	Número	%
Até 10.....		40	—	—	7	17,50	2	5,00
10 — 20.....		20	2	10,00	2	10,00	—	—
20 — 50.....		28	3	10,71	2	7,14	—	—
50 — 100.....		9	4	44,44	—	—	—	—
TOTAL.....		97	9	9,28	11	11,34	2	2,06

FONTE: IBGE — DEGEQ/DIRUR — Pesquisa direta — 1980.

A: Trator; arado de tração mecânica e animal; grade de tração mecânica.

B: Trator; arado; grade e roçadeira de tração mecânica; debulhador; sulcador; pulverizador; motor.

C: Trator; arado, grade, roçadeira e plantadeira de tração mecânica; colhedeira; debulhador; sulcador; pulverizador; motor; motoniveladora.

D: Arado de tração animal; plantadeira manual.

E: Arado de tração animal; plantadeira mecânica e manual; roçadeira mecânica e manual; pulverizador.

F: Pulverizador.

G: Picador manual e mecânico.

H: Picador manual; debulhador; desintegrador; misturador de ração.

I: Máquina de preparação de forragem.

Também o emprego de insumos modernos (Tabela 32) traduz a relação com o produto cultivado, já que o uso de adubo químico, defen-

sivos vegetais e corretivos liga-se mais à hortifrutifloricultura, sendo o emprego do adubo químico e sementes selecionadas mais vinculado aos produtos alimentares. Ao se considerar o emprego combinado dos insumos na lavoura percebe-se que aproximadamente metade dos estabelecimentos utiliza somente adubo químico e sementes selecionadas, mas estes dois insumos isolados ou combinados a outros aparecem, respectivamente, em vinte e seis e trinta e cinco estabelecimentos. Estes insumos são, portanto, os de uso mais amplo e generalizado. Além do adubo químico, a pesquisa direta revela o aproveitamento do esterco animal — de aves e bovinos — principalmente na floricultura, mostrando uma complementação entre as atividades especializadas praticadas na área.

Em relação à pecuária, é mais comum o uso do picador manual, que aparece em dois conjuntos, contrastando com o emprego da máquina de forragem encontrada em apenas dois estabelecimentos (Tabela 31). Quanto aos insumos (Tabela 33), o emprego mais amplo e difundido é o de sal comum, que se constitui em um requisito mí-

TABELA 32

Uso de insumos modernos na lavoura — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		N.º DE ESTABELECIMENTOS COM LAVOURA	ESTABELECIMENTOS QUE USAM															
			Adubo químico		Sementes selecionadas		Adubos e sementes selecionadas		Adubos e defensivos vegetais		Adubo, sementes selecionadas e defensivos vegetais		Adubos, sementes selecionadas e corretivo		Adubos, defensivos vegetais e corretivo		Adubos, sementes selecionadas defensivos vegetais e corretivos	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10.....	56	4	7,14	10	17,85	24	42,86	2	3,57	2	3,57	1	1,79	1	1,79	1	1,79	
10 — 20.....	24	—	—	4	16,66	11	45,83	1	4,16	4	16,66	—	—	—	—	1	4,16	
20 — 50.....	31	2	6,45	7	22,58	14	45,16	—	—	2	6,45	1	3,23	1	3,23	1	3,23	
50 — 100.....	10	1	10,00	—	—	6	60,00	—	—	1	10,00	—	—	—	—	—	—	
TOTAL.....	121	7	5,79	21	17,36	55	45,45	3	2,48	9	7,44	2	1,65	2	1,65	3	2,48	

FONTE: IBGE — DEGEIO/DIRUR — Pesquisa direta — 1980.

TABELA 33

Uso de insumos modernos na pecuária — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	N.º DE ESTABELECIMENTOS COM PECUÁRIA	ESTABELECIMENTOS QUE USAM					
		Sal comum		Sal comum, vacina e medicamento		Sal comum, vacina, medicamento e ração	
		Número	%	Número	%	Número	%
Até 10.....	40	1	2,50	11	27,50	1	2,50
10 → 20.....	20	1	5,00	10	50,00	1	5,00
20 → 50.....	28	2	7,14	16	57,14	2	7,14
50 → 100.....	9	—	—	2	22,22	2	22,22
TOTAL.....	97	4	4,12	39	40,21	6	6,19

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ESTABELECIMENTOS QUE USAM							
	Sal comum, sal mineral, vacina e medicamento		Sal comum, sal mineral, vacina e medicamento e ração		Ração, vacina e medicamento		Ração, vacina e medicamento e silagem	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Até 10.....	1	2,50	3	7,50	6	15,00	—	—
10 → 20.....	—	—	1	5,00	—	—	—	—
20 → 50.....	2	7,14	—	—	1	3,57	—	—
50 → 100.....	—	—	3	33,33	—	—	1	11,11
TOTAL.....	3	3,09	6	6,19	5	5,15	1	1,03

FONTE: IBGE — DEGEQ/DIRUR — Pesquisa direta — 1980.

nimo no sistema de criação, e de vacinas e medicamentos, que se liga não só à criação de bovinos como à de suínos e aves. A avicultura relaciona-se principalmente o emprego de rações.

Também pode ser avaliada a intensidade da agricultura pela consideração do valor das máquinas e instrumentos agrícolas e ainda do valor das despesas com insumos para a lavoura e para a pecuária em relação à área efetivamente utilizada no estabelecimento. Em função da tabela 34 nota-se que há uma inversão mais acentuada de capital na terra nos estabelecimentos de área inferior a 20 hectares, o que conduz a uso mais in-

tensivo e se justifica pela especialização em lavoura (determinada anteriormente na parte referente à produção). Nestes estabelecimentos o valor das máquinas e instrumentos agrícolas por hectare é mais de cinco vezes superior ao encontrado nos estabelecimentos especializados em pecuária — área de 20 a 100 hectares.

Este padrão de valor das máquinas e instrumentos agrícolas é reforçado pelo padrão de despesa com mão-de-obra e com insumos na lavoura (Tabelas 35 e 36), que se apresenta do mesmo tipo, mostrando valores por hectare mais elevados quando se considera, em conjunto, os dois primeiros estratos

fundiários — até 10 hectares e de 10 a 20 hectares. Nestes estabelecimentos de tamanho inferior a 20 hectares predomina a lavoura, enquanto nos de área entre 20 e 50 hectares predomina a pecuária. A lavoura, por ser constituída principalmente por produtos que exigem, por sua própria natureza, um emprego mais intensivo de insumos — como fertilizantes e defensivos vegetais — e de mão-de-obra, responde por este padrão de intensidade da agricultura ora descrito.

Nos estabelecimentos de área entre 20 e 100 hectares é elevado o valor das despesas com alimentos e medicamentos para a pecuária por unidade-gado (Cr\$ 23.533,82 por UG). Nestes estabelecimentos

TABELA 34

*Valor das máquinas e instrumentos agrícolas
MRH Bragança Paulista (SP)*

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ÁREA EFETIVAMENTE UTILIZADA (ha)	VALOR (Cr\$)	
		Máquinas e instrumentos agrícolas	Máquinas e instrumentos agrícolas/ha
Até 10.....	273,08	4 753 100,00	17 405,52
10 → 20.....	342,58	10 376 200,00	30 288,40
20 → 50.....	860,33	4 740 250,00	5 509,80
50 → 100.....	676,92	3 822 000,00	1 775,27
TOTAL.....	2 152,91	23 691 550,00	11 004,43

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

TABELA 36

Despesas com lavoura e pecuária — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	LAVOURA			PECUÁRIA		
	Área (ha)	Despesas com insumos para a lavoura (Cr\$)	Despesas/ha (Cr\$)	Unidade-gado (1)	Despesas com alimentos para a pecuária (Cr\$)	Despesas/ug (Cr\$)
Até 10.....	138,94	803 285,50	5 781,38	614	4 969 952,50	8 094,39
10 → 20.....	141,90	1 012 937,00	7 138,39	218	74 576,00	342,09
20 → 50.....	267,21	2 029 740,00	7 596,05	1 169	24 643 944,20	21 081,22
50 → 100.....	122,32	172 850,00	1 413,10	1 205	2 955 383,00	2 452,60
TOTAL.....	670,37	4 018 792,50	5 994,89	3 197	32 643 855,70	10 210,78

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

(1) Unidade-gado, segundo critério da FAO: 1 bovino = 1,0
1 suíno = 0,3
1 frango = 0,005

TABELA 35

*Despesas com mão-de-obra
MRH Bragança Paulista (SP)*

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ÁREA EFETIVAMENTE UTILIZADA (ha)	DESPESA (Cr\$)	
		Com mão-de-obra	Com mão-de-obra/ha
Até 10.....	273,08	1 160 853,00	4 250,96
10 → 20.....	342,58	379 206,00	1 106,91
20 → 50.....	860,33	2 134 105,00	2 480,57
50 → 100.....	676,92	528 712,00	781,06
TOTAL.....	2 152,91	4 202 876,00	1 952,18

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

não é apenas a pecuária bovina orientada para a criação leiteira que responde por este valor, mas, principalmente, a avicultura, que é uma atividade que exige, nos moldes modernos em que é praticada, elevados investimentos em capital.

A intensidade da agricultura na microrregião de Bragança Paulista pode ser vista ainda pelos rendimentos da lavoura e do trabalho comparados ao salário mínimo anual médio (Cr\$ 25.713,60) vigente no estado em 1979. Esta comparação mostra que, a nível agregado, o rendimento da lavoura (Tabela 37) representa quase o dobro do salário, e isto acontece também quando se consideram os

estratos de 10 a 20 hectares e 20 a 50 hectares. Entretanto, no menor estrato, onde se concentra a hortifrutifloricultura, o rendimento da lavoura é praticamente duas vezes superior ao salário mínimo, e no maior estrato, onde predomina a pecuária, o rendimento é inferior à metade do salário mínimo anual médio.

TABELA 37

*Rendimento da lavoura
MRH Bragança Paulista (SP)*

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ÁREA DE LAVOURAS (ha)	RECEITA (Cr\$)	
		Da lavoura	Da lavoura/ha
Até 10.....	137,83	10 210 890,00	74 083,22
10 → 20.....	141,90	6 992 975,00	49 281,11
20 → 50.....	211,04	10 530 242,00	49 896,90
50 → 100.....	122,32	1 169 412,00	9 560,27
TOTAL.....	613,09	28 903 519,00	47 144,01

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

Ao se tomar o rendimento do trabalho (Tabela 38), observa-se que, a nível agregado, o rendimento representa praticamente o quádruplo do salário, sendo que no estrato de 20 a 50 hectares, onde à receita da avicultura soma-se a receita da lavoura, que ainda permanece alta, o rendimento do tra-

balho significa o quádruplo do salário. Na perspectiva de que novos investimentos podem ser feitos a partir da própria produção, esboça-se uma potencialidade para que haja reinvestimento no processo produtivo, uma vez que o rendimento da lavoura e principalmente o rendimento do trabalho mostram-se mais elevados que o salário mínimo médio anual em todos os estabelecimentos de até 100 hectares. Estes níveis de rendimento, contudo, tendem a minimizar a pressão sobre a terra, que é, inclusive, mais forte nos menores estratos.

Nesta área de pesquisa os principais elementos que viabilizam a modernização da agricultura são a assistência técnica e o crédito rural institucionalizado. A assistência técnica torna-se imprescindível, dadas as atividades especializadas praticadas na área. Para os produtos da hortifrutifloricultura, a assistência técnica faz parte dos serviços prestados aos produtores pelas cooperativas que atuam no setor de comercialização. No caso da pecuária, são firmas fornecedoras de rações, vacinas e medicamentos e as cooperativas de leite e fábricas de laticínios que prestam esta assistência.

TABELA 38

Rendimento do trabalho — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	PESSOAL OCUPADO	RECEITA (Cr\$)		ÁREA (ha)	
		Do estabelecimento	Do estabelecimento/pessoal ocupado	Efetivamente utilizada	Efetivamente utilizada/pessoal ocupado
Até 10.....	258	18 422 602,00	71 405,43	273,08	1,06
10 → 20.....	201	7 796 997,00	38 791,03	342,58	1,70
20 → 50.....	344	49 608 668,00	144 211,24	860,33	2,50
50 → 100.....	93	7 952 489,00	85 510,63	676,92	7,28
TOTAL.....	896	83 780 756,00	93 505,31	2 752,91	2,40

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

No que concerne ao crédito rural (Tabelas 39 e 40), uma primeira avaliação pode ser feita sobre a proporção de produtores que recorre a crédito, que é de 31,58% a nível agregado. É na lavoura que se concentra o maior número de contratos para financiamento do custeio da produção, não significando, entretanto, que para eles tenha sido canalizado o maior montante do crédito. Em termos de valor, é a avicultura a atividade mais concentradora do crédito rural, sendo, entretanto, reduzido o número de produtores que dele se utiliza. As atividades que se seguem, como aquelas que mais detêm valor no total do crédito concedido, são também especializadas — fruticultura e floricultura — e se posicionam logo abaixo da lavoura em número de contratos para custeio. No caso do crédito para investimento, é a frutiflori-

cultura que concentra não só o maior número de contratos como também o maior valor do financiamento.

No que diz respeito às linhas de financiamento da agricultura há nítido predomínio do crédito para custeio tanto em número de contratos quanto em montante do crédito concedido. E são as atividades que exigem maior emprego de insumos modernos, como adubo químico, defensivos vegetais, corretivos, rações, vacinas e medicamentos, as que concentram a maior parcela do financiamento, o que evidencia empiricamente o atrelamento da modernização da agricultura à concessão do crédito.

A análise da distribuição do crédito rural permite visualizar uma tendência à concentração em termos de número de produtores que recebe financiamento, de número de contratos e de valor do

TABELA 39

Crédito rural — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		N.º TOTAL DE ESTABELECIMENTOS		PRODUTORES COM FINANCIAMENTO		CONTRATOS PARA INVESTIMENTO									
						Atividades									
						Lavoura (1)		Fruticultura		Floricultura		Bovinocultura		Avicultura	
						N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10.....	62	18	29,03	1	5,55	1	5,55	2	11,11	—	—	1	5,55		
10 → 20.....	26	8	30,77	2	25,00	3	37,50	1	12,50	1	12,50	—	—		
20 → 50.....	34	12	35,29	1	8,33	2	16,67	—	—	—	—	—	—		
50 → 100.....	11	4	36,36	—	—	—	—	—	—	3	75,00	—	—		
TOTAL.....	133	42	31,58	4	9,52	6	14,28	3	7,14	4	9,52	1	2,38		

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		CONTRATOS PARA CUSTEIO													
		Atividades													
		Lavoura (1)		Horticultura		Floricultura		Bovinocultura		Suinocultura		Avicultura		Fruticultura	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até 10.....	5	27,78	2	11,11	5	27,78	—	—	1	5,55	3	16,67	3	16,67	
10 → 20.....	5	62,50	—	—	1	12,50	—	—	—	—	—	—	5	62,50	
20 → 50.....	4	33,33	1	8,33	2	16,67	1	8,33	1	8,33	1	8,33	2	16,67	
50 → 100.....	2	50,00	—	—	—	—	2	50,00	1	25,00	—	—	—	—	
TOTAL.....	16	38,09	3	7,14	8	19,05	3	7,14	2	4,76	4	9,52	10	23,81	

IBGE — DEGED/DIRUR — Pesquisa direta — 1980.

(1) Arroz, milho, feijão, café e batata-inglesa

financiamento. Quando se examina o número de produtores, percebe-se uma concentração do crédito nos dois maiores estratos, que são aqueles que apresentam os mais elevados percentuais de produtores com financiamento. Os dados mostram que o número de contratos excede o número de produtores, pois cada produtor pode ter mais de um contrato, o que vem fortalecer a concentração do crédito entre os seus beneficiários. Quanto ao valor dos financiamentos, sua maior proporção — 58,67% — está distribuída entre produtores de estabelecimentos com área superior a 20 hectares. Desta forma, percebe-se que o crédito tende a se concentrar em um número reduzido de produtores de estabelecimentos de maior área.

A pesquisa direta revela, ademais, não só a atuação predominante dos bancos governamentais na concessão dos financiamentos,

a eles seguindo-se os bancos privados e as cooperativas, como a não utilização da política de garantia de preços mínimos. Como a produção da área se caracteriza especialmente por produtos que não estão amparados por esta política e como aqueles produtores que dela fazem parte alcançam preços mais elevados no mercado, os produtores, apesar do seu nível de informação, não utilizam esta política governamental.

A intensidade da agricultura nas duas microrregiões pesquisadas apresenta diferenças marcantes e nítidas. Na microrregião de Imperatriz a pequena produção, referida aos estabelecimentos de área até 100 hectares, mostra-se extensiva tanto na lavoura quanto na pecuária, que se caracterizam pelo emprego apenas de força humana, pelo reduzidíssimo uso de insumos modernos, pela baixa inversão de capital na terra e pela

TABELA 40

Valor do crédito rural — MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	VALOR TOTAL (Cr\$ 1 000)	INVESTIMENTO									
		Lavoura(1)		Fruticultura		Floricultura		Bovinocultura		Avicultura	
		Valor Cr\$ 1 000	%	Valor Cr\$ 1 000	%	Valor Cr\$ 1 000	%	Valor Cr\$ 1 000	%	Valor Cr\$ 1 000	%
Até 10.....	3 993	84	1,80	50	1,25	850	21,29	—	—	91	2,28
10 — 20.....	2 045	80	3,91	30	1,47	420	20,54	115	5,62	—	—
20 — 50.....	7 587	150	1,98	1 200	15,86	—	—	—	—	—	—
50 — 100.....	1 006	—	—	—	—	—	—	150	14,91	—	—
TOTAL.....	14 811	294	2,01	1 280	8,76	1 270	8,69	265	1,81	91	0,62

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	VALOR TOTAL (Cr\$ 1 000)	CUSTEIRO											
		Lavoura(1)		Horticultura		Fruticultura		Floricultura		Bovinocultura		Suinocultura	
		Valor Cr\$1000	%	Valor Cr\$1000	%	Valor Cr\$1000	%	Valor Cr\$1000	%	Valor Cr\$1000	%	Valor Cr\$1000	%
Até 10.....	3 993	106	2,65	70	1,75	110	2,75	902	22,59	—	—	150	3,76
10 — 20.....	2 045	80	3,91	—	—	820	40,10	500	24,45	—	—	—	—
20 — 50.....	7 587	98	1,29	7	0,29	2 000	26,43	42	0,15	100	1,33	1 000	12,21
50 — 100.....	1 006	750	74,55	—	—	—	—	—	—	—0	6,96	36	3,58
TOTAL.....	14 611	1 034	7,08	77	0,53	2 930	20,05	1 414	9,68	170	1,16	1 186	8,12

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

(1) Arroz, milho, feijão, café e batata-inglesa.

inexistência de potencialidade do produtor para reinvestir no processo produtivo. A reduzida intensificação da agricultura na área, restrita ao emprego de alguns insumos modernos, mostra uma dependência ao capital comercial-usuário, uma vez que são os pequenos comerciantes e os usineiros aqueles que financiam o produtor em troca da garantia de comercialização da produção. Esta atuação do capital comercial na área permite a recriação da agricultura extensiva, dificultando até certo ponto a sua intensificação, já que este capital não atua na esfera da produção. A não intensificação das atividades agrárias se acentua ainda pelo fato de o produtor não se beneficiar de políticas agrícolas que viabilizam esta intensificação, o que responde, em parte, pela permanência da pequena produção como tal, em termos de magnitude da exploração, uma vez que restam poucas alternativas econômicas ao produtor para modificar o tipo e o volume de produção.

Na microrregião de Bragança Paulista é, justamente, considerando a magnitude da exploração que a pequena produção não se mantém como tal nos estabelecimentos de até 100 hectares. Nesta área a agricultura é intensificada pelo uso de máquinas e insumos modernos, na maioria das vezes em função das atividades especializadas praticadas na microrregião. Isto traduz maior inversão de capital na terra e também uma dependência da agricultura em relação às indústrias de máquinas e principalmente insumos modernos que, através da assistência técnica, estimulam o emprego destes itens de modernização e subordinam a agricultura ao capital industrial. Uma outra forma desta subordinação se faz através de firmas industriais que comprem a produção dentro de especificações pré-estabelecidas, como no caso da

avicultura e da suinocultura praticadas em moldes modernos. A intensificação da agricultura é estimulada ainda pela ligação entre as unidades de produção e as cooperativas que, além de financiarem a compra de máquinas e insumos, garantem a comercialização da produção. Neste caso a dependência da agricultura se dá diretamente ao capital comercial e indiretamente ao industrial.

É importante chamar a atenção tanto para os estímulos à modernização da agricultura quanto para a sua viabilização, que tem no crédito rural institucionalizado o seu principal instrumento. Na área pesquisada este recurso ao financiamento leva alguns produtores a uma situação de permanente endividamento, enquanto outros já mostram uma potencialidade para reinvestir e alguns conseguem disponibilidade real de capital para isto. Estes últimos não podem mais ser chamados de pequenos produtores em termos econômicos, embora continuem responsáveis por pequenos estabelecimentos em termos de área. Esta se constitui na diferença mais nítida entre os produtores nas microrregiões de Imperatriz e Bragança Paulista, quando considerados os estabelecimentos de até 100 hectares e a intensidade da atividade agrária neles praticadas.

6 — A COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

A inserção dos produtos da agricultura no mercado é uma expressão sintética de alterações importantes de caráter capitalista na organização da produção, pois, através dela, revelam-se a intensificação do processo produtivo, o aumento da produtividade e a mercantilização das relações de trabalho. Essa inserção se dá em graus diferenciados que se vinculam aos diferentes níveis de desenvolvi-

mento das atividades agrárias, cabendo ao capital comercial realizar a articulação entre a produção da agricultura — alimentos e matérias-primas — e o mercado urbano-industrial.

Desta forma, a atuação do capital comercial, ao articular produção agrícola e mercado, é mais claramente entendida quando analisada a nível de região e de produto, o que permite a reconstrução de todo o sistema de comercialização e dos agentes que nele atuam, além de possibilitar a apreensão das especificidades da distribuição de cada um dos produtos.

6.1 — A Inserção da produção no mercado na Microrregião de Imperatriz (MA)

No quadro da produção agropecuária dos estabelecimentos de até 100 hectares, nesta microrregião, as lavouras de arroz, principalmente, e de feijão e os produtos extrativos são os que apresentam maior grau de inserção no mercado (Tabela 41). Dos produtos alimentares é o arroz que apresenta os mais elevados índices de comercialização, já que os dados a nível agregado mostram que metade da produção colhida é vendida, sendo bastante alta a proporção nos estabelecimentos de área inferior a 20

hectares. Esta inserção no mercado, mais de 60% dos estabelecimentos produtores vendem arroz (Tabela 42), não significa, entretanto, que a lavoura do arroz seja praticada com objetivo unicamente comercial, mas decorre do fato de ser, entre as lavouras cultivadas na microrregião, aquela de mais elevado volume físico por hectare, o que permite maior disponibilidade do produto para colocação no mercado por parte dos pequenos produtores. A comprovação desta colocação se faz ao se verificar que a inserção no mercado não corresponde a altos níveis de receita líquida anual (Tabela 4), a qual é suficiente apenas para garantir a compra de bens de consumo imprescindíveis à manutenção do produtor e sua família.

Da parte não comercializada do arroz, a maior parcela é reservada para o consumo, nela se verificando perdas resultantes das condições precárias de estocagem que são encontradas nos estabelecimentos produtores, e uma pequena parcela é reservada para semente. Além disto, apesar da existência de armazéns da CIBRAZEM na microrregião, os produtores, em função de seu pequeno volume de produção, ou de sua desinformação, ou ainda de sua fraca condição eco-

TABELA 41

Comercialização da produção — MRH Imperatriz (MA)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		LAVOURA			PECUÁRIA		EXTRATIVISMO		
		% da produção vendida na colhida (Volume)			Bovinos vendidos no total de cabeças (%)	Suínos vendidos no total de cabeças (%)	% da produção vendida na extraída (Volume)		
		Arroz	Feijão	Milho			Babaçu	Madeira	Carvão Vegetal
Até 10.....		54,73	22,46	10,54	22,73	45,36	94,88	—	2,71
10 — 20.....		55,69	—	—	6,58	20,00	80,00	—	—
20 — 50.....		39,88	39,90	10,39	16,84	19,67	68,23	—	7,69
50 — 100.....		48,79	52,25	8,90	23,89	32,46	92,36	100,00	2,69
TOTAL.....		49,89	40,85	9,39	21,46	32,55	93,50	100,00	3,07

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

TABELA 42

*Comercialização da produção agrícola
MRH Imperatriz (MA)*

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)	ARROZ					FEIJÃO				MILHO			
	% de estabelecimentos que vendem nos estabelecimentos produtores	Tipo de comprador (%)				% de estabelecimentos que vendem nos estabelecimentos produtores	Tipo de comprador (%)			% de estabelecimentos que vendem nos estabelecimentos produtores	Tipo de comprador (%)		
		Usineiro	Caminhoneiro	Pequeno comerciante	Consumidor		Caminhoneiro	Pequeno comerciante	Consumidor		Caminhoneiro	Pequeno comerciante	Consumidor
Até 10.....	67,35	6,06	15,15	69,70	9,09	17,86	—	60,00	40,00	12,50	—	80,00	20,00
10 — 20.....	57,14	—	75,00	25,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
20 — 50.....	53,57	6,67	33,33	46,67	13,33	14,28	—	100,00	—	7,14	50,00	50,00	—
50 — 100.....	67,39	12,90	25,81	38,71	22,58	31,43	9,09	63,64	27,27	8,89	25,00	75,00	—
TOTAL.....	63,85	8,43	25,30	51,81	14,46	21,69	5,55	66,67	27,78	9,24	18,18	72,73	9,09

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1979.

nômica, não se beneficiam deste sistema de estocagem, daí resultando o fato de as vendas serem realizadas, em sua quase totalidade, de uma só vez logo após a colheita. Esta situação impede ao produtor de esperar por preços mais compensadores na época da entressafra, impossibilitando-o, deste modo, de auferir maiores ganhos com a venda de seus produtos. A pesquisa direta mostra também que prevalece o modo de pagamento das vendas à vista, embora tenham sido encontradas, em diminutas proporções, as modalidades de venda a prazo e na folha (antes da colheita).

A lavoura de feijão, com 40% da produção colhida colocada no mercado e 21% dos estabelecimentos produtores vendendo a produção, é a que se segue em importância, já que na lavoura de milho é de apenas 9% a proporção da produção vendida na colheita quanto à dos estabelecimentos que vendem no total daqueles que produzem (Tabelas 41 e 42).

Nos três produtos alimentares básicos considerados — arroz, feijão e milho — o principal agente

de comercialização é o pequeno comerciante (Tabela 42), já que mais de 50% dos produtores vendem sua produção para este tipo de comprador geralmente encontrado nos “centros” e povoados. A importância do pequeno comerciante prende-se ao isolamento físico do produtor que o impede de ter acesso a outros compradores, e ao fato de ser este comerciante o fornecedor de bens de consumo de primeira necessidade ao produtor e à circunstância de ser também quem lhe concede empréstimos. Nesta relação há uma condição de dependência do produtor, uma vez que o comerciante, ao comprar a produção por preços muito baixos e vender os bens de primeira necessidade por preços bastante altos, coloca o produtor numa situação de constante endividamento, a qual é reforçada quando o comerciante, como ocorre na maioria das vezes, fornece crédito para financiamento da produção a taxas mais elevadas do que as dos juros bancários.

Este agente de comercialização realiza a função de centralizar a produção para colocá-la diretamente no mercado ou, o que é mais

comum, repassá-la para um agente de maior porte, sendo que, neste caso, seus ganhos são mais reduzidos e a maior apropriação do excedente se faz por parte do agente de maior porte — usineiro e/ou atacadista que coloca a produção no mercado e tem o controle do preço final do produto.

O outro agente de comercialização que atua na microrregião é o caminhoneiro, cuja presença é notada principalmente nas áreas em que os estabelecimentos se encontram mais isolados. Este agente, que aparece significativamente em todas as categorias dimensionais na compra do arroz e nos estabelecimentos de mais de 20 hectares na compra do milho (Tabela 42), realiza, na maior parte das vezes, a intermediação entre o grande comerciante e/ou o usineiro. O papel do caminhoneiro é mais destacado nesta última intermediação — com o usineiro — na comercialização do arroz. Neste caso, com frequência, o capital que o caminhoneiro emprega na compra do arroz é adiantado pelo dono da usina, responsável também pelo pagamento do frete. Os ganhos do caminhoneiro são limitados à diferença entre o preço de compra ao produtor e o preço de venda à usina.

O usineiro, apesar de aparecer como comprador direto em apenas 8,43% do total de estabelecimentos que venderam arroz, situa-se no nível mais alto do sistema de comercialização desse produto, uma vez que absorve também as compras do pequeno comerciante e do caminhoneiro e coloca o produto nos mercados local e regional. Neste circuito de comercialização, na área produtora, é o usineiro que se apropria da maior parcela do excedente, em função, principalmente, da especulação que pode realizar com os preços, pois fixa o preço de compra do produto e o coloca no mercado na época de condições mais favoráveis de venda, já que a usina pode fazer esto-

cagem do arroz beneficiado ou não; além disto, o usineiro pode se favorecer da política de garantia dos preços mínimos e, pela condição industrial de sua atividade, beneficiar-se também do crédito para a indústria. Acresça-se ainda que o usineiro, não mantendo uma frota de veículos para o transporte da produção, elimina despesas que transfere para o proprietário do caminhão, já que nas condições precárias de acesso aos estabelecimentos o desgaste sofrido pelos veículos é muito grande. Por todas estas razões enunciadas é que se entende o papel do usineiro na apropriação do excedente no sistema de comercialização do arroz.

Na comercialização dos produtos alimentares aparece ainda o tipo de venda direta ao consumidor, que se realiza parceladamente em grande número de vezes e em pequenas quantidades de cada vez e frequentemente entre produtores vizinhos. Isto se dá nos casos em que a produção não é suficiente para garantir o abastecimento do produtor e sua família durante o ano.

No que diz respeito à pecuária, tanto bovina quanto suína, é muito baixa a proporção das vendas. Na maioria das vezes a venda dos bovinos se dá para atender a uma necessidade mais premente do produtor, que vende o gado diretamente aos matadores locais ou, em menores proporções, aos caminhoneiros vindos de outras áreas. Necessário se faz lembrar que, em termos de consideração do valor de venda da produção, é, entretanto, a pecuária bovina a que alcança maior participação na formação da renda bruta dos estabelecimentos de mais de 20 hectares. Na comercialização dos suínos, além da venda do animal vivo, é comum o abate pelo próprio produtor, que vende a carne a varejo.

A produção extrativa, centrada na extração do babaçu, é comercializada praticamente em sua to-

talidade, constituindo-se em uma atividade acessória, da qual se socorre o produtor para a sua manutenção. Geralmente o primeiro comprador da amêndoa do babaçu é o pequeno comerciante, que revende para um intermediário que é, então, quem entrega o produto à indústria de óleos. A parte não comercializada destina-se à fabricação caseira de óleo e sabão para o consumo no próprio estabelecimento.

A inserção da produção agrícola no mercado na microrregião de Imperatriz revela que não há uma diferença marcante entre o grau de comercialização da produção nos estabelecimentos de até 100 hectares, uma vez que não só o arroz — principal produto comercializado — como os demais produtos mostram um equilíbrio na proporção do volume de vendas em todos os estratos fundiários considerados. Ainda, ao se considerar a compra de insumos para a lavoura e para a pecuária, verifica-se o baixo valor das despesas com estas compras em todas as categorias dimensionais, evidenciando não existir, também, diferenciações quanto ao tamanho dos estabelecimentos no que concerne ao papel do produtor como consumidor de bens originários do setor industrial. Uma outra apreciação, a dos baixos níveis de receita líquida anual distribuídos indiferenciadamente em todos os estratos fundiários, vem reforçar a colocação de que na microrregião de Imperatriz os estabelecimentos de até 100 hectares podem ser tomados como aqueles menos voltados para uma agricultura comercial, apresentando um baixo grau de inserção no mercado.

6.2 — A Inserção da produção no mercado na Microrregião de Bragança Paulista (SP)

Na análise do quadro da produção agropecuária dos estabelecimentos de até 100 hectares nesta microrregião é necessário conside-

rar o caráter essencialmente comercial de algumas atividades — hortifruticultura, cafeicultura e avicultura — que têm sua participação no mercado apreciada apenas em termos da proporção de seu valor de venda na formação da receita do estabelecimento. Assim, o exame do volume físico das vendas refere-se aos produtos alimentares básicos, de importância secundária na área, e à criação de bovinos e suínos (Tabela 43).

Das lavouras alimentares é a de arroz a menos comercializada, destacando-se apenas no estrato de maior área plantada com o produto — 50 a 100 hectares — em que cerca de um terço (1/3) da produção colhida é vendida; as lavouras de feijão e de milho alcançam, em todas as categorias dimensionais, elevados níveis de venda da produção. Essas três lavouras alimentares, por terem, em condições normais, sua colocação no mercado

TABELA 43

Comercialização da produção MRH Bragança Paulista (SP)

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		LAVOURA			PECUÁRIA	
		% da Produção vendida na colhida (Volume)			Bovinos vendi- dos no total de cabeças (%)	Suínos vendi- dos no total de cabeças (%)
		Arroz	Feijão	Milho		
Até 10.....		9,86	31,77	52,43	23,67	97,31
10 — 20.....		—	74,41	67,66	24,73	45,95
20 — 50.....		7,87	47,21	72,80	31,03	75,07
50 — 100.....		36,37	66,37	51,17	18,15	22,12
TOTAL.....		12,37	51,26	62,30	23,68	65,54

IBGE — DEGEO DIRUR — Pesquisa direta — 1980

assegurada a preço mais alto que o estabelecido pela política de preços mínimos, não levam o produtor a recorrer a esta política. A estocagem da produção, quando se dá, é em pequeno volume, por curto período de tempo e em paíois no

próprio estabelecimento. Destes produtos alimentares, a parte não comercializada destina-se praticamente toda ao consumo no estabelecimento, já que, pelo uso generalizado de sementes selecionadas compradas, não é necessário reservar uma parcela da produção para semente. Uma outra característica da comercialização destes produtos diz respeito à modalidade de venda, que é realizada à vista e quase sempre de uma só vez. A pesquisa direta mostra ainda que a produção de feijão é absorvida pelos centros urbanos da própria microrregião e que a produção de milho destina-se ao mercado local — estabelecimentos especializados na criação de aves e/ou suínos e fábricas de farinha.

Nesses produtos considerados é o pequeno comerciante dos centros locais o principal agente de comercialização (Tabela 44). A importância do pequeno comerciante prende-se, em grande medida, ao fato de ser este o fornecedor de outros bens necessários ao produtor. Vale lembrar, entretanto, que pelo fato de não ser o comerciante, na maioria das vezes, um financiador da produção, não ocorre uma situação de freqüente endividamento do produtor em relação ao comerciante e, assim, o produtor pode escolher aquele que ofereça preços mais compensadores. Uma característica desse pequeno comerciante é que raramente atua como repassador da produção para um agente de maior porte, pois ele

TABELA 44

*Comercialização da produção agrícola
MRH Bragança Paulista (SP)*

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		ARROZ				FEIJÃO				
		% dos estabelecimentos que vendem nos estabelecimentos produtores	Tipo de comprador (%)			% dos estabelecimentos que vendem nos estabelecimentos produtores	Tipo de comprador (%)			
			Pro- prietário da terra	Pequeno comer- ciante	Con- sumidor		Cami- nhoneiro	Pequeno comer- ciante	Con- sumidor	Atacadista
Até 10		14,28	—	50,00	50,00	35,13	15,38	48,15	38,46	—
10 — 20		—	—	—	—	31,25	20,00	60,00	—	20,00
20 — 50		11,11	100,00	—	—	46,43	7,69	61,54	23,08	7,69
50 — 100		86,67	—	100,00	—	33,33	—	66,67	33,33	—
TOTAL		16,13	20,00	60,00	20,00	37,78	11,76	57,58	26,47	6,88

CATEGORIAS DIMENSIONAIS (ha)		MILHO									
		% dos estabelecimentos que vendem nos estabelecimentos produtores	Tipo de comprador %								
			Pro- prietário da terra	Cami- nhoneiro	Pequeno comer- ciante	Con- sumidor	Ata- cadista	Avi- cultor	Suino- cultor	Bovino- cultor	Fábrica de farinha
Até 10		56,52	—	3,85	26,92	34,68	—	3,85	11,55	—	19,23
10 — 20		70,00	—	7,14	35,71	35,71	—	—	7,14	—	14,29
20 — 50		70,00	9,52	4,76	42,86	19,05	4,76	9,52	—	—	9,52
50 — 100		66,67	—	—	16,67	50,00	—	16,67	—	18,66	—
TOTAL		63,81	2,98	4,48	32,83	31,34	1,49	5,97	1,49	1,49	13,43

FONTE: IBGE — DEGEODIRUR — Pesquisa direta — 1980.

próprio vende a varejo os produtos agrícolas adquiridos diretamente ao produtor.

O tipo de comprador que se segue em importância é o consumidor que, no caso das lavouras de arroz e de feijão, é representado principalmente por produtores vizinhos que não cultivam estes produtos, ou cuja produção tenha sido insuficiente para o consumo familiar, e ainda por proprietários de chácaras de lazer que compram diretamente ao produtor. No caso da lavoura do milho, o consumidor que compra a produção é também o produtor que tem criação de suínos e aves visando ao autoconsumo.

Um outro agente de comercialização é o caminhoneiro, que tem reduzida atuação no sistema de comercialização do feijão e do milho. Este seu grau de atuação decorre não só da própria organização da produção como também das boas condições de acessibilidade da área aliadas ao fato de muitos produtores e compradores serem proprietários de veículos, o que elimina a necessidade de intermediação para o transporte.

A pesquisa direta mostra ainda a presença de outros agentes de comercialização, que têm, entretanto, uma atuação pouco significativa — o proprietário da terra e o atacadista. Unicamente na comercialização do milho aparecem como compradores o avicultor, o suinocultor e o bovinocultor, que praticam a criação com o objetivo comercial. Quanto à produção do café, totalmente voltada para o comércio, identificam-se como agentes de comercialização o dono de torrefação e o pequeno comerciante locais, cabendo ao primeiro o maior volume de compras feitas diretamente ao produtor. A atuação desses agentes a nível local se justifica pela inexpressividade que atualmente a lavoura cafeeira apresenta na microrregião, verificando-se, assim, uma ação muito reduzida de outros agentes de comercialização

— como o grande atacadista — na compra do produto.

Em relação à pecuária bovina e suína a apreciação da tabela 43 revela a maior proporção de vendas de suínos, não significando, entretanto, que a suinocultura participe na formação da receita do estabelecimento com valor mais elevado que o da pecuária bovina.

As atividades especializadas como a hortifrutifloricultura, a avicultura, a suinocultura e a bovinocultura de leite têm tipos de compradores determinados, com um sistema de comercialização que é próprio a cada uma das atividades. A cooperativa é um dos agentes de comercialização dos produtos da hortifrutifloricultura comprando-os em consignação e sendo responsável pela sua distribuição no mercado. Na microrregião de Bragança Paulista atuam as Cooperativas de Cotia e Sul Brasil, das quais apenas a última comercializa flores, entretanto em pequena escala. A atuação reduzida das cooperativas na comercialização de flores deve-se ao fato de ser este um produto mais sofisticado que atinge uma faixa bastante restrita de consumidores, não sendo, assim, alvo de interesse maior por parte das cooperativas. No sistema de comercialização das flores surge, então, a figura do atacadista, representado, na maioria das vezes, pelo dono de floriculturas de São Paulo, e que concentram o maior volume de comercialização das flores. A figura do atacadista aparece ainda, embora com menor expressão, na distribuição das frutas para o mercado metropolitano de São Paulo. Quanto ao papel da CEASA na comercialização dos produtos da hortifrutifloricultura, a pesquisa direta mostra que o produtor, algumas vezes, é proprietário de boxes nessa Central e, assim, coloca sua produção diretamente no mercado, sem intermediação. A colocação da produção na CEASA se faz também através da intermediação de donos

de boxes que comprem a produção na zona rural. Ainda, nos casos em que a cooperativa aparece como agente de comercialização, é preciso lembrar que a destinação final dos produtos é a CEASA. Dessa produção agrícola especializada, são os produtos hortícolas os que atingem maior volume de produção comercializada na CEASA, o que se explica, em certa medida, pela ausência do atacadista como comprador desses produtos para distribuição no mercado varejista, como se verifica no sistema de comercialização de frutas e flores.

Na avicultura o sistema de comercialização apresenta algumas diferenças em decorrência da orientação para corte ou postura. Na criação para corte, a mesma empresa que fornece ao criador o pinto de um dia, a ração e a assistência técnica, é a que recebe o frango para o abate e distribuição no mercado. Na avicultura para produção de ovos, apesar de mais comum a entrega do produto a grandes empresas, é frequente o próprio produtor ser dono de lojas avícolas nos centros urbanos próximos, onde realiza a venda diretamente ao consumidor. A cooperativa também atua, porém em escala mais reduzida, na comercialização de frangos e de ovos.

Na suinocultura especializada para a produção de carne, a comercialização se faz, principalmente, sem intermediação entre o produtor e as firmas especializadas em abate, já que os criadores, na maioria das vezes, vendem diretamente para os abatedouros locais e para os frigoríficos de São Paulo. Com atuação muito reduzida aparece, então, a figura do caminhoneiro, que compra os suínos para revendê-los aos frigoríficos da capital estadual. Os criadores que vendem ao caminhoneiro são aqueles que, além de possuírem um número pequeno de animais, cuja criação não se faz em moldes modernos, dedicam-se também a outras ativida-

des. Evidencia-se, assim, empiricamente, que este tipo de intermediário não atua quando a atividade é especializada e praticada com objetivos exclusivamente comerciais.

Na avicultura e na suinocultura especializadas as especificações técnicas da produção são ditadas pelas grandes firmas que controlam também a comercialização. Desta forma, nesta produção voltada inteiramente para o mercado dá-se a perda de autonomia do produtor no processo decisório da organização de sua produção.

Quanto à produção de leite, a sua comercialização se faz totalmente através das cooperativas e das fábricas de laticínios, não havendo intermediários entre estas últimas e o pecuarista. Na microrregião verifica-se tanto a produção de leite tipo C quanto a de leite tipo B, sendo a primeira a de maior volume de comercialização. Isto decorre do baixo grau de capitalização do pecuarista que, comumente, não tem condição de investir, tanto visando à melhoria do rebanho quanto para cumprir as exigências dos órgãos governamentais no que diz respeito às instalações, no estabelecimento, para a produção do leite tipo B.

Em relação à pecuária de corte, sua comercialização se faz sem a presença de intermediários, uma vez que tanto o recriador — principal comprador — quanto os matadouros locais e frigoríficos adquirem o gado diretamente dos criadores. O recriador é também quem se destaca na compra dos bezerros do plantel leiteiro.

A inserção da produção agropecuária no mercado na microrregião de Bragança Paulista mostra que as diferenças mais marcantes nos estabelecimentos de até 100 hectares se dão em termos do tipo de produto comercializado. Enquanto os produtos da hortifrutifloricultura, da avicultura, da suinocultura e da pecuária leiteira são totalmente inseridos no mercado,

os produtos alimentares básicos destinam-se, em parte, ao consumo do produtor e sua família. É também o tipo de atividade que se relaciona com a inserção do produtor, no mercado, como comprador de bens do setor industrial, já que as atividades especializadas são aquelas que mais utilizam insumos modernos e máquinas no seu processo produtivo. Esta maior inserção no mercado de produtores especializados, tanto como ofertantes de produtos agropecuários quanto como demandantes de produtos industriais, mostra o grau de capitalização destes produtores, independentemente do tamanho de estabelecimento pelo qual são responsáveis. Com base nestas constatações advindas da pesquisa direta é possível a afirmação de que na microrregião de Bragança Paulista os estabelecimentos de até 100 hectares não podem ser considerados de pequena produção quanto ao grau de inserção no mercado. Isto ficou evidente, uma vez que todos os estabelecimentos de menos de 10 hectares com atividade especializada têm sua produção totalmente voltada para o mercado, enquanto que alguns estabelecimentos de 50 a 100 hectares, produtores de milho e feijão, colocam apenas parte desta produção no mercado. Estes são exemplos que podem também mostrar a vinculação dos níveis mais altos de receita líquida com o maior grau de inserção no mercado, já que os estabelecimentos com atividades especializadas e, portanto, com a produção voltada totalmente para o mercado são justamente os de maior receita líquida anual.

O diferente nível de desenvolvimento das atividades agrárias nas duas áreas de estudo responde pelas especificidades do sistema de comercialização nelas encontradas. Em consequência, uma comparação entre a comercialização da produção nas duas áreas pesquisadas, nos estabelecimentos de até 100

hectares, é baseada fundamentalmente na análise dos produtos considerados na pequena produção — arroz, milho e feijão — e dos agentes comuns, nas duas áreas na comercialização destes produtos. Uma primeira apreciação relativa a esses produtos pode ser feita quanto ao volume da produção que é destinado à venda, que na microrregião de Imperatriz é sempre mais baixo que na área de Bragança Paulista, mesmo quando considerado o principal produto comercial em cada área: arroz na área maranhense e milho na área paulista. Isto revela a fraqueza do caráter mercantil da produção agrícola na área de Imperatriz, em decorrência de ser o objetivo principal desta produção o sustento do produtor e sua família.

Uma outra consideração pode ser feita sobre o sistema de comercialização destes produtos, que mostra ser o pequeno comerciante o principal agente nas duas áreas pesquisadas, embora com atuações diversas. Na microrregião de Imperatriz o papel do pequeno comerciante é não só o de financiador e centralizador da produção como também, no caso da comercialização do arroz, o de repassador para um agente de maior porte que se encarrega da distribuição do produto no mercado regional. Na microrregião de Bragança Paulista o papel desse agente de comercialização é mais o de centralizar a produção que por ele próprio é colocada no mercado local, não interferindo na própria organização da produção, como ocorre com o pequeno comerciante da área de Imperatriz.

Outro agente de comercialização que aparece nas duas áreas pesquisadas é o caminhoneiro, sendo a maior importância que sua intermediação representa na área maranhense uma indicação das diferenças da organização da produção nas duas áreas. O caminhoneiro na área de Imperatriz repre-

senta um papel na organização da produção, já que é basicamente dele que depende, para colocação de seus produtos no mercado, o pequeno produtor situado em áreas isoladas e de difícil acesso. Na microrregião de Bragança Paulista a sua atuação é muito mais restrita, uma vez que, pelo nível de desenvolvimento das atividades agrícolas, não lhe cabe nenhum papel na organização da produção.

A partir dessas considerações pode-se, então, afirmar que os diferentes papéis desempenhados pelos mesmos agentes de comercialização nas duas áreas refletem o próprio desenvolvimento destas. Assim é que ao menor nível de desenvolvimento corresponde maior interferência na organização da produção por parte do intermediário que não se limita, então, unicamente ao papel de canalizar a produção do produtor ao consumidor.

Quando considerada em um contexto mais amplo a análise da comercialização nas duas áreas pesquisadas, verifica-se que na microrregião de Imperatriz a inserção da produção no mercado se dá por meio de extensa cadeia de intermediação. É esta cadeia de intermediação que, ao se apropriar do excedente, permite que a acumulação se mantenha no nível da circulação, impedindo, desta forma, que haja uma reinversão do capital na esfera da produção, já que ao produtor cabe uma margem de ganhos suficiente apenas para garantir sua sobrevivência.

Na microrregião de Bragança Paulista a inserção da produção no mercado se faz principalmente por intermédio de cooperativas e de grandes firmas, em especial frigoríficos e laticínios, em decorrência da presença de atividades agropecuárias especializadas. As cooperativas e as grandes firmas responsáveis pela colocação da produção nos mercados atacadistas efetuam a ligação da agricultura com o capital industrial, dominante na

área, e com o grande capital comercial. A pesquisa direta mostra que neste sistema de comercialização alguns produtores conseguem uma margem de lucro que lhes permite reinvestir na sua produção, enquanto outros para realizarem estes investimentos permanecem em uma situação de constante endividamento. Tanto no primeiro caso quanto no segundo o capital não se mantém apenas na esfera da circulação, passando a ser também incorporado à esfera da produção.

A diferença de dinamismo em termos de mercado verificada nos estabelecimentos de até 100 hectares nas duas áreas pesquisadas prende-se, em grande medida, à própria estruturação econômica do espaço em que a unidade produtora está inserida. Desta forma, o tamanho do estabelecimento não pode ser tomado unicamente como característica definidora da pequena produção, já que estabelecimentos de mesma dimensão e mesmo tipo de atividade agrária nas duas microrregiões apresentam diferentes graus de inserção no mercado não só em termos de volume da produção vendida, que traduz o caráter mercantil da produção, quanto em termos de compras de produtos do setor industrial e ainda em termos de níveis de receita líquida anual obtida.

7 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa tomou-se a pequena unidade produtiva, no contexto da agricultura brasileira, como uma unidade que apresenta permanência e recriação de suas formas em função dos interesses do próprio capital e que se define pela problemática do acesso à terra, pela predominância do trabalho familiar, pela geração principalmente de produtos alimentares básicos e ainda de matérias-pri-

mas para a indústria. Estes aspectos característicos da pequena produção se associam, a nível nacional, aos estabelecimentos de até 100 hectares. Deste modo, este foi o tamanho de estabelecimento tomado como referência para análise das diferenciações entre duas formas de pequena unidade produtora, não significando, entretanto, um pressuposto de que o tamanho fosse o seu elemento definidor. Esta colocação foi evidenciada no decorrer da pesquisa, já que a pequena produção, estudada em dois segmentos do espaço agrário nacional, desempenhou papéis diversos, que tiveram uma relação direta com a estruturação de cada um desses segmentos em face da articulação com o capital, não se mostrando esses papéis vinculados fundamentalmente à superfície dos estabelecimentos. Isto se verifica porque o capital, quando aplicado na esfera da produção, pode se expandir, via intensificação do uso da terra pelo emprego de insumos modernos e máquinas, rompendo, assim, os limites determinados pelo tamanho da unidade produtiva.

A avaliação da receita líquida anual auferida pelos produtores rurais responsáveis pelos estabelecimentos de até 100 hectares, nas duas áreas de pesquisa, permitiu a constatação da afirmativa precedente. Na microrregião de Imperatriz os baixos níveis de receita líquida anual distribuíram-se sem diferenças acentuadas ao longo dos quatro estratos fundiários em que foi dividida a classe de estabelecimentos de até 100 hectares, embora tenha sido percebida uma tendência a que o aumento de área fosse acompanhado por um aumento de receita líquida anual. Esta tendência foi também sentida na microrregião de Bragança Paulista, na qual, entretanto, foram percebidas diferenças internas ao longo dos quatro estratos fundiários, tanto que uma significativa proporção dos estabelecimentos de até 10 hec-

tares se posicionou na classe mais alta da receita líquida anual. Essas observações são indicativas de que no modo de produção capitalista em vez de se tomar como parâmetro a expressão métrica — tamanho do estabelecimento — em uma análise da pequena produção, seria mais adequado usar a receita líquida obtida na exploração do solo rural e às classes desta receita vincular as características da pequena produção. Desta forma, se na microrregião de Imperatriz as características da pequena produção associaram-se aos estabelecimentos de até 100 hectares, como a nível nacional, na microrregião de Bragança Paulista o tamanho de estabelecimento de até 100 hectares perdeu seu poder de referência.

Empiricamente ficou comprovado, pela pesquisa na microrregião maranhense, que em uma área ainda não integralmente incorporada ao processo produtivo a terra assume importância como o principal meio de produção, pelo fato de dependerem de sua extensão os níveis de produção alcançados sem o emprego de insumos mecânicos, químicos e biológicos.

Nas áreas de agricultura modernizada, onde o processo produtivo sofre uma intensificação pela influência do capital, a terra não apresenta importância tão fundamental como meio de produção, uma vez que os níveis de produção da agricultura não se vinculam unicamente à sua extensão. Esses níveis passam a depender do investimento do capital no processo de produção, traduzido pelo emprego de insumos modernos e máquinas, como ficou evidenciado pelos resultados da pesquisa de campo na microrregião de Bragança Paulista. Daí se afirmar que é nas áreas de maior domínio do capital na agricultura que se percebe a fraqueza da colocação do tamanho como indicador básico da pequena produção.

Entretanto, a importância da terra deve ser considerada também no que diz respeito à sua propriedade, pois esta se associa a outras formas que igualmente significam riqueza no âmbito da agricultura. O fato de o pequeno produtor necessitar de recursos para intensificar o seu processo de produção o conduz a recorrer à obtenção de crédito rural institucional, o qual tem como exigência básica para concessão a propriedade da terra. Na microrregião de Imperatriz, onde não está consolidada essa propriedade, considerável segmento de pequenos produtores é impedido de beneficiar-se do sistema de crédito, o que significa um entrave à mudança da base técnica do processo produtivo e contribui para a permanência de uma agricultura que permite apenas a sobrevivência do produtor.

Na microrregião de Bragança Paulista, onde predominam produtores proprietários, esta condição foi um dos fatores que facilitaram a transformação do processo produtivo, uma vez que esses produtores satisfazem à exigência básica para a obtenção de crédito rural. Mas vale a pena ressaltar que o emprego do capital na esfera da produção se fez, preferencialmente, com relação a atividades especializadas e que nem todos os produtores obtiveram uma receita líquida capaz de garantir-lhes um certo grau de capitalização.

As condições de acesso à propriedade da terra, além de se constituírem em um dos obstáculos encontrados pelo capital para intensificar o processo de produção, são também responsáveis pela mobilidade dos produtores. Esta mobilidade é uma das características da pequena produção na microrregião de Imperatriz, onde, em primeiro lugar, se deslocam para outras áreas ou se transformam em parceiros e arrendatários, na mesma área, os produtores que não têm a propriedade da terra. Estes produ-

tores sofrem a pressão daqueles que têm recursos para adquirirem a terra e, muitas vezes, usá-la como reserva de valor. É nesse contexto de mobilidade espacial, em que o produtor pode ou não conservar a sua condição anterior, que ocorrem a permanência e a recriação da pequena produção na área de fronteira agrícola.

A mobilidade dos produtores também se faz sentir na microrregião de Bragança Paulista, predominantemente entre aqueles que não conseguiram capitalizar-se e que são representados, em sua maioria, pelos produtores de arroz, milho e feijão. Estes produtores vendem suas terras e se deslocam para outras áreas ou para outras atividades, quando pressionados pelos usos urbanos do solo, já que tem sido comum a compra de terras para loteamentos destinados a chácaras de lazer, o que significa, da mesma forma, um uso não produtivo do solo rural, à semelhança do que ocorre, muitas vezes, nas áreas de fronteira agrícola. A ocorrência da mobilidade do produtor, ainda que proprietário e embora em escala reduzida, em um segmento do espaço agrário modernizado, evidenciou que a propriedade da terra, por si mesma, não é capaz de impedir o deslocamento dos produtores, que, quando pressionados, procuram áreas menos valorizadas onde conservam sua mesma condição, garantindo, desta forma, a permanência da pequena produção. Assim, manifesta-se uma das formas de articulação entre os espaços agrários diferenciados em função do grau de penetração do capital.

A penetração do capital no processo de produção interfere também nas relações de trabalho, sendo responsável pela mercantilização destas relações. Na microrregião de Imperatriz a baixa participação dos assalariados na composição da mão-de-obra, aliada ao

fato de o trabalhador ser, frequentemente, um pequeno produtor e à permanência de formas de pagamento do trabalhador permanente por sistemas outros que não o de salário, revelou que a penetração do capital na agricultura não foi ainda suficiente para modificar substancialmente as relações de trabalho. Em decorrência, tem-se a presença dominante do trabalho familiar nos estabelecimentos de até 100 hectares e a persistência da prática de ajuda mútua entre os produtores, que é típica de relações de trabalho não capitalistas.

Na microrregião de Bragança Paulista, onde a pequena unidade produtora tem um caráter essencialmente mercantil, as transformações provocadas pelo capital nas relações de trabalho não foram capazes de anular a participação predominante da mão-de-obra familiar. Entretanto, em termos do assalariamento — que emerge como a forma mais pura nas relações de trabalho capitalista — essas transformações se fizeram sentir não só em relação ao número de trabalhadores assalariados na composição da mão-de-obra como em relação à condição dos trabalhadores assalariados temporários que, em sua grande maioria, são totalmente desprovidos dos meios de produção.

As considerações sobre as transformações provocadas pelo capital, no que concerne à intensificação do processo produtivo e às alterações das relações de trabalho, mostram um descompasso no ritmo com que se efetuam: as mudanças na base técnica não se fazem acompanhar de mudanças de mesma intensidade nas relações de trabalho. Como seria de esperar, na microrregião de Imperatriz, em que a presença do capital se faz sentir mais na esfera da circulação e, conseqüentemente, não favorece as mudanças da base técnica do processo de produção, as relações de trabalho não capitalistas são per-

sistentes e acompanham, muito de perto, o baixo nível de tecnificação das atividades agrárias. Entretanto, na microrregião de Bragança Paulista — em que a atuação do capital se dá na esfera da produção, propiciando uma transformação do processo produtivo — não se reduziram de modo muito acentuado o trabalho familiar, a parceria e o assalariamento do produtor em outro estabelecimento, em determinadas fases do calendário agrícola, como seria de esperar se não houvesse uma defasagem entre intensificação do processo produtivo e mudanças nas relações de trabalho.

Essas alterações de caráter capitalista na pequena produção são configuradas, sinteticamente, através da sua inserção no mercado. O sistema de comercialização da produção nas duas áreas de pesquisa traduziu o grau de articulação das pequenas unidades de produção com o capital. Na microrregião de Imperatriz não há uma aplicação produtiva do capital na agricultura, uma vez que o capital comercial dominante na área apropria-se do excedente, impossibilitando o produtor de modificar ou ampliar a sua produção. Essa apropriação do excedente se faz via extensa cadeia de intermediários que se coloca entre o produtor e o consumidor, tendo uma atuação essencialmente especulativa e representando um obstáculo a que estímulos de mercado alcancem os produtores e contribuam para a capitalização da produção.

Na microrregião de Bragança Paulista a articulação das pequenas unidades produtoras faz-se com o grande capital comercial e/ou industrial, exigindo, como decorrência, a tecnificação do processo produtivo. Deste modo, o capital busca a sua ampliação através não só da geração como também da apropriação do excedente na própria esfera da produção. A articulação com o grande capital

comercial e/ou industrial associada à demanda urbano-industrial responde pelas mudanças na pequena produção e pela sua especialização em determinados tipos de produtos que são colocados no mercado, via cooperativas e grandes firmas.

É o sistema de comercialização que nos diferentes segmentos do espaço agrário em que está inserida a pequena unidade de produção revela o maior ou menor distanciamento entre o produtor e a apropriação do excedente. Neste contexto, a dependência do produtor aos agentes de comercialização, que são os intermediários, se dá tanto na área em incorporação à produção capitalista — microrregião de Imperatriz — quanto na área de intensificação desta produção — microrregião de Bragança Paulista. A posição do intermediário é mais favorecida na primeira área, uma vez que nela o produtor, sem condições de valer-se do crédito rural institucional, vê-se compelido a recorrer ao financiamento oferecido pelo agente de comercialização. Este tem sua atuação fortalecida, já que acumula à função de comprador a de financiador da produção. O produtor, assim, é mantido numa situação de constante endividamento com o agente de comercialização e não consegue apropriar-se do excedente a fim de ampliar a sua produção e reforçar seu poder de negociação.

No espaço agrário de maior intensificação da produção capitalista, onde está inserida a microrregião de Bragança Paulista, o fato de o produtor poder valer-se do crédito institucional enfraquece o papel do intermediário na medida em que sua atuação se restringe à colocação da produção no mercado, não havendo sua interferência no processo de produção. Neste caso, como o endividamento do produtor se estabelece com o sistema creditício institucional, é possível a apropriação do excedente por parte

de alguns produtores que, então, conseguem capitalizar-se, uma vez que também os estímulos de mercado conseguem chegar até ao produtor. Entretanto, é preciso atentar para o fato de que um dos intermediários de atuação mais relevante na área — a cooperativa — realiza as vendas em consignação, transferindo, assim, para o produtor todos os riscos da comercialização. Os produtores que conseguem capitalizar-se, mesmo sendo responsáveis por estabelecimentos de menor superfície no conjunto de estabelecimentos de até 100 hectares, não podem ser considerados pequenos produtores, pois obtêm uma receita líquida anual elevada, em função de um alto grau de inserção no mercado.

Em relação ao grau de inserção no mercado, necessário se torna enfatizar que, enquanto geradora de produtos alimentares básicos em uma agricultura extensiva, a pequena produção insere-se no mercado como ofertante de excedentes, como se verificou na microrregião de Imperatriz. Na medida em que a produção é transformada pelo capital, a pequena unidade produtora passa a se inserir no mercado não mais apenas como ofertante de excedentes, mas sim de uma produção essencialmente mercantil. Nesta situação, a pequena unidade produtora se transforma — perdendo algumas de suas características definidoras — ao se organizar para atividades especializadas que visam precipuamente ao mercado, como se evidenciou na microrregião de Bragança Paulista.

A comparação entre as duas formas de unidades produtoras mostrou como o capital atua sobre a pequena produção em segmentos diferenciados do espaço agrário nacional. Na região de fronteira agrícola, em que a penetração do capital no campo se viabiliza pela expansão de estabelecimentos de grandes extensões, o capital ainda não transformou a pequena produ-

ção, já que foram conservadas as características que a definem como tal na agricultura brasileira.

Na região em que a penetração do capital no campo se viabiliza pela intensificação do processo produtivo, a pequena produção apresentou transformações em algumas de suas características definidoras. Os pequenos produtores que intensificaram seu processo produtivo e capitalizaram-se, por serem principalmente aqueles que se afastaram da produção de alimentos básicos, colocaram-se em uma condição diversa daquela caracterizada como de pequeno produtor em relação a essa característica. Entretanto, vale ressaltar que alguns produtores que intensificaram seu processo produtivo colocaram-se em uma situação de constante endividamento que os mantém na condição de pequenos produtores relativamente ao seu nível de capitalização.

Assim, à luz das colocações precedentes, evidenciou-se que é em função dos interesses do capital que a pequena produção se mantém, se recria ou se transforma, sendo questionável, portanto, a imutabilidade das características que vão configurá-la, pois modifica-se também o papel que ela assume no contexto da agricultura brasileira.

Este questionamento deriva da percepção de uma estruturação interna bem diferenciada em uma categoria tida como bastante homogênea. Poder-se-iam identificar, com base na literatura corrente sobre a temática focalizada, três formas distintas de pequena unidade produtora em função das relações de produção e do desenvolvimento das forças produtivas:

— pequena produção familiar, não modernizada e não capitalizada¹⁴;

— pequena produção familiar, modernizada, com emprego de assalariados e não capitalizada;

— pequena produção familiar, modernizada, com emprego de assalariados e capitalizada;

Estas três formas, que traduzem uma diferenciação horizontal do processo de capitalização da pequena produção, não apresentam limites muito definidos e estáveis, especialmente as duas últimas. Também a mobilidade entre elas pode se dar no sentido da pauperização ou da capitalização, dependendo de fatores como estabelecimento de novas políticas agrícolas, implementação efetiva ou não de políticas já existentes e ocorrências climáticas desfavoráveis.

Essas diferenciações refletem-se nas reivindicações da classe de pequenos produtores, trazendo novos elementos ao equacionamento da problemática agrária. Nas áreas em que a pequena produção se mantém ou se recria, sem transformar as características clássicas que a posicionaram como tal, a reivindicação central é de caráter social — distribuição de terras. Já nas áreas onde a pequena produção se transforma e se insere num contexto mais amplo, vinculando-se aos demais setores produtivos, as reivindicações são mais de caráter econômico e se tornam complexas e diversificadas, estendendo-se, muitas vezes, além dos limites do setor agrícola, como, por exemplo, quando interferem com as indústrias de insumos e máquinas agrícolas.

Não se pretende, com estas colocações, afirmar que as diferenciações internas da pequena produção estão sendo percebidas a partir deste trabalho; elas sempre foram tidas como existentes. A contribuição desta pesquisa é mais no sentido de tornar evidentes os proces-

¹⁴ Não capitalizado sendo considerado o produtor que não dispõe de recursos próprios para reinvestir no processo produtivo.

sos que levam a estas diferenciações internas, comparando a pequena produção na área de fronteira, onde as transformações são mais lentas e retardam o estabelecimento de diferenciações com a pequena produção de uma área onde se dão reinvestimentos na esfera da produção, levando a uma aceleração das diferenciações internas da pequena produção.

No contexto desta comparação os produtores da área de fronteira

focalizados nesta investigação enquadraram-se na forma de pequena produção familiar não modernizada e não capitalizada, enquanto que os produtores da área modernizada de Bragança Paulista inscrevem-se nas outras duas formas de pequena produção que têm em comum a alteração na base técnica e o recurso ao trabalho assalariado e como elemento diferenciador a presença ou ausência de capitalização do produtor.

ANEXO 1

LINHA DE PESQUISA

A pesquisa direta¹⁵ realizada nas microrregiões de Imperatriz (MA) e Bragança Paulista (SP) constou, em cada área, de duas etapas. Na primeira etapa realizou-se uma viagem de reconhecimento objetivando o melhor conhecimento do quadro agrário das microrregiões. Para tanto, foram realizadas entrevistas junto a órgãos oficiais ligados à agricultura, a bancos, a cooperativas, a escritórios de planejamento, a prefeituras municipais e a agências de estatística da Fundação IBGE. Além disto, foi aplicado um questionário-teste junto a um número reduzido de produtores rurais selecionados em uma amostra-piloto. Com este procedimento visou-se à obtenção de subsídios para a formulação do questionário definitivo.

Este questionário foi elaborado no sentido de permitir não só o entendimento da organização da produção como também do grau de inserção desta produção no mercado. Com este fim, no primeiro caso, foram feitas indagações sobre as características do produtor e do estabelecimento, privilegiando-

se aquelas que diziam respeito ao acesso aos meios de produção e aos recursos financeiros, permitindo, assim, uma indicação do processo de capitalização da agricultura. Com referência ao grau de inserção no mercado, as indagações prenderam-se aos diversos aspectos da comercialização, tais como volume, valor e destino da produção comercializada e agentes de comercialização.

A aplicação do questionário definitivo junto aos produtores rurais constituiu a segunda etapa da pesquisa direta nas duas microrregiões. A seleção desses produtores, responsáveis por estabelecimentos de área até 100 hectares, foi feita com base na folha de coleta do Censo Agropecuário de 1975, segundo técnica de amostragem (vide Anexo 2). A amostra referente à microrregião de Imperatriz (MA) foi constituída de 136 estabelecimentos e a de Bragança Paulista (SP) de 133 estabelecimentos.

Para a melhor percepção das diferenciações entre as formas de pequena unidade de produção nas duas áreas pesquisadas optou-se por tabular as informações extraídas dos questionários em classes determinadas com base na curva de Lorenz construída com dados do

¹⁵ A pesquisa direta foi realizada pelas geógrafas Maria Socorro Brito, Mitiko Yanaga Une e Solange Tietzmann Silva. A tabulação e os cálculos dos dados da pesquisa direta foram efetuados por Elcy Teixeira de Assil e Silva.

Censo Agropecuário de 1975. Foram, assim, estabelecidas as seguintes classes de estabelecimentos de acordo com a proporção que perfazem na área e no número total de estabelecimentos de até 100 hectares: — até 10 ha; de 10,1 ha a 20 ha; de 20,1 ha a 50 ha; de 50,1 ha a 100 ha.

A determinação destas categorias de área não invalidou a representatividade da amostra, que foi garantida com a aplicação do teste χ^2 , ao nível de significância $\alpha = 0,01$ e $0,05$. A fim, ainda, de verificar se era válida para toda a população a generalização das conclusões da amostra, foi aplicado o teste de aderência de Kolmogorov-Sminov, o qual mostrou que a distribuição dos valores da amostra não diferem da distribuição da população (vide Anexo 2). Deste modo, tornou-se possível generalizar para todo o universo constituído pelos estabelecimentos de até 100 hectares, nas duas áreas de estudo, as conclusões obtidas na pesquisa realizada junto aos produtores rurais nos estabelecimentos investigados.

ANEXO 2

ESQUEMA DE AMOSTRAGEM¹⁰

Para a realização da pesquisa direta nas áreas de estudo foi inicialmente efetuada uma amostra-piloto, a nível de setor censitário, nos municípios de Imperatriz (MA) e Bragança Paulista (SP), utilizando-se como sistema de referência o Cadastro do Censo Agropecuário de 1975. Este Cadastro foi também usado no esquema de amostragem definitivo para a determinação da população de trabalho. Nesse esquema, na mi-

corregião de Bragança Paulista (SP), para uma população relativamente pequena no tamanho de até 100 hectares — 5.191 estabelecimentos — foi usado um modelo de subamostragem por imposição inclusive de custos. A distribuição da população apresentou-se concentrada em tamanhos inferiores a 50 ha.

No 1.º estágio constituíram-se estratos de setores censitários correspondentes a cada município da microrregião de Bragança Paulista (SP), obtendo-se nos 8 estratos componentes da microrregião coeficientes de variação $\gamma = [0,04; 0,17]$, tomando-se como variável de estratificação, a área dos estabelecimentos em função dos próprios objetivos da pesquisa e do grau de correlação elevado apresentado com as demais variáveis; entre 19 variáveis relevantes do estudo os coeficientes de correlação em apenas 2 delas foram $< 0,75$, exemplificando.

Idêntico procedimento foi tomado para a microrregião de Imperatriz (MA): para cada um dos 5 municípios componentes da microrregião foram constituídos 2 estratos aproximadamente iguais em total de área. Nos 10 estratos a homogeneidade foi avaliada por $\gamma = [0,03; 0,21]$.

Em ambos os casos o teste de estratificação mostrou uma relação $\frac{{}^2D}{2} = 0,06$; $\frac{{}^2E}{2} = 0,94$.

Na microrregião de Imperatriz (MA), dos 10 estratos de setores assim constituídos, selecionou-se em condições de equiprobabilidade 1 setor por estrato, dado seu grau de homogeneidade e admitido o $\varepsilon' = 0,06$ para este tamanho de amostra (10).

Para a microrregião de Bragança Paulista (SP) dimensionou-se o tamanho da amostra em

¹⁰ O plano de amostragem foi elaborado por Alice Dora Vergara Gomes da Silva.

16 setores a serem selecionados por equiprobabilidade, fixado o $\varepsilon' = 0,06$. A partição da amostra pelos estratos foi feita segundo o critério da proporção dos desvios, o que distribuiu m_h setores por estrato:

$$m_h = \frac{h \cdot M_h}{\sum_{h=1}^L h M_h} \cdot m$$

No 2.º estágio, na impossibilidade de se dispor das variâncias por classes de área na população, partiu-se da proporção por tamanho de cada classe nos municípios, pelo total na microrregião de Bragança Paulista (SP) e, em seguida, dentro das classes para cada município. Tais proporções foram aplicadas ao tamanho fixado para a amostra de estabelecimentos, $n = 120$ (arbitrado em função da viabilidade de levantamento — tempo e pessoal disponível):

$$n_h = \frac{N_h}{N} \cdot n$$

Fração de amostragem final:

$$\frac{n}{N} = \frac{m}{M} \cdot \frac{\bar{n}}{\bar{N}}$$

No 2.º estágio, para a microrregião de Imperatriz (MA), a amostra de unidades secundárias foi selecionada aleatoriamente a partir da amostra de setores, utilizando-se um processo de conglomeração com o intuito de facilitar também a pesquisa no campo pela diminuição da distância entre os estabelecimentos selecionados. Nesta microrregião o padrão de distribuição da população revelou-se também bastante concentrado em tamanhos inferiores a 50 ha. Assegurando a inclusão dos estabelecimentos maiores, deveriam ser selecionados 5 estabelecimentos com 100 ha, por setor; no caso geral, os setores apenas dispu-

nam de número mais reduzido, os existentes seriam levantados exaustivamente ou ainda, na ausência dessa classe, seriam incluídos os considerados maiores no setor.

No cômputo geral, os 46 estabelecimentos de maior tamanho, seguindo esse critério adotado, representaram cerca de 0,30 da amostra. Do residual de estabelecimentos da população considerada foram, então, construídos os conglomerados e selecionados com igual probabilidade (2 por setor). Os 20 conglomerados selecionados, ao todo, abrangeram 106 estabelecimentos, ou seja, 0,70 da amostra. Incluindo os estabelecimentos de maior tamanho, a amostra foi de 15 estabelecimentos em média por setor ou de 30 estabelecimentos em média por município.

A fração final de amostragem ficou em aberto para cada setor, procurando-se sempre usar a fração menor possível, na tentativa de comprimir o tamanho da amostra de estabelecimentos.

Na prática, houve ocorrência de frações menores ou maiores, já que as frações de amostragem dos dois estágios estavam condicionadas:

a) ao N_h dos estratos (número de unidades primárias, ou seja, número de setores no le-ésimo estrato) no caso do 1.º estágio:

$$\left(f_1 = \frac{1}{N_1} \right)$$

b) ao residual da área dos estabelecimentos, por setor, no caso do 2.º estágio, pois o número de conglomerados selecionados e seu tamanho inicial estavam fixados.

A cobertura da amostra, em termos do número de estabelecimentos (152), foi inferior a 0,01 para o total de estabelecimentos na microrregião de Imperatriz (MA), 23.664 estabelecimentos com tamanhos [0,100].

TABELA RESUMO

MUNICÍPIOS E MRH	CLASSES DE ÁREA (ha)									
	01 — 10	e'1	10 — 20	e'2	20 — 50	e'3	50 — 100	e'4	Total	e'
MRH BRAGANÇA PAULISTA — SP.	13 627	0,089	15 763	0,058	32 234	0,064	35 766	0,094	97 390	0,044
Atibaia.....	2 283	0,174	2 567	0,131	4 073	0,271	3 158	0,214	12 081	0,115
Bom Jesus dos Perdões.....	203	—	372	0,003	864	0,407	678	—	2 117	0,166
Bragança Paulista.....	4 597	0,173	3 939	0,127	6 995	0,138	9 419	0,212	24 950	0,096
Joanópolis.....	576	0,341	1 495	0,263	4 281	0,142	6 437	0,142	12 789	0,092
Nazaré Paulista.....	1 309	0,317	2 115	0,084	5 553	0,187	4 617	0,214	13 595	0,110
Pedra Bela.....	2 327	0,241	2 084	0,160	3 629	0,040	3 284	0,097	11 324	0,065
Pinhalzinho.....	1 841	0,372	1 871	0,256	2 756	0,294	3 582	—	10 050	0,116
Piracaia.....	501	0,322	1 285	0,199	3 661	0,080	4 995	0,223	10 442	0,114
MRH IMPERATRIZ — MA.....	79 817	0,027	18 972	0,059	78 926	0,017	184 281	0,023	361 996	0,065
Imperatriz.....	—	—	—	—	—	—	—	—	148 146	0,021
João Lisboa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	103 891	0,209
Montes Altos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	47 159	0,085
Amarante do Maranhão.....	—	—	—	—	—	—	—	—	35 603	0,202
Porto Franco.....	—	—	—	—	—	—	—	—	27 196	0,139

Na microrregião de Bragança Paulista (SP), a cobertura da amostra correspondeu a 0,02 do total de estabelecimentos na MRH ($n = 123$; $N = 5.191$).

Correspondentes a esses tamanhos de amostra, os erros de amostragem relativos foram calculados ao nível de significância $\alpha = 0,05$ para o total da variável área dos estabelecimentos, na citada faixa de tamanho, a nível de microrregião, de município e, quando possível, desagregada em faixas de tamanho.

Essas variâncias apresentam-se exercendo uma função de controle para a eficiência da amostra, na impossibilidade de se obter estimativas numa margem de segurança adequada para todo o conjunto das variáveis propostas para o estudo. E a fim de que fiquem garantidas genericamente as conclusões, como num experimento, foi aplicado um teste de aderência de Kolmogorov-Sminorv. A hipótese nula H_0 , de que a distribuição dos valores da amostra não difere da distribuição da população, não foi rejeitada ao nível de significância $\alpha = 0,05$ e $0,10$. E quando se tomam as categorias de área em classes de tamanho, o

teste χ^2 também evidenciou, ao nível de significância $\alpha = 0,01$ e $0,05$, a representatividade da amostra.

Estimadores:

Para o total da variável:

$$\hat{Y} \cdot = \sum_{h=1}^L N_h \bar{y}_h = \sum_{h=1}^L \hat{Y}_h$$

$$\hat{Y} \cdot = \sum_{h=1}^L N_h \left(\sum_{i=1}^{n'_h} y_{hi} + f_{2h}^{-1} \sum_{j=1}^{n''_h} y_{hj} \right) = \sum_{h=1}^L \hat{Y}_h$$

onde:

$h = 1, 2, \dots, L$ n.º do estrato

N_h = tamanho do le-ésimo estrato

$\bar{y}_h = \sum_{i=1}^{n_h} y_{hi} / n_h$ média no le-ésimo estrato

$\hat{Y}_h$ = estimativa no le-ésimo estrato

y_{hi} = valor da variável na i-ésima unidade secundária da le-ésima unidade primária

y_{hj} = valor da variável na j-ésima unidade selecionada da le-ésima unidade primária

n'_h = número de unidades secundárias com 100 ha (maiores) na le-ésima unidade primária

n'_h = número de unidades secundárias < 100 ha selecionadas na le-ésima unidade primária

n_h = número de unidades secundárias no le-ésimo estrato.

Para a variância:

$$\hat{V}(\hat{Y} \cdot) = N^2 \left[\frac{M - m}{M - 1} \cdot \frac{{}^2E}{m} + \frac{N - n}{n - 1} \cdot \frac{{}^2D}{mn} \right]$$

sendo:

$$\hat{\sigma}^2 D = \sum_{h=1}^L \left(\frac{N_h - 1}{N} \right) \left(\frac{n_h}{n_h - 1} \right) \cdot s_h^2$$

e como:

$$\hat{\sigma}^2 E = \sigma^2 - \sigma^2 D$$

$$\begin{aligned} \hat{\sigma}^2 &= \left[\sum_{h=1}^L \frac{N_h}{N} \bar{y}_h^2 - \left(\frac{\hat{Y}}{N} \right)^2 \right] + \\ &+ \sum_{h=1}^L \frac{N_h}{N} s_h^2 + \frac{1}{N} \sum_{h=1}^L \left(\frac{N_h s_h^2}{n_h - 1} \right) - \\ &- \frac{1}{N^2} \sum_{h=1}^L \left[\frac{N_h s_h^2 n_h}{n_h - 1} \right] \end{aligned}$$

$$s_h^2 = \frac{\sum_{i=1}^{n_h} y_i^2 - \left(\sum_{i=1}^{n_h} y_i \right)^2}{n_h - 1}$$

$$\begin{aligned} \hat{V}(\hat{Y} \cdot) &= \sum_{g=1}^G \frac{L_g}{L_g - 1} \cdot \sum_{h=1}^{L_g} \left(y'_{gh} - \right. \\ &\quad \left. - \frac{Y_{gh}}{\sum_{h=1}^{L_g} 1} \cdot \sum_{h=1}^{L_g} y'_{gh} \right)^2 \end{aligned}$$

onde:

M = número de setores na população

m = número de setores selecionados no 1.º estágio

N = número de estabelecimentos na população

n = número de estabelecimentos selecionados no 2.º estágio

L_g = número de estratos no g-ésimo grupo

L = total de estratos

G = total de grupos

y'_{gh} = estimativa para le-ésimo estrato

$\sum_{h=1}^{L_g} y'_{gh}$ = estimativa para o g-ésimo grupo

Y_{gh} = total do le-ésimo estrato no Censo

$\sum_{h=1}^{L_g} Y_{gh}$ = total do g-ésimo grupo no Censo

Para o erro relativo:

$$\xi' = Z_{1-\alpha} \sqrt{\frac{\hat{V}(\hat{Y} \cdot)}{\hat{Y} \cdot}}$$

$Z_{\alpha-1}$ = coeficiente de confiança.

BIBLIOGRAFIA

- BECKER, Bertha K., 1979. Agricultura e Desenvolvimento do Brasil: A Expansão da Fronteira Agrícola, Documento apresentado no 2.º Encontro Nacional de Geografia Agrária, AGETEO, Rio Claro, 40 p. (mimeografado).
- CÂMARA, Lourival. *Unidades Compostas* — Tomo VI — IBGE, 1968.
- CASTRO, Ana Célia et alii, 1979. *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira: Síntese das Transformações*. Brasília Binagri Ed. (Coleção Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola), n.º 7, 270 p.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1973. *Diagnóstico* — 5.ª Região Administrativa, São Paulo, Secretaria de Economia e Planejamento, 519 p.
- HANSEN, Hurwitz and MADOW. *Sample Survey Methods and Theory* — Wiley and Sons, 1953.
- HOFFMANN e J. F. Graziano da Silva, 1975. A Estrutura Agrária Brasileira, in *Contador, C. B.* (ed). Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. (Série Monográfica n.º 17), p. 233-265.
- INCRA/UNICAMP, 1977. Região de Cocais e Pré-Amazônia, in *Comercialização e Formação de Preços*. Campinas, UNICAMP. Vol. II. p. 414-506 (mimeografado).
- JUNIOR, Caio Prado, 1979. *A Questão Agrária*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 188 p.
- KAUTSKY, K, 1968. *A Questão Agrária*. Rio de Janeiro, Ed. Lalmment, 330 p.
- LOPES, Juarez R. Brandão, 1976. Do Latifúndio à Empresa — Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo. *Caderno CEBRAP* 26. São Paulo Ed. Brasiliense, 55 p.
- MALUF, Renato Sérgio J., 1977. A Expansão do Capitalismo no Campo: O arroz no Maranhão. UNICAMP. 132 p. (Tese de Mestrado, mimeo).
- MARTINS, José de Souza, 1975. *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo, Ed. Pioneira, 182 p.
- MESQUITA, Olindina Vianna e SILVA, Solange Tietzmann, 1978. A Questão Agrária. Documento apresentado no 1.º Encontro Nacional de Geógrafos Agrários, AGB. Salgado — SE — 25 p. (mimeografado).
- MESQUITA, Olindina Vianna et alii, 1977. Modernização da Agricultura, in *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, Fundação IBGE 39 (4): 3 — 64, out./dez.
- OLIVEIRA, Francisco, 1975. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Seleção CEBRAP n.º 1. São Paulo, Ed. Brasiliense, p. 5-78.
- SÁ JR., Francisco, 1975. *O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência*. Seleção CEBRAP n.º 1. São Paulo, Ed. Brasiliense. 79-134.
- SIEGEL, Sidney. *Estatística Não-Paramétrica* — Mac Gran Hill Ltda., 1975, 350 p.
- SILVA, José F. Graziano et alii, 1978. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, São Paulo. Ed. Hucitec, 267 p.
- , 1979. Para Onde Vai a Agricultura, in *Encontros com a Civilização Brasileira* n.º 10, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 58-69.
- , 1979. A Porteira já está Fechando?, in *Ensaio de Opinião* n.º 11, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, p. 32-37.
- , 1980. A Pequena Produção e as Transformações da Agricultura Brasileira. Documento apresentado no Seminário sobre Dinâmica de la Economía Campesina y el empleo en América Latina, Santiago de Chile, UNICAMP, 26 p. (mimeografado).
- , 1980. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista*. Campinas, Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/MEC. p. (Tese de Doutorado.).

- SILVA, S., 1977. Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo, in Pinsky, J. (org). *Capital e Trabalho no Campo*. São Paulo, Ed. Eucitec. p. 7-24.
- SILVA, Solange Tietzmann, 1978. O Problema da Escala na Tipologia Agrária: uma aplicação ao Estado de São Paulo. Rio de Janeiro. Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 224 p. (Tese de mestrado).
- SORJ, Bernardo, 1980. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 152 p.
- TOPALOV, Christian, 1978. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro, Francisco Alves. 88 p.
- VELHO, Otávio Guilherme, 1972. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Estudo do Processo de Penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro, Zahar Ed. 178 p.

FONTES DE DADOS

- IBGE, 1970. *Censo Agropecuário — Brasil VIII Recenseamento Geral*. Série Nacional (volume III). Rio de Janeiro, Fundação IBGE/DECEN, 299 p.
- IBGE, 1970. *Censo Agropecuário — Maranhão VIII Recenseamento Geral*. Série Regional (vol. III. Tomo V). Rio de Janeiro, Fundação IBGE/DECEN, 329 p.
- IBGE, 1970. *Censo Agropecuário — São Paulo. VIII Recenseamento Geral*. Série Regional (vol. III Tomo XVIII, 1.^a e 2.^a partes). Rio de Janeiro, Fundação IBGE/DECEN, 1 043 p.
- IBGE, 1975. *Censo Agropecuário — Brasil IX Recenseamento Geral*. Série Nacional (vol. I). Rio de Janeiro, Fundação IBGE/DECEN, 471 p.
- IBGE, 1975. *Censo Agropecuário — São Paulo IX Recenseamento Geral*. Série Regional (vol. I Tomo 17, 1.^a e 2.^a partes). Rio de Janeiro, Fundação IBGE/DECEN, 1 695 p.
- IBGE, 1975. *Censo Agropecuário — Maranhão. IX Recenseamento Geral*. Série Regional (vol. I Tomo 5). Rio de Janeiro, Fundação IBGE/DECEN, 502 p.
- Pesquisa direta — 1979 — Microrregião de Imperatriz (MA).
— 1980 — Microrregião de Bragança Paulista (SP).